

Plano de Ações para o Desenvolvimento Econômico Sustentável do Pontal do Paranapanema

PADES-Pontal 2022



Secretaria de Desenvolvimento Econômico
2022

**Plano de Ações para o Desenvolvimento Econômico Sustentável
do Pontal do Paranapanema
PADES-Pontal 2022**

18 de maio de 2022

Governador
Rodrigo Garcia

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO – SDE

**Secretária de Desenvolvimento
Econômico**
Bruno Caetano

**Coordenadora de Desenvolvimento
Regional e Territorial – CDRT**
Adriana Tedesco Telerman

Secretário Executivo
Thiago Rodrigues Liporaci

Assessoras
Claudia Cerqueira do Nascimento
Vera Lucia Hidalgo Secco
Maria de Fátima Infante Araujo

Chefe de Gabinete
Jorge Tatino Junior

INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO – IPT

Diretora Presidente do IPT
Liedi Légi Bariani Bernucci

Diretor de Operações
Adriano Marim de Oliveira

Diretora de Inovação e Negócios
Claudia Echevengua Teixeira

Diretora IPT Open
Claudia Caparelli

Diretora Financeira e Administrativa
Flávia Gutierrez Motta

**Unidade Cidades, Infraestrutura e
Meio Ambiente – CIMA**
Diretor Técnico: Fabrício Araújo Mirandola
**Seção de Planejamento Territorial,
Recursos Hídricos, Saneamento e
Florestas – SPRSF**
Gerente Técnica: Sofia J. A. M. Campos

**Coordenadoria de Inteligência de
Mercado
e Estratégia – CIME**
Coord.: Cristina Rodrigues de Borba Vieira

Unidade de Energia – EM
Diretor Técnico: João Carlos Savio Cordeiro
**Laboratório de Bioenergia e Eficiência
Energética – LBE**
Gerente Técnica: Adriana Garcia

COORDENAÇÃO

Carlos Tadeu de Carvalho Gamba

Autores (em ordem alfabética)

Ana Paula de Souza Silva
Arthur Thury Vieira Fisch
Brauner Geraldo Cruz Junior
Caio Momesso
Carlos Geraldo Luz de Freitas
Carlos Tadeu de Carvalho Gamba
Caroline Almeida Souza
Estela Regina de Oliveira Damato
Juliana Thais Oliveira de Carvalho
Luiz Gustavo Faccini
Luiz Henrique Apollo da Silva
Maria do Carmo Meirelles Toledo Cruz
Marília Migliorini
Marsis Cabral Junior
Miguel Matteo
Paulo Brito Moreira de Azevedo
Priscila Ikematsu
Priscilla Moreira Argentin
Sinoel Batista
Tamara Ilinsky Crantschaninov

Apoio Técnico

Ana Maria A. Dantas Marins
Edna Gubtoso

Diagramação e Arte Final

Carlos Tadeu de Carvalho Gamba

Fotos de Capa

Gentilmente cedidas por Francisco Torturello



sumário

Apresentação	06
1. Contextualização e Demandas Provocadoras do PADES-Pontal 2022	08
1.1 PADES do Pontal do Paranapanema: Pressupostos para a sua Construção	09
1.2 O Pontal e sua Diversidade Territorial	13
2. Metodologia e Atividades Desenvolvidas	16
2.1 Levantamento de informações Básicas	17
2.2 Elaboração dos Diagnósticos: Fundamentações do PADES-Pontal 2022	17
2.3 Trabalhos Interativos e Participativos	19
2.4 Consolidação das Estratégias e Ações indicativas	20
3. Formação Econômica da Região e Breve Leitura dos Indicadores de Qualidade de Vida do Pontal do Paranapanema	22
3.1 Processo Histórico de Ocupação	23
3.2 Indicadores Econômicos	24
3.3 Indicadores Demográficos	28

4. Cenário Ambiental no Pontal do Paranapanema	34
5. Dinamização Econômica do Pontal em Bases Sustentáveis: Programas de Ações	42
5.1 Programa de Garantia de Direitos Sociais e Políticas Integradoras: PDSPI-Pontal	43
5.1.1 Políticas Sociais no Território do Pontal	43
5.1.2 Estrutura das Gestões Municipais e Descentralização dos Serviços Públicos	46
5.1.3 Geração de Emprego e Renda	48
5.1.4 Cooperativismo e Desenvolvimento dos Assentamentos Rurais	50
5.1.5 Políticas Afirmativas	51
5.1.6 Segurança Pública e Administração Penitenciária	51
5.2 Programa de valorização da Produção Rural do Pontal: PVPR-Pontal	53
5.2.1 Contexto e Bases para o PVPR-Pontal	53
5.2.2 PVPR-Pontal: Plano de Ações	66
5.3 Programa de Desenvolvimento do Potencial Turístico do Pontal: PDPT-Pontal	75
5.3.1 Contexto e Bases para o PDPT-Pontal	75
5.3.2 PDPT-Pontal: Plano de Ações	81
5.4 Programa de Impulsionamento da Indústria do Pontal - PII-Pontal	98
5.4.1 Contexto e Bases para o PII-Pontal	98
5.4.2 PII-Pontal: Plano de Ações	101

6. Gestão e Governança do PADES-Pontal: Desenvolver com os territórios e comunidades	107
6.1 Colaboração intermunicipal	108
6.2 Governança interinstitucional construindo com o mercado e a sociedade civil	109
6.3 Avaliação e monitoramento do PADES-Pontal	110
7. Considerações Finais: Para um Pontal Pacificado, Dinâmico e Sustentável	112
Bibliografia	116



Apresentação

O Plano de Ações para o Desenvolvimento Econômico Sustentável do Pontal do Paranapanema é uma iniciativa do Governo do Estado de São Paulo, realizada por meio de sua Secretaria de Desenvolvimento Econômico.

Esta iniciativa fundamenta-se num conjunto de ações que o Governo de São Paulo vem fazendo com o intuito de diminuir as disparidades e fragilidades socioeconômicas regionais do território paulista.

A escolha do Instituto de Pesquisas Tecnológicas para ser parceiro nesta empreitada começa antes do próprio PADES do Pontal, com a execução do Plano de Desenvolvimento Econômico Sustentável do Vale do Ribeira (PDES-VR 2020). A forte mobilização fomentada por este projeto, aliada a outras ações do Governo como o Vale do Futuro despertou a necessidade de estender essas atividades a outras regiões do Estado.

Chama a atenção no Pontal do Paranapanema não apenas suas características socioespaciais que o colocam numa situação de menor relevância no tecido econômico do Estado, mas principalmente o seu potencial para o desenvolvimento em bases sustentáveis e sua paisagem diferenciada, que criam condições para a expansão de sua economia aliada ao aprimoramento do aproveitamento de seus recursos ambientais.

Apesar da grande transformação da cobertura que a região vivenciou ao longo dos últimos 50 anos, ainda há um considerável patrimônio natural a ser desfrutado, que inclui unidades de conservação, sítios arqueológicos e recursos hídricos. Se por um lado essa crescente perda de vegetação nativa teve de dar lugar ao usufruto agrícola, novas cadeias produtivas foram criadas, assim como novas oportunidades surgiram.

O objetivo principal desse trabalho é concatenar os diversos interesses que se disseminam pela sociedade no Pontal. Os esforços dedicados nessa atividade voltaram suas preocupações para garantir que a diversidade da região fosse considerada. O Pontal do Paranapanema é uma região heterogênea do ponto de vista socioeconômico. Presidente Prudente se sobressai como polo regional e acaba exercendo uma influência acentuada sobre os demais municípios. Tais disparidades necessitam de uma ação integradora que permita que o desenvolvimento se estenda em todas as direções do território do Pontal, garantindo de forma equânime a melhoria da qualidade de vida de seus cidadãos.



01.

Contextualização
e Demandas
Provocadoras do
PADES-Pontal 2022

PADES do Pontal do Paranapanema: Pressupostos para sua Construção

1.1.

A estrutura do Plano de Ações para o Desenvolvimento Econômico Sustentável do Pontal do Paranapanema foi orientada a partir de uma análise sistêmica de informações sobre os meios físico, biótico, antrópico e tecnológico, com a participação dos atores públicos e privados que vivem e/ou atuam na região. O intuito desta estratégia de estudo foi utilizar tais informações, levantadas por meio de buscas sobre dados secundários e da promoção de oficinas e fóruns, para elevar o patamar das condições socioeconômicas do Pontal, criando oportunidades de geração de emprego e renda, dentro de uma perspectiva de valorização do seu patrimônio ambiental, garantindo assim a melhoria da qualidade de vida das populações que vivem na região.

Dentro deste escopo, destacam-se:

- A definição de eixos temáticos estruturantes da abordagem sistêmica;
- A construção de um processo participativo envolvendo a comunidade local e instituições representativas dos poderes públicos e privados atuantes na região;
- A consideração de ações de outras instâncias governamentais executadas por meio de programas ou outros instrumentos para a promoção do desenvolvimento sustentável, entre os quais se destacam:
 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela ONU;
 - Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado de São Paulo em elaboração pela Coordenadoria de Planejamento Ambiental – CPLA da Subsecretaria de Meio Ambiente (SIMA); e
 - Programa do Governo do Estado – Pontal 2030.

Para atender os objetivos propostos, a abordagem metodológica buscou avaliar oportunidades de atividades econômicas para o Pontal do Paranapanema, priorizando as aptidões locais, de forma a atenuar substancialmente as suas discrepâncias sociais e econômicas.

O ponto de partida para a elaboração do Plano foi identificar os principais eixos temáticos que constituem as bases da estrutura socioeconômica da região. Tais eixos são importantes por incorporarem as principais vocações e demandas do território e, conseqüentemente, por comporem o alicerce para o desenvolvimento da região.

São quatro os pilares centrais priorizados para elevação do patamar socioeconômico do Pontal:

- **Desenvolvimento Social e Políticas Integradoras**
- **Produção Rural**
- **Turismo**
- **Indústria**

O Pontal é uma região essencialmente agrícola, que se caracteriza historicamente por conflitos pela posse da terra, já que muitas delas, de origem devoluta, passaram por processos de grilagem. Ainda que se observe hoje um forte crescimento do setor canavieiro, o Pontal também é a região do Estado de São Paulo que mais concentra assentamentos. Segundo informações do Instituto de Terras do Estado de São Paulo – Itesp existem 140 assentamentos estaduais implantados no Pontal, número que se soma a assentamentos federais na região, que de acordo com dados do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) de 2017, são mais 113.

Do ponto de vista paisagístico, o Pontal possui uma vasta rede de drenagem, onde se destacam dois importantes rios – o Paraná e o Paranapanema –, que com a implantação das hidrelétricas e a formação de grandes represamentos passaram a ser ainda mais relevantes economicamente devido ao potencial turístico. Vale destacar que esses lagos margeiam 11 dos 32 municípios do Pontal e somados a outros atrativos criam novas possibilidades de crescimento do turismo na região, em especial o rural e o religioso.

Mesmo tendo grande parte de sua cobertura vegetal alterada pela ação humana, a região ainda tem relevância na preservação do patrimônio ambiental do Estado de São Paulo, principalmente por ter grande parte de seu território com características rurais, onde o potencial de recomposição dos remanescentes de Mata Atlântica é significativo. Dispõe ainda do Parque Estadual do Morro do Diabo, uma importante unidade de conservação, que abriga espécies ameaçadas de extinção como o Mico-Leão Preto.

Seu pequeno relevo econômico em relação ao restante do Estado torna este tema um desafio, não só para do PADES-Pontal 2022 mas, também, para as políticas de desenvolvimento integrado do Estado, uma vez que os setores mais pujantes da economia encontram terreno fértil em locais onde sobressaem vantagens comparativas, entre outras: locacionais, infraestruturais e demográficas.

Por esta razão, a localização fronteiriça com os estados do Mato Grosso do Sul e Paraná, circundada por dois grandes eixos fluviais, pode adicionar uma importante vantagem competitiva para a instalação de novos empreendimentos.

Objetivo finalístico do PADES-Pontal 2022

PADES-Pontal 2022

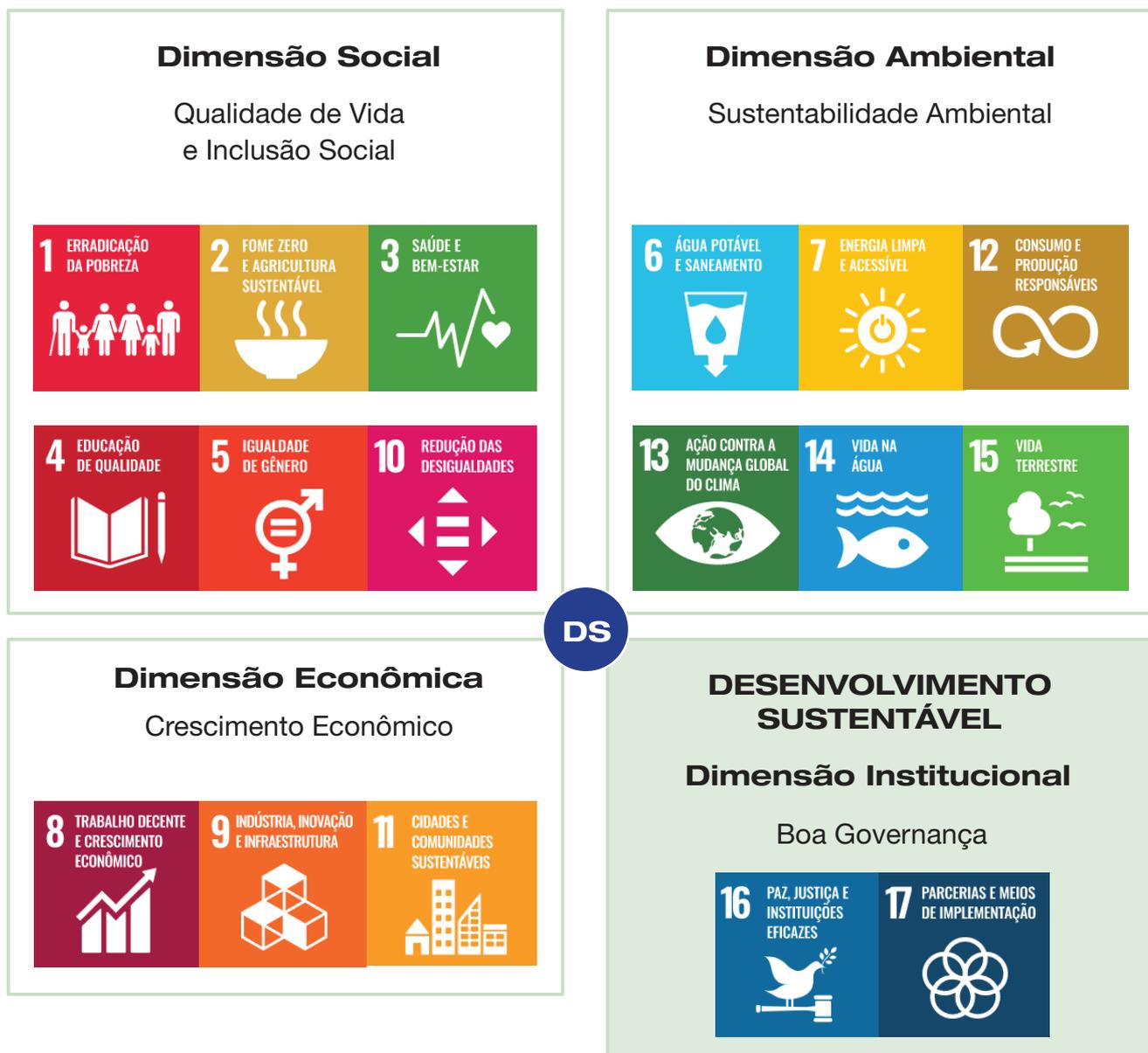
Combinar estratégias para elevar o patamar das condições socioeconômicas da região, criando oportunidades de geração de emprego e renda, com a conservação ambiental.



Uma vez elaborado o PADES-Pontal 2022, o êxito de sua execução dependerá da sua coordenação, sendo imperativa uma governança com representações das diversas esferas de governo, do setor empresarial e da sociedade civil.

A figura a seguir ilustra o enquadramento do PADES-Pontal 2022, que deve estar alinhado às quatro dimensões do desenvolvimento sustentável, com as conquistas da dinamização da economia, promoção da qualidade de vida e inclusão social e conservação do patrimônio ambiental, gerido por uma governança representativa e atuante.

Dimensões do desenvolvimento sustentável atreladas às ODS



O Pontal e sua Diversidade Territorial

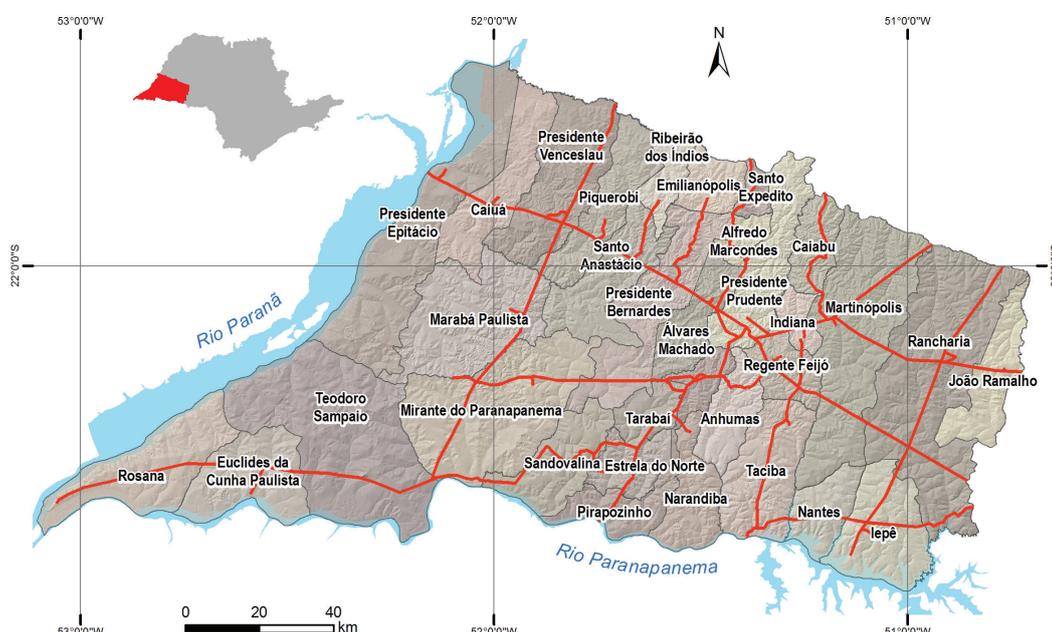
1.2.

A região conhecida como o Pontal do Paranapanema se situa no extremo sudoeste do Estado de São Paulo, na confluência dos rios Paraná e Paranapanema fazendo divisa com os Estados do Mato Grosso do Sul e Paraná.

Do ponto de vista fisiográfico se caracteriza por um relevo relativamente plano, levemente ondulado, que facilita a implantação de assentamentos agrícolas. Em contrapartida, em razão da predominância de rochas arenosas, a apropriação descontrolada das terras trouxe consigo um drástico processo de remoção da cobertura natural e uma intensificação dos processos erosivos e de empobrecimento dos solos. Atualmente, grande parte deste território, outrora coberto por matas, encontra-se ocupado por pastagens e culturas agrícolas extensivas. Com exceção do Parque Estadual do Morro do Diabo, que constitui o remanescente de Mata Atlântica mais expressivo do oeste do Estado de São Paulo, a Floresta Estacional Semidecidual se restringe a pequenos fragmentos isolados. O mesmo ocorre com as manchas de cerrado observadas na região.

A organização dos municípios, estabelecida pelo Poder Executivo do Governo do Estado, que objetiva identificar conjuntos de cidades que compartilham características semelhantes, padrões de polarização e hierarquia funcional, estabeleceu regiões administrativas (RA) e de governo (RG). A área abrangida pelo PADES-Pontal compreende 32 municípios, dos quais um é da Região Administrativa de Marília (João Ramalho) e os demais da Região Administrativa de Presidente Prudente, como ilustra o mapa.

Municípios que compõem a região do Pontal do Paranapanema



Apenas o município de Presidente Prudente encontra-se numa faixa superior a 50 mil habitantes, chegando a mais de 200 mil. Todos os demais se encontram abaixo de 50 mil habitantes, dos quais dois possuem mais de 30 mil habitantes (Presidente Epitácio e Presidente Venceslau). Seis municípios possuem entre 20 e 30 mil habitantes, quatro entre 10 e 20 mil, e o restante abaixo de 10 mil, dos quais 14 com menos de 5 mil. Este perfil demográfico mostra a baixa densidade populacional da região, que soma, de acordo com as projeções da Fundação Seade para 2020, pouco mais de 600 mil habitantes, o equivalente a 1,4 % do total do Estado de São Paulo.

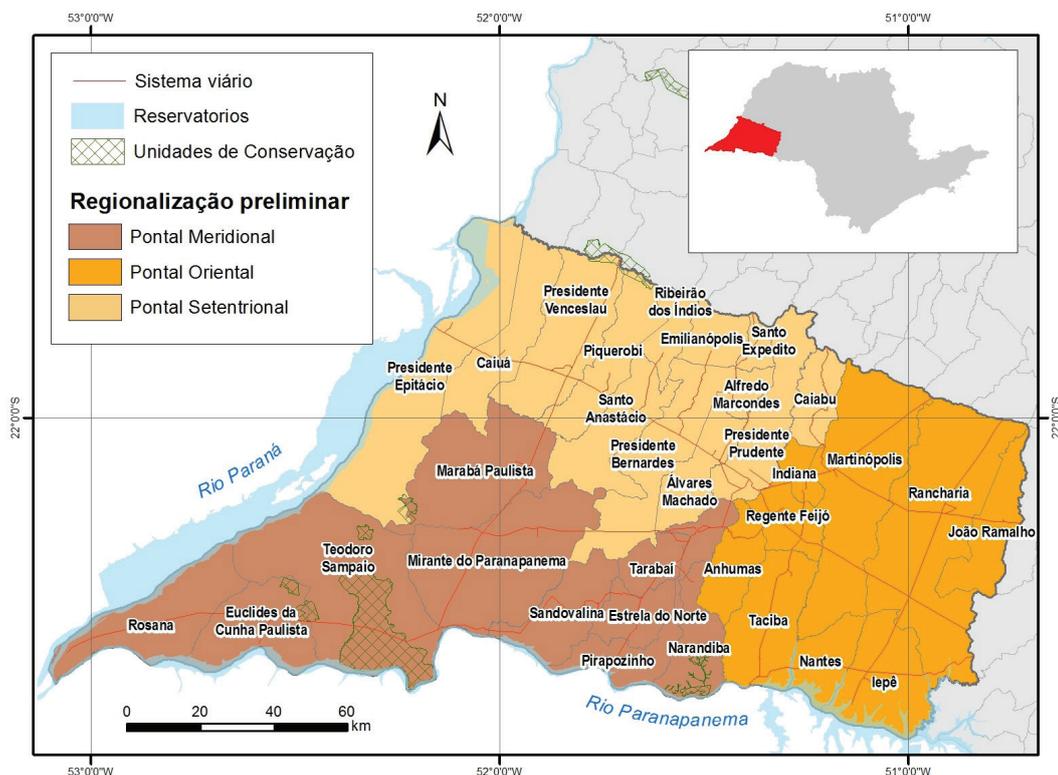
Além do contraste demográfico entre os municípios, há diferenças consideráveis em relação às formas de ocupação e à dinâmica econômica.

Município	População (Seade, 2020)	Grau de urbanização (%)
Alfredo	3.927	90,5
Marcondes		
Álvares Machado	23.789	91,3
Anhumas	3.963	87,7
Caiabu	4.103	85,5
Caiuá	5.600	38,3
Emilianópolis	3.068	87,7
Estrela do Norte	2.665	86,6
Euclides da Cunha Paulista	9.537	64,5
Iepê	7.921	92,8
Indiana	4.775	88,2
João Ramalho	4.384	89
Marabá Paulista	4.931	44,5
Martinópolis	25.668	86,9
Mirante do Paranapanema	17.769	58,9
Nantes	3.071	95,6
Narandiba	4.841	81,3
Piquerobi	3.535	79,7
Pirapozinho	27.213	95,9
Presidente Bernardes	13.720	83,7
Presidente Epitácio	42.400	94
Presidente Prudente	221.073	98
Presidente Venceslau	38.005	97
Rancharia	28.847	91,8
Regente Feijó	19.491	93,9
Ribeirão dos Índios	2.141	88,6
Rosana	18.387	96,4
Sandovalina	4.211	80,1
Santo Anastácio	20.127	94,3
Santo Expedito	2.972	93,3
Taciba	6.054	87,9
Tarabaí	7.269	94
Teodoro	22.414	82,7
Sampaio		
TOTAL	607.871	96,5
Estado de São Paulo	4.639.899	

Essa assimetria regional entre os municípios fez com que o território do Pontal fosse compartimentado em três setores distintos:

- **Pontal Oriental:** onde a produção agropecuária se assemelha à Região de Governo de Assis, com destaque para as culturas de soja, ovos e galináceos.
- **Pontal Setentrional:** associado principalmente ao eixo da Rodovia Raposo Tavares, de ocupação mais antiga, onde o tecido econômico se encontra mais diversificado, concentrando a maior parte dos serviços, do comércio e do aparato de formação acadêmica e capacitação de mão-de-obra.
- **Pontal Meridional:** que abrange municípios com pequena população, baixo dinamismo econômico, baseado na atividade agropecuária e onde se concentram as pequenas propriedades, assentamentos e conflitos fundiários remanescentes.

As diversas regiões do Pontal dentro do ponto de vista do PADES-Pontal 2022



Fonte: IPT (2021)



02.

**Metodologia
e Atividades
Desenvolvidas**

Levantamento de Informações Básicas

2.1.

O estudo foi construído, em um primeiro momento, a partir de dados quantitativos observacionais, coletados a partir de fontes públicas, entre outras, como a Fundação SEADE e o IBGE. De maneira complementar foram realizadas investigações sobre os materiais oriundos de pesquisa, que vêm sendo produzidos por diversas instituições na região como a Universidade Estadual Paulista (UNESP) e o Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP).

As análises quantitativas buscaram caracterizar o território e demonstrar como a região evoluiu em período recente. O período de análise começa em 2005, passa pelos anos de 2010, 2015 e a última observação disponível da variável, que dependendo do caso, pode ser 2016, 2017, 2018, 2019 ou 2020.

Para analisar e entender essa cadeia de eventos, o estudo foi estruturado em 4 etapas distintas, cada uma destinada a comportar uma parcela do trabalho de maneira a encadear ações ao longo da execução do projeto.

Elaboração dos Diagnósticos: Fundamentações do PADES-Pontal 2022

2.2.

Os diagnósticos elaborados visaram embasar a concepção das estratégias e ações a serem delineadas para o desenvolvimento regional, analisando-se a situação atual, lacunas de conhecimento, potencialidades e desafios para a dinamização dos eixos ligados à produção rural, ao turismo, ao desenvolvimento social e à atividade industrial.

A análise desses vetores de desenvolvimento é contextualizada pela qualificação de dois cenários que caracterizam o território: o arcabouço ambiental, no que tange especialmente ao zoneamento institucional e à dinâmica do uso e ocupação do solo; e o perfil socioeconômico, buscando-se evidenciar aptidões e vulnerabilidades em relação ao território paulista e assimetrias dentro da região abrangida pelo PADES-Pontal 2022.

Etapas de elaboração do PADES-Pontal 2022

ETAPA 1 Levantamento de Informações Básicas

- Políticas e planos de desenvolvimento regional
- Instituições e entidades atuantes no Pontal do Paranapanema
 - Indicadores socioeconômicos
- Arcabouço ambiental: planos de ordenamento territorial e áreas de proteção ambiental
 - Comunidades tradicionais
- Vetores econômicos: indústria, comércio, serviços, produção rural e turismo

ETAPA 2 Elaboração de Diagnósticos

- Perfil socioeconômico
- Arcabouço ambiental: zoneamento institucional e a dinâmica do uso e ocupação do solo
 - Indústria, comércio e serviços
 - Produção rural
 - Turismo
- Desenvolvimento Social

ETAPA 3 Trabalhos Interativos e Participativos

- Agregar os conhecimentos de quem vive ou atua na região
 - Validar o diagnóstico realizado
- Mobilizar, sensibilizar e incorporar as sugestões dos interlocutores locais nas propostas do PADES-Pontal 2022.

ETAPA 4 Consolidação das Estratégias e Ações Indicativas

- Seleção de ações para a dinamização econômica dos vetores priorizados em bases sustentáveis:
 - *Produção rural*
 - *Turismo*
 - *Indústria*
- Diretrizes para aportes transversais
 - Estrutura de governança

Trabalhos Interativos e Participativos

2.3.

As atividades participativas, envolvendo as interações com os atores que vivem e/ou atuam na região, objetivaram agregar os valiosos conhecimentos de quem lida diretamente com a realidade regional e que, muitas vezes, não encontra um canal de comunicação para registrar suas contribuições.

Visando enriquecer os levantamentos estabelecidos nos diagnósticos, o processo participativo se iniciou com a realização de uma rodada de oficinas. Em razão das dificuldades impostas pela pandemia da COVID-19, todos os eventos foram realizados online.

As oficinas foram divididas por eixos temáticos, conforme os vetores de desenvolvimento estabelecidos: Produção Rural, Turismo, Desenvolvimento Social e Indústria, onde também foram tratadas questões relacionadas às economias urbanas (comércio e serviços).

Plano de Desenvolvimento Econômico Sustentável - PDES

DIAGNÓSTICO PARTICIPATIVO

PONTAL DE PARANAPANEMA

Participe das oficinas que serão no formato online

20.01.22 Indústria, comércio e serviços
Teams: https://bit.ly/PDE_Pontal_1_Industria_Comercio_Servicos

25.01.22 Produção rural
Teams: https://bit.ly/PDE_Pontal_2_Producao_rural

27.01.22 Turismo
Teams: https://bit.ly/PDE_Pontal_3_Turismo

01.02.22 Desenvolvimento Social
Teams: https://bit.ly/PDE_Pontal_4_DesenvolvimentoSocial

Para auxiliar na formulação das ações responda esse breve questionário para contar suas impressões sobre a região:
Acesse o link para responder o questionário!

https://bit.ly/PDES-Pontal_Questionario

ipt INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS

SÃO PAULO GOVERNO DO ESTADO
| Secretaria de Desenvolvimento Econômico

Card de divulgação das oficinas temáticas realizadas no PADES Pontal

Os encontros foram estruturados para favorecer a valorização da diversidade de conhecimentos e as experiências dos participantes. Apesar de algumas especifi-

idades na estruturação dos eventos, de forma geral, foram adotadas, com apoio de plataformas digitais: técnicas expositivas e interativas, para balizar o conhecimento, o entendimento das políticas e ações em curso no território, bem como promover a reflexão sobre os conteúdos abordados; e técnicas dinâmicas, as quais se revelaram essenciais ao processo participativo de construção do conhecimento, possibilitando a interação dos participantes de forma ampliada e transversal. Os eventos também contaram com a disponibilização prévia de questionários para fomentar e trazer contribuições às oficinas participativas.

Após esta primeira rodada de oficinas, as informações coletadas foram tabuladas e analisadas para posterior devolutiva durante a realização dos fóruns temáticos.



Plano de Desenvolvimento Econômico Sustentável - PDES

DIAGNÓSTICO PARTICIPATIVO FÓRUM DO PDES PONTAL DO PARANAPANEMA

Participe do Fórum que será no formato online

22.02.22
às 09h30 **Produção Rural**
Link: https://bit.ly/Forum_PDEs_Pontal_ProducaoRural

às 14h00 **Turismo**
Link: https://bit.ly/Forum_PDEs_Pontal_Turismo

24.02.22
às 09h30 **Indústria, Comércio e Serviços**
Link: https://bit.ly/Forum_PDEs_Pontal_IndustriaComercioServicos

às 14h00 **Desenvolvimento Social**
Link: https://bit.ly/Forum_PDEs_Pontal_DesenvolvimentoSocial

Para mais informações sobre o projeto e o calendário dos eventos acesse:
<https://pdespontal2021.ipt.br/>

ipt INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS

SÃO PAULO GOVERNO DO ESTADO
Secretaria de Desenvolvimento Econômico

Card de divulgação dos fóruns temáticos

As contribuições advindas das atividades participativas, além de ampliar os conhecimentos sobre as várias dimensões trabalhadas, subsidiaram o estabelecimento das referências estratégicas para a indicação de programas e ações dirigidas à dinamização da economia do Pontal do Paranapanema. Como reflexões e indagações propostas destacam-se a priorização de medidas para aproveitamento das potencialidades da região, com expectativas do desempenho em médio e longo prazo dos setores econômicos priorizados. Cabe ressaltar que tais ações também se concentraram na superação de gargalos e na melhoria das condições econômicas, em consonância com a preservação e valorização do patrimônio ambiental. Estes momentos de interação também foram importantes para elencar as instituições que devem interagir na viabilização das iniciativas propostas.

Consolidação das Estratégias e Ações Indicativas

2.4.

Com a sistematização do conjunto de informações adquiridas, integrando-se os diagnósticos setoriais e os subsídios obtidos nas atividades participativas, foi estabelecido um conjunto de medidas orientadas à dinamização econômica e melhoria da qualidade de vida para os quatro vetores priorizados: Desenvolvimento Social e Políticas Integradoras, Produção Rural, Turismo e Indústria. Em função de suas particularidades estruturantes, estabeleceu-se linhas de ação mais gerais, caso do Programa de Desenvolvimento Social e Políticas Integradoras, e ações mais detalhadas, em especial para os programas de Desenvolvimento da Produção Rural e do Turismo, onde incluiu-se uma estimativa de prazo para a execução. Complementarmente, buscou-se também a identificação dos principais parceiros para a implementação dessas iniciativas. Completando o PADES-Pontal, é apresentada uma abordagem conceitual sobre governança como subsídio para a sua execução.



03.

Formação
Econômica da
Região e Breve
Leitura dos
Indicadores de
Qualidade de
Vida do Pontal do
Paranapanema

Processo Histórico de Ocupação

3.1.

Há que se entender pelo seu processo histórico de ocupação que, embora o Pontal do Paranapanema possua considerável produção agropecuária, sua população rural só é maioria em dois municípios (Caiuá e Marabá Paulista), mostrando que esta atividade gera pouco dinamismo econômico e emprega pouca mão-de-obra rural na região.

A ocupação do território pode ser, em parte, explicada pelo seu histórico: até a segunda metade do século XIX, era uma região praticamente desconhecida, local de existência de algumas nações indígenas, notadamente Oti (ou falso Chavante), Caiwá-Guarani, Kaiapó e, grupo mais numeroso, Kaingang (ou Coroados). A partir de 1865, a região passa a receber migrantes, aumentando o confronto com os indígenas, até a sua quase completa destruição (a única terra indígena remanescente do oeste paulista é a Vanuíre, em Tupã).

A expansão da economia cafeeira alcança o Pontal após a extensão da Estrada de Ferro Sorocabana somente nas primeiras décadas do século XX, desde Botucatu até as barrancas do rio Paraná, em Presidente Epitácio. Este foi o primeiro vetor de ocupação da região, ampliado com a extensão da rodovia Raposo Tavares, já nos anos 1980.

A região, ao contrário de outras no Estado de São Paulo, não conseguiu se capitalizar a partir da economia cafeeira, que foi efêmera em virtude de pelo menos três fatores primordiais: à época da ocupação da região com a cultura do café, seu ciclo já estava em fase descendente; um célere esgotamento do solo, exigindo maior correção, ou seja, maiores custos e conseqüentemente menor rentabilidade; e os conflitos fundiários não permitiam verificar a real propriedade das terras.

Em seguida, desenvolveram-se as plantações de algodão e amendoim, que não se fixaram e deram lugar a extensas áreas de pastagem, fundamentais para o incremento da atividade pecuária extensiva, que predominou até os anos 1970. A partir de então, com a criação do Proálcool, a região recebe as primeiras plantações de cana-de-açúcar e as primeiras usinas de álcool, que foram ampliadas com a mudança da atividade pecuária para mais a oeste, com o seu avanço para o Mato Grosso do Sul.

A história de ocupação da região do Pontal de Paranapanema está alicerçada em elementos centrais de conflitos de posses de terra por indefinições jurídicas desde a promulgação da Lei de Terras de 1850, que consistia em direito à propriedade àqueles que comprovassem por meio de registro paroquial a residência permanente e desenvolvimento agrário em um território. Todas as terras que não fossem registradas seriam consideradas devolutas, constituindo-se assim em propriedade do Estado e, após a

promulgação da Constituição de 1891, ficaram de posse dos governos estaduais. A partir daí tem início a ocupação das terras de forma ilegal, com posseiros em áreas devolutas e franca grilagem de terras, que marca a propriedade fundiária local até os dias atuais.

Essas grandes parcelas de terra concentradas nas mãos de poucos se tornaram uma característica comum da região e acabaram sendo mantidas pelo Estado em função do agronegócio, com a implantação do ramal Dourados da Estrada de Ferro Sorocabana no início da década de 1950.

A partir dos anos de 1960, a ocupação do Pontal sofreu incrementos e foi espraçada com a construção de usinas hidrelétricas, a implantação da Destilaria Alcídia e a ampliação da malha viária. Essas obras absorveram grande contingente de trabalhadores rurais, diminuindo eventuais tensões sociais. A renda gerada permaneceu concentrada em alguns latifundiários e o término das obras levou o Pontal de volta a patamares maiores de desemprego e de tensões sociais, geradas pelas altas taxas de desigualdade que caracterizam a região.

O Pontal abriga maior contingente de assentamentos rurais do Estado, sendo mais de 6.000 famílias assentadas.

As sub-regiões diferem entre si quanto à formação econômica: as porções setentrional e ocidental se integraram mais rapidamente às demais regiões do Estado graças ao traçado da Estrada de Ferro Sorocabana e, posteriormente, ao trecho da Rodovia Raposo Tavares. Seguindo esse eixo de ocupação, foram implantadas uma série de cidades como Presidente Prudente, Presidente Venceslau e Presidente Epitácio

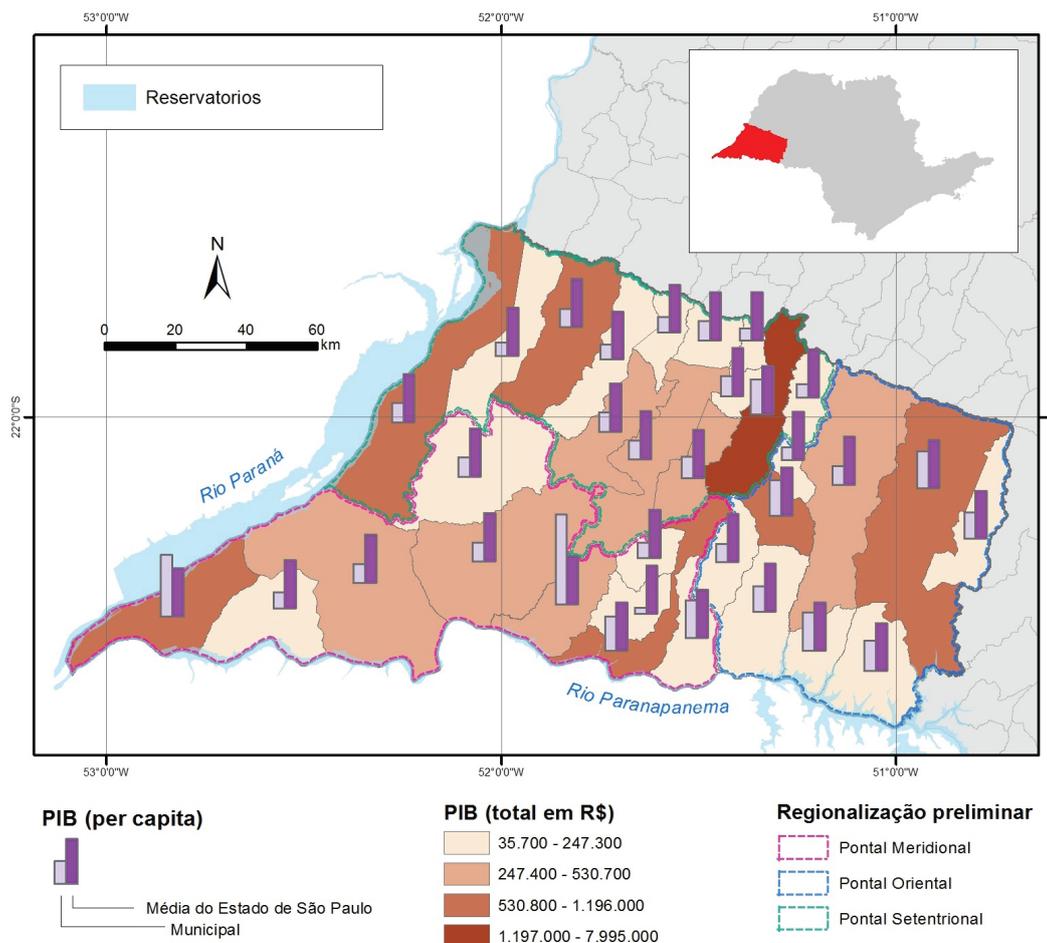
A porção meridional, contudo, só veio a ser integrada produtivamente ao Estado de São Paulo a partir dos anos 1980, com a construção das usinas hidrelétricas nos rios Paraná e Paranapanema. Foi importante para essa sub-região, a abertura da Rodovia Assis Chateaubriand, que a corta a no sentido norte-sul, integrando-a ao norte do Paraná e à porção setentrional do Pontal.

Indicadores Econômicos

3.2.

Os indicadores econômicos evidenciam o fraco dinamismo da região. De fato, em comparação à economia estadual, o Pontal apresenta uma atividade reduzida, representando apenas 0,82 % do PIB paulista. Mesmo no interior do território há grandes assimetrias, de modo que somente Presidente Prudente concentra 44 % do PIB regional. Se somarmos os cinco municípios com maior parcela do PIB, Presidente Prudente, Rosana, Rancharia, Pirapozinho e Presidente Epitácio, atinge-se 2/3 do PIB regional.

Variação do PIB nos municípios do Pontal



Fonte: Seade (2018)

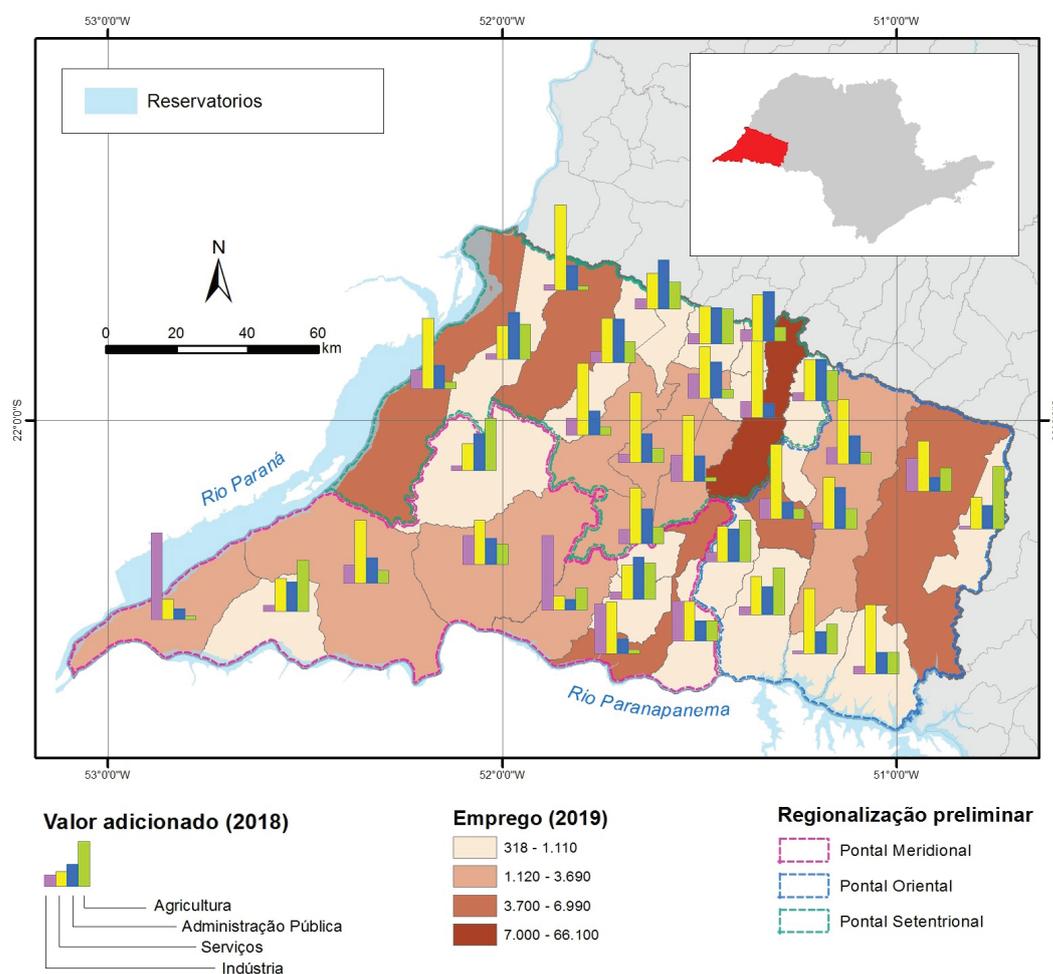
Da mesma forma, se olharmos para o PIB per capita, observa-se que somente dois municípios possuem valor maior que a média estadual (R\$ 50.248): Rosana, com R\$ 64.321 e Sandovalina, com R\$ 93.229; ambos em decorrência de sua pequena população e da presença de usinas hidrelétricas em seus territórios, o que gera uma grande arrecadação de ICMS. Isso não se reflete necessariamente em melhores condições de vida de suas populações, já que a quantidade de domicílios com rendimento de até 1/2 salário mínimo, de acordo com o Censo de 2010, é de 30 % em ambos os municípios (na média estadual, essa porcentagem não passa de 10 %).

Embora a atividade agrícola seja expressiva, na distribuição das atividades econômicas por setor possui apenas 7 % do valor agregado regional, sendo que a indústria alcança pouco mais de 20 %. A liderança incontestada está com o setor de serviços, com mais de 72 %, dos quais 15 % se referem à administração pública.

É preciso olhar com maior atenção a esses dados: em primeiro lugar, o valor agregado pela atividade agropecuária tende a ser menor que os outros porque entrega às outras atividades produtos que serão objetos de transformação. Assim, o valor agregado à produção de cana-de-açúcar é pequeno, mas o valor da transformação em açúcar ou álcool é maior. Vale lembrar que um dos critérios para se calcular o valor adicionado da indústria tem como referência o valor adicionado fiscal da Secretaria Estadual da Fazenda, base para o cálculo de ICMS. Nessa conta entra o ICMS, cobrado pela geração

de energia, e como na região há dois municípios com três usinas hidrelétricas, o valor da indústria acaba sendo alto, mas não representa a produção industrial de transformação.

Valor adicionado e emprego nos municípios do Pontal



Fonte: Seade (2018) e IBGE (2019)

A indústria é escassa, embora seja relevante para algumas localidades. Além de Rosana e Sandovalina, sobressaem Rancharia (produção de ovos), Pirapozinho e Narandiba (indústria alimentícia e distribuição de produtos médico-hospitalares, respectivamente).

A maior parte da economia regional está fundada no setor de serviços, responsável pela maior parte do valor adicionado em quase todos os municípios. Embora haja uma atividade comercial importante em determinados municípios, como em Presidente Prudente, boa parte do valor adicionado do setor de serviços provém da administração pública, notadamente em Ribeirão dos Índios, Piquerobi e Estrela do Norte.

Há nove usinas de açúcar e álcool – que tanto podem estar associadas à indústria de alimentos, no caso da produção de açúcar, como na de biocombustíveis, na produção de etanol –, distribuídas em 8 municípios: duas em Narandiba e uma cada em Martinópolis, Sandovalina, Teodoro Sampaio, Santo Anastácio, Presidente Prudente, Caiuá e Mirante do Paranapanema. Apesar da relevância no valor adicionado, o seguimento sucroalcooleiro gera empregos significativos apenas em Narandiba, Sandovalina e Mirante do Paranapanema.

Do ponto de vista sub-regional, é interessante destacar que a porção leste da região (o Pontal Oriental) possui uma economia mais diversificada em comparação às demais sub-regiões: somente em Indiana e Taciba há participação relevante da administração pública no valor adicionado, ainda assim sem ser majoritária. A indústria tem participação significativa em Rancharia e, em menor escala, em Regente Feijó e Marti-nópolis, sempre ligada ao segmento alimentar.

Chama a atenção o alto valor da participação do setor agropecuário, em especial em João Ramalho (onde é preponderante), Anhumas, Iepê e Taciba. Isso reflete certa diversificação da atividade agropecuária associada, sobretudo, à produção da soja, aves e ovos.

O setor de serviços, como em geral em toda a economia brasileira (e paulista, em particular), é o predominante, mas com alguns nuances: a maior participação é a de Regente Feijó, mas ela não está associada apenas à administração pública (cuja participação é semelhante à média nacional), mas por sua proximidade com Presidente Prudente.

O Pontal Setentrional, sub-região que teve como vetor de crescimento a SP-270 (Rodovia Raposo Tavares), é de colonização mais antiga e possui na sede da Região Administrativa, Presidente Prudente, a maior cidade do Pontal. Nesse município, a economia está fundamentada no setor de serviços, que congrega uma rede complexa de comércios, alimentação e outras atividades terciárias.

A atividade agropecuária é a predominante em Caiabu, Caiuá, Emilianópolis, Piquerobi e Ribeirão dos Índios, com predominância da cana-de-açúcar, com exceção de Piquerobi, que possui agricultura mais diversificada (leite, milho e suas transformações na indústria de alimentos).

A atividade industrial, como nas outras sub-regiões, é escassa, ganhando relativo realce em alguns municípios, quase sempre em decorrência do seguimento de alimentos, com destaque para os frigoríficos. Presidente Epitácio tem uma indústria mais diversificada, relacionada à extração mineral (areia e argila) e empreendimentos cerâmicos, além de fábricas de artigos de couro e móveis. Alfredo Marcondes e Álvares Machado também possuem atividade industrial pequena, mas relevante, ligadas à indústria de alimentos.

O setor de serviços prepondera em quase todos os municípios, com maior intensidade em Presidente Prudente, onde descontando-se a administração pública, representa quase dois terços de toda a atividade econômica municipal. Outra cidade com expressão neste setor é Presidente Epitácio, pelo fato de ser uma estância turística e possuir intensa atividade desse segmento. Os demais municípios que possuem alta participação dos serviços na economia local têm maior intensidade no segmento de administração pública.

A sub-região do Pontal Meridional, de ocupação mais recente, tem baixa produção industrial, com exceção de Pirapozinho, único município a ter um crescimento

demográfico de expressão. Estrategicamente localizado no entroncamento das rodovias Assis Chateaubriand e Raposo Tavares, possui uma forte indústria de alimentos. Como visto, Rosana e Sandovalina, apresentam um alto valor adicionado industrial que provém das usinas hidrelétricas e não da produção industrial de fato.

A agropecuária na sub-região meridional é importante especialmente para os municípios de Estrela do Norte, Marabá Paulista, Narandiba e Tarabaí, baseada na cana-de-açúcar nos três primeiros, e ovos e batata doce (além da cana) em Tarabaí. A sub-região também possui a maior quantidade de assentamentos, que ampliam o fornecimento de produtos advindos da agricultura familiar. Neste caso, embora o valor adicionado na atividade agropecuária não seja relevante, a produção atende ao abastecimento alimentar da população local e parte deste montante, sobretudo a produção de leite (como em Mirante do Paranapanema), se volta à atividade industrial.

O setor de serviços também prepondera nessa sub-região, embora a administração pública concentre boa parte do valor adicionado pelo setor. Os casos mais emblemáticos são os de Euclides da Cunha Paulista e Tarabaí, onde o segmento é o de maior representatividade. A exceção fica, mais uma vez, para Rosana e Sandovalina, em que a grande participação da atividade ligada às usinas hidrelétricas obscurece as demais atividades, fazendo com que tenham pequena participação no setor de serviços.

No que se refere aos investimentos anunciados entre 2012 e 2021 (obtidos da Pesquisa de Anúncio de Investimentos no Estado de São Paulo – PIESP, da Fundação Seade), nota-se que poucos foram os investimentos direcionados à região, em comparação com o Estado de São Paulo. Os que foram anunciados, no entanto, indicam que a região não parece mudar seu perfil, já que a maioria deles mantém o padrão de maiores investimentos no setor de serviços.

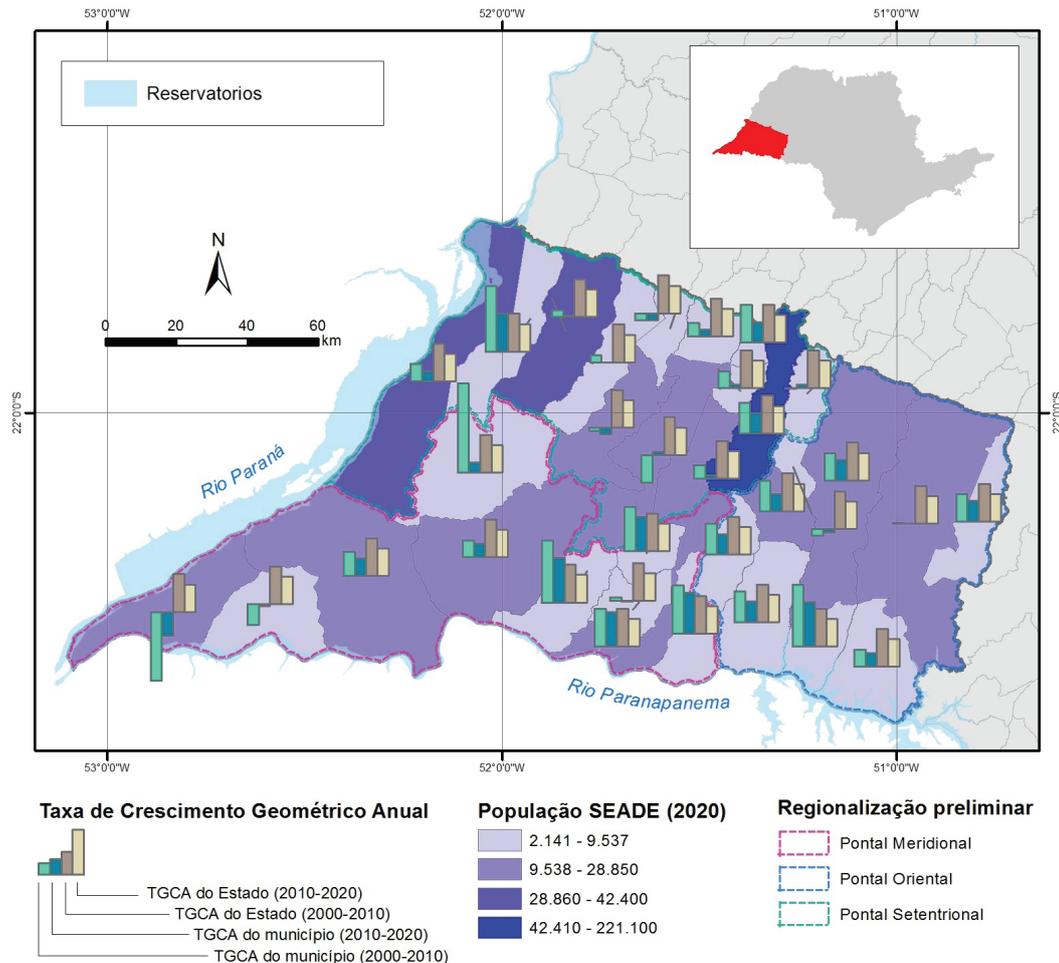
Deve-se lembrar que os investimentos anunciados no período mantêm a pouca descentralização da economia local, pois somente 5 municípios foram contemplados: Presidente Prudente, Presidente Epitácio, Regente Feijó, Presidente Bernardes e Caiuá.

Indicadores Demográficos

3.3.

O Pontal abriga 1,4 % da população estadual, com grande concentração em Presidente Prudente (221.073 habitantes). As taxas de crescimento populacional são inferiores à média paulista, com alguns municípios com decréscimo. O Índice de Envelhecimento (IE) também preocupa: há um aumento expressivo na proporção de habitantes idosos em relação à população de jovens.

Taxa de Crescimento Geométrico da população no Pontal



Fonte: Seade (2020)

A região tem por características grandes áreas agrícolas espalhadas em seus municípios, principalmente de pecuária extensiva, cana-de-açúcar e outras culturas. São atividades em geral poupadoras de mão de obra, seja pelas próprias características do setor, seja pela mecanização ou pela sazonalidade. Isso provoca uma migração da população rural, acarretando um alto grau de urbanização (acima de 80 %) na maioria das cidades, configurando um aparente paradoxo de ser uma região essencialmente agrícola, mas com população eminentemente urbana.

Somente em Caiuá e em Mirante do Paranapanema a população rural sobrepuja a urbana (62 % e 55 %, respectivamente). Ressalte-se que, no caso de Caiuá o presídio localiza-se em área rural, e a sua população é contada nessa área.

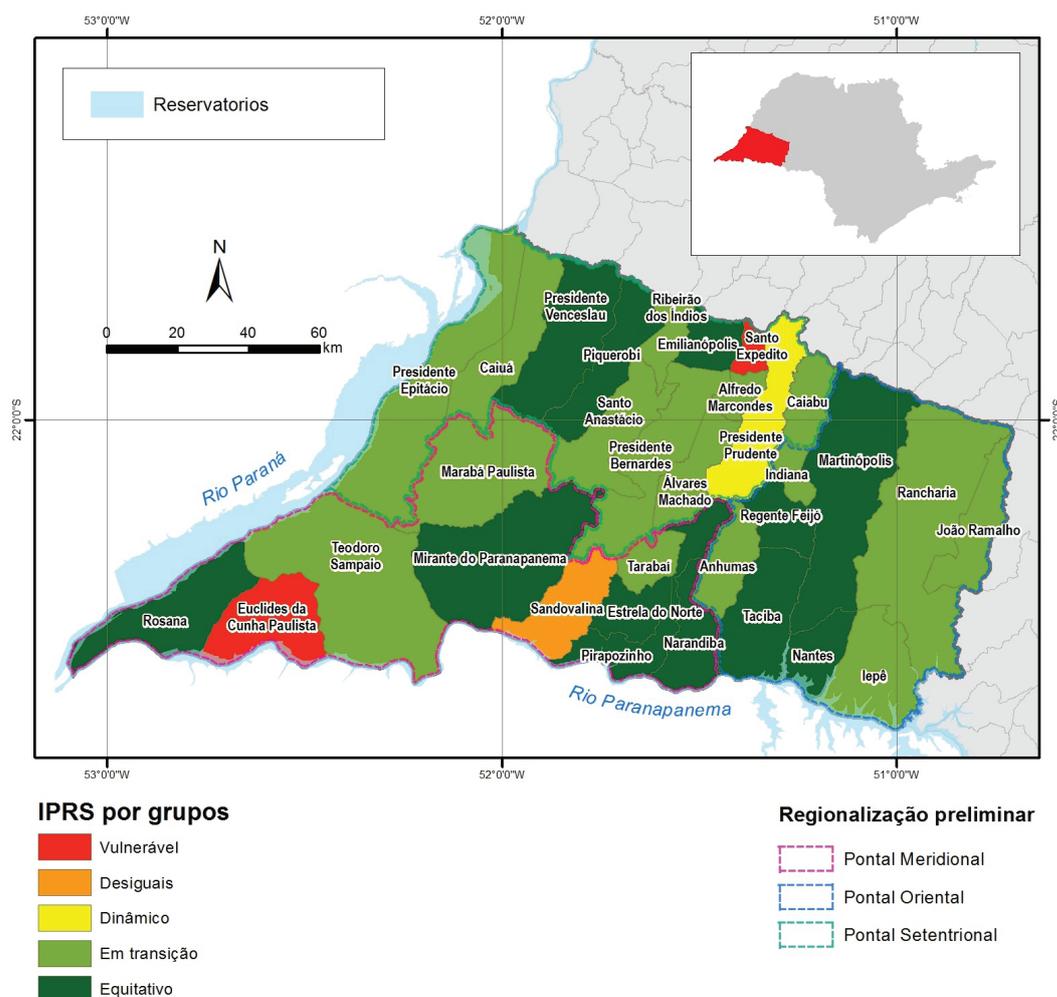
Um dos principais desafios sociais da região advém dos baixos níveis de renda: os números relativos aos domicílios particulares com renda per capita até 1/2 salário mínimo e domicílios particulares com renda per capita até 1/4 de salário mínimo, ambos referentes ao Censo Demográfico de 2010¹, tornam esse ponto mais explícito.

¹ Esses dados referem-se ao Censo Demográfico de 2010, que é o último disponível. Vale lembrar que nesse período o Brasil vivia um período de prosperidade, com baixíssimos índices de desemprego. Atualmente, num período de economia fraca e com altas taxas de desemprego, esses números adquirem maior gravidade.

Euclides da Cunha Paulista é detentor dos maiores índices, tanto em relação aos domicílios com renda per capita até 1/2 salário mínimo – 38,11 % –, quanto aos domicílios com renda per capita até 1/4 salário mínimo, 14,45%. Esses valores, somados a outros indicadores igualmente problemáticos, compõem um quadro que confere intensa vulnerabilidade a essa localidade. Em contrapartida, Presidente Prudente revela o menor percentual de domicílios com até 1/2 salário mínimo – 14,63 % – reforçando que seu destaque econômico frente aos demais municípios também é refletido na renda das famílias. Indiana dispõe do menor número de domicílios com até 1/4 salário mínimo no período considerado (3,93 %).

O Índice Paulista de Responsabilidade Social (IRPS), formulado pela Assembleia Legislativa e a Fundação Seade, é um indicador síntese que se apoia em dimensões ligadas à riqueza, escolaridade e longevidade para classificar os municípios e, assim, orientar os gestores na formulação de políticas públicas. Uma grande vantagem de sua análise é que os últimos dados são de 2018, refletindo uma realidade mais próxima e podem ser comparados com os levantamentos anteriores.

Variação do Índice Paulista de Responsabilidade Social no Pontal



Fonte: Seade (2018)

De acordo com seu desempenho em cada um dos componentes, os municípios são classificados nos cinco grupos descritos a seguir: “Dinâmicos”, que combinam riqueza considerada alta com escolaridade e longevidade médias/altas; “Desiguais”, que

reúnem alta riqueza com baixa escolaridade e longevidade média/alta, ou alta riqueza com escolaridade média/alta e baixa longevidade; “Equitativos”, que apresentam baixa riqueza com escolaridade e longevidade média/alta; “Em transição”, que possuem baixa riqueza com baixa longevidade e média/alta escolaridade ou baixa riqueza com média/alta longevidade e baixa escolaridade e, por fim, o grupo dos “Vulneráveis”, com baixos níveis de riqueza aliados a baixos níveis de escolaridade e longevidade, configurando o grupo de maior fragilidade social do conjunto.

Como se vê, o mapa revela que a região do Pontal é dominada por duas tonalidades, que representam os dois grupos nos quais se encaixam a maior quantidade de municípios: 16 nos “Em Transição”; 12 nos “Equitativos”; 2 nos “Vulneráveis”, 1 nos “Desiguais” e 1 nos “Dinâmicos”. Ou seja, apenas um deles – Presidente Prudente – apresenta alta riqueza combinada com alta/média longevidade e escolaridade e outro, Sandovalina, alta renda com baixa escolaridade ou longevidade; todo o resto possui renda baixa, ou atrelada a índices mais positivos de longevidade e escolaridade (Equitativos) ou a níveis baixos ou médios nesses dois pontos (Em Transição). Ainda sobram dois municípios, Euclides da Cunha Paulista, que já foi mencionado anteriormente, e Santo Expedito que, a despeito dos avanços das demais localidades, ainda não saíram do grupo de “Vulneráveis”. Uma vez mais, portanto, o fator “renda” emerge como variável que desloca os resultados da região para baixo.

Para além das classificações em grupos, o IPRS também elabora um ranking entre os 645 municípios paulistas. Na edição de 2018, o mais bem colocado do território é Sandovalina, em 48º, seguido por Presidente Prudente, em 114º, e Narandiba, em 207º. No espectro oposto estão as piores colocações: Euclides da Cunha Paulista, em 630º; Santo Expedito, em 622º e Ribeirão dos Índios, em 621º. Observa-se ainda que apenas quatro municípios estão na metade superior do ranking – ou seja, da posição 322 para cima; o restante encontra-se distribuído na metade inferior, sendo que 12 estão entre 500 e 630.

Por fim, por ser um índice atualizado com periodicidade, importa examinar o IPRS pela perspectiva de sua evolução, especificamente, nos anos de 2014, 2016 e 2018. Para a maioria deles, 15, não houve melhora ou piora, mas manutenção nos mesmos grupos. Nove municípios sofreram queda na classificação, ou seja, piora nas condições de vida, a saber: Sandovalina, Teodoro Sampaio, Anhumas, Iepê, Indiana, Alfredo Marcondes, Caiabú, Marabá Paulista e Santo Expedito. Dentre eles, a grande maioria passou do conjunto de “Equitativos” para o “Em Transição”, sendo que Santo Expedito, anteriormente classificado como “Em Transição”, agora faz parte dos “Vulneráveis”. Da porção restante, oito localidades obtiveram ascensão para grupos superiores, o que representa melhora no IPRS. São elas: Estrela do Norte, Mirante do Paranapanema, Rosana, Tarabaí, Martinópolis, Regente Feijó, Presidente Epitácio e Santo Anastácio. Desse conjunto em ascensão, três municípios saíram do grupo de “Vulneráveis”, o que significa um avanço relevante. No entanto, do conjunto do Pontal do Paranapanema, mais municípios tiveram queda nas avaliações do que melhora, enquanto a grande maioria não sofreu alterações; o que acentua o quadro de fragilidade regional persistente frente ao contexto estadual.

As notas do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) municipal para os anos iniciais e finais do Ensino Fundamental são um ótimo indicador da quali-

dade da educação que está sendo fornecida para as crianças residentes naquele município. Em outros termos, elas ajudam a perceber se a cidade fornece uma boa estrutura inicial para o desenvolvimento educacional dos alunos dali em diante.

No que se refere às notas dos anos iniciais do ensino fundamental (cuja atribuição é quase exclusiva dos municípios), a região apresentou, em 2019, índices ligeiramente maiores em relação à média do estado de São Paulo: 6,68 contra 6,5, respectivamente. Notamos um destaque negativo para a cidade de Álvares Machado, a única que não chegou a 6,0 pontos, mas ficando com 5,9; e o destaque positivo vai para Emilianópolis e João Ramalho, onde ambos tiraram a nota 7,4.

Para os anos finais do Ensino Fundamental (em que a atribuição é compartilhada entre municípios e estado), essa nota é reveladora se as regiões ou municípios foram capazes de seguir fornecendo uma boa estrutura educacional para seus residentes. Em termos gerais, as notas obtidas aqui costumam ser mais baixas que as notas obtidas para os anos iniciais do Ensino Fundamental, tanto que a média para o estado de São Paulo em 2019 foi de 5,2. Dessa vez, a média do Pontal do Paranapanema ficou abaixo do índice estadual: 5,1. O destaque negativo em 2019 ficou na cidade de Santo Expedito, que obteve apenas um 4,0. Em termos positivos, notamos três casos que chamam a atenção em 2019: Caiuá, com 5,9, nota mais alta da região; Emilianópolis, com 5,7, tendo partido de uma nota 3,0 obtida em 2005; e Indiana, que obteve 5,8, num salto importante de 2005, quando tinha 3,9.

O indicador distorção idade-série reflete, percentualmente, quantas crianças e jovens estão com atraso escolar, ou seja, deveriam estar numa determinada série educacional e estão em outra, atrasados com o desenho proposto no sistema escolar. Isso pode indicar tanto uma má qualidade da educação municipal, que faz com que haja altos índices de reprovação, como também problemas de acesso e inclusão nas unidades escolares, ocasionando tais atrasos no desenvolvimento dos alunos, além de questões advindas do abandono escolar. A média do Pontal do Paranapanema indica que ele está abaixo do índice estadual, para dados de 2020: 3 % contra 4 %, respectivamente, o que é um sinal positivo, pois quanto maior esse percentual significa que mais pessoas estão com atraso escolar.

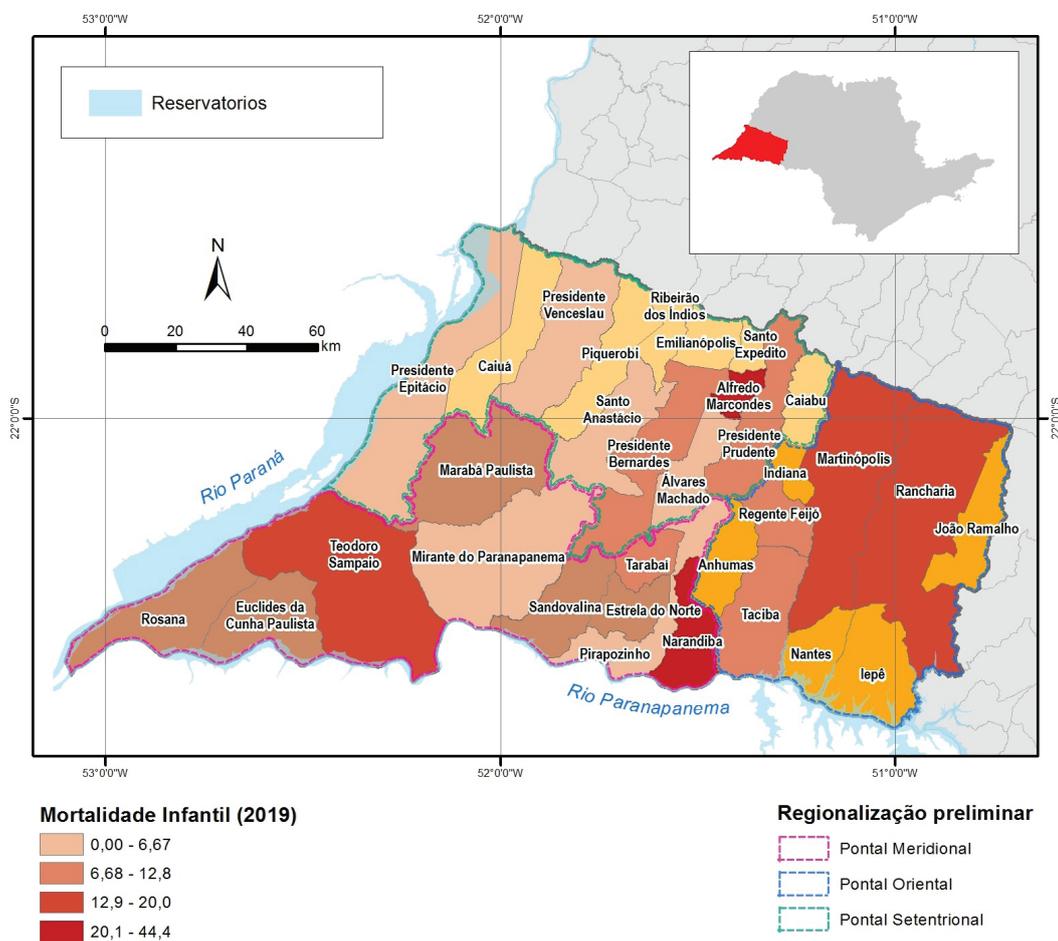
Em termos de saúde, verifica-se, quanto aos leitos do Sistema Único de Saúde, em 2019, concentração na cidade de Presidente Prudente, reunindo quase 60 % dos leitos disponíveis - frente uma porcentagem de 36 % da população total do Pontal do Paranapanema. Esse padrão leva a uma desigualdade no acesso à saúde entre as sub-regiões, fazendo com que o Pontal Setentrional reunisse 79 % de todos os leitos disponíveis naquele ano.

Os dados de acesso aos leitos do SUS ganham maior sensibilidade frente à pandemia da COVID-19 enfrentada no país. Utilizando dados do Plano SP (Sistema SIMI) para 2021, é possível identificar que dentro do estado, a DRS 11 – Presidente Prudente – se apresenta como a terceira regional paulista com menos leitos COVID por mil habitantes (15ª de 17 DRS). Como base de comparação, em 23/07/2021, o Estado de São Paulo apresentava 27,07 Leitos Covid-19 UTI por 100 mil habitantes, enquanto a

DRS 11 apresentava a taxa de 20,79. Dessa forma, cabe reforçar que a concentração do acesso à saúde, em uma região marcada por extensas áreas agrárias, merece uma atenção especial no plano de desenvolvimento.

Seguindo a definição do DATASUS, as taxas de mortalidade infantil são geralmente classificadas em altas (50 ou mais), médias (entre 20 e 49) e baixas (menos de 20). A taxa de mortalidade infantil no Estado de São Paulo apresentou queda nos últimos anos, saindo de 13,44 em 2005, para 10,93 em 2019, uma queda de 18,7%. No Pontal do Paranapanema, seis municípios apresentavam taxas de mortalidade infantil acima do estado em 2019: Alfredo Marcondes (44,44); Narandiba (37,5); Martinópolis (20,0); Rancharia (19,34); Teodoro Sampaio (15,72); Taciba (12,82); e Tarabai (11,49).

Variação da Taxa de Mortalidade Infantil no Pontal



Fonte: Seade (2020)

Dos municípios listados, é importante especial atenção para Alfredo Marcondes e Narandiba, com indicadores considerados médios (entre 20 e 49), principalmente o primeiro, que já havia repetido o mesmo indicador em 2015.

Por fim, na sub-região do Pontal Oriental temos registros de taxas consideradas baixas em 2019, mas no limite dessa faixa estão Martinópolis (20,0) e Rancharia (19,34). Um destaque positivo é João Ramalho (0,0), que teve uma queda acentuada no indicador desde 2005 – semelhante ao destaque obtido no caso de mães adolescentes.



04.

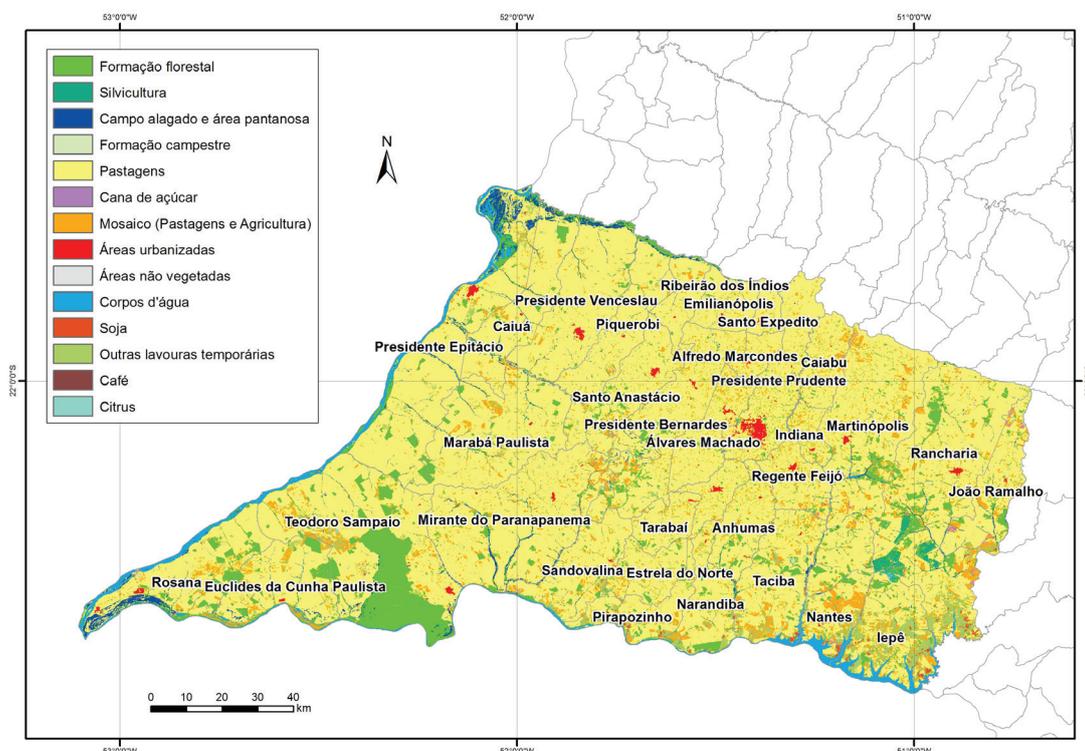
**Cenário Ambiental
no Pontal do
Paranapanema**

O contexto ambiental constitui uma referência fundamental para o planejamento das atividades econômicas, principalmente numa região onde os recursos naturais, especialmente a cobertura vegetal, o solo e a água, foram profundamente afetados pela ocupação ao longo do século XX.

A fisiografia homogênea do território do Pontal, constituída por um modelado de relevo suavizado, facilitou a disseminação de um uso extensivo agropecuário com forte supressão da cobertura vegetal nativa. Essa apropriação não planejada do território, aliada a um substrato geológico de matriz arenosa, acarretou em intensa degradação dos solos e no surgimento de processos erosivos que impactaram severamente não só a terra utilizada para o cultivo como, também, seus corpos hídricos por meio de assoreamento.

Observando o mapa abaixo, que traz um retrato do uso e da cobertura da terra elaborado pelo projeto MapBiomas² a partir de imagens LANDSAT, constata-se que desde 1985 a vegetação nativa já havia sido em grande parte desbastada e substituída por coberturas herbáceas para a pecuária extensiva.

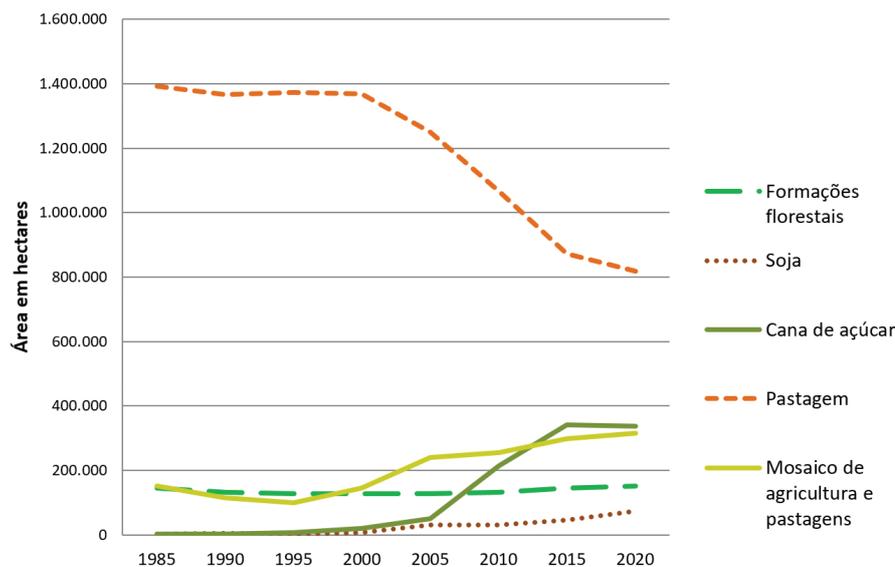
Situação do uso e da cobertura da terra na região do Pontal em 1985



² O MapBiomas é um projeto de mapeamento anual da cobertura da terra desenvolvido por uma rede de especialistas em uso da terra, biomas brasileiros, sensoriamento remoto, geoprocessamento e ciência da computação, de diversas instituições do país, com o propósito de contribuir para o entendimento da dinâmica do uso do solo no Brasil. Os mapeamentos do MapBiomas utilizam imagens da categoria LANDSAT, desde 1985.

Se acompanharmos a evolução do uso e da cobertura da terra nos últimos 35 anos (gráfico ao lado), é possível observar uma substituição das áreas ocupadas por pastagens, por cultivos de cana-de-açúcar e soja a partir dos anos 2000. A diversificação da produção rural e o crescimento urbano dos últimos vinte anos, pouco modificaram a paisagem na região.

Evolução das principais coberturas na região do Pontal em 2020

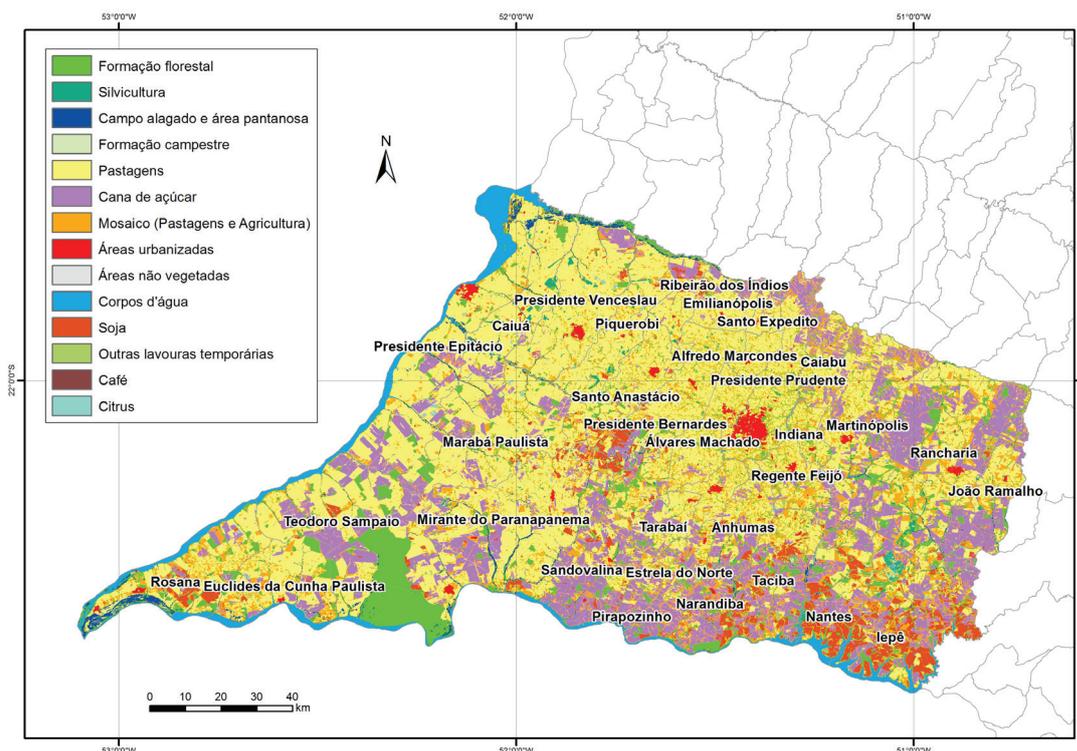


Fonte: MapBiomias (2020)

Apesar de positivo para o setor agrícola e para a economia local, este cenário traz consigo certos agravantes uma vez que a introdução da monocultura em larga escala, que tem crescido por conta da abundância de recursos hídricos e da facilidade de mecanização, também faz uso intensivo da terra e utiliza, muitas vezes, quantidades excessivas de defensivos agrícolas que promovem a degradação dos recursos hídricos e a potencialização dos processos erosivos.

O mapa abaixo traz um retrato atual do uso e da terra produzido pelo MapBiomias.

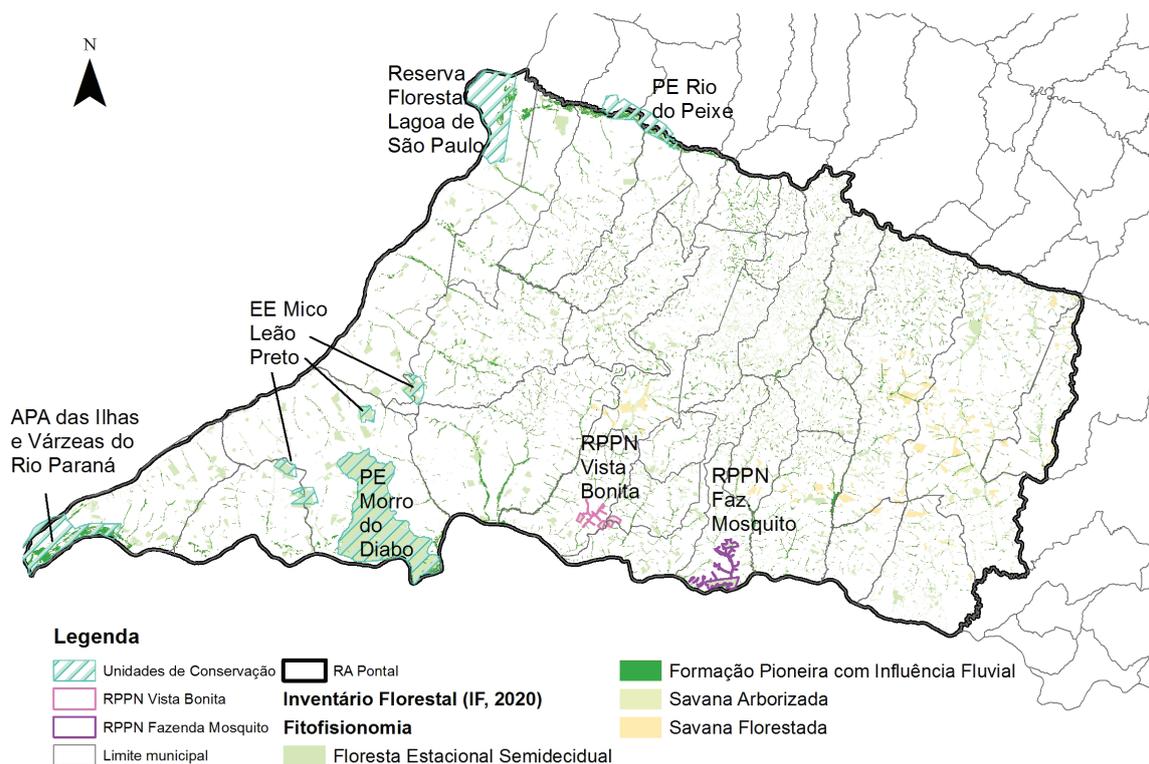
Situação do uso e da cobertura da terra na região do Pontal em 2020



Pelos mapeamentos realizados Projeto MapBiomias para o ano de 2020 constata-se que as coberturas herbáceas (pastagens e mosaicos de agricultura e pastagem) são as mais expressivas na região, seguidas pela cana-de-açúcar. As formações florestais aparecem na sequência, mas numa proporção bem menor. A necessidade de se recuperar tais áreas, não apenas para garantir a preservação da biodiversidade e a manutenção de corredores ecológicos, mas também para aumentar a proteção do solo em relação aos processos erosivos tem sido latente na região. Diante deste cenário de fragilidade do patrimônio natural, torna-se necessário destacar a importância das Unidades de Conservação no território do Pontal.

A alteração significativa Mata Atlântica que cobria a região resultou na declaração de diversos diplomas legais para a proteção das terras públicas e as espécies da flora e da fauna nela existentes, algumas ameaçadas de extinção, como o mico leão preto e a onça pintada. A Reserva Florestal do Morro do Diabo, que posteriormente se tornou Parque Estadual do Morro do Diabo, foi criada pela Lei nº 12.279 de 29 de outubro de 1941. A Reserva da Lagoa São Paulo foi criada pelo decreto 13.049, de 6 de novembro de 1942, e a Reserva do Grande Pontal foi criada pelo decreto 13.075 de 25 de novembro de 1942. Essas três reservas totalizavam 297.340 ha de floresta (PASSOS, 2004; BOIN e OSCO, 2016).

Áreas legalmente protegidas na região do Pontal



Entretanto, apesar dessa proteção legal, essas áreas foram sistematicamente ocupadas com atividade agropecuária, extração mineral de argila, ocupação urbana, usinas hidrelétricas (Rosana e Porto Primavera) e assentamentos fundiários (SOUZA e MUNIR, 2013). A Reserva Estadual do Morro do Diabo, que constiuía o remanescente mais preservado, foi recategorizada para Parque Estadual (PE), uma Unidade de Conservação (UC) de Proteção Integral, a partir da Lei Federal nº 9.885/2000. O Decreto do PE Morro do Diabo foi alterado pelo Decreto Estadual nº 28.169 de 21 de janeiro de

1988, em função da construção do Ramal de Dourados (ferrovia), da rodovia SP-613, do aeroporto, além do represamento do Rio Paranapanema, necessário para a instalação da UHE Rosana e exclusão da área que foi inundada pela hidrelétrica de Porto Primavera (IF, 2006; MMA, 2007; TÓFOLI, 2006).

Atualmente, a paisagem é marcada pela presença de assentamentos rurais no entorno dos últimos remanescentes de Mata Atlântica (LIMA et al., 2006; TÓFOLI, 2006). Algumas dessas Ilhas são protegidas na forma da UCs, sendo a mais extensa o PE Morro do Diabo. Ocorrem, ainda, a Estação Ecológica (EEc) Mico-Leão-Preto, o PE Rio do Peixe e duas Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN), uma UC de uso sustentável de domínio privado: RPPN Vista Bonita, no município de Sandovalina e a RPPN Fazenda Mosquitos, no município de Narandiba (IF, 2006; MMA, 2007). De forma a promover a conectividade entre as UCs e demais área protegidas existentes no Pontal, a Resolução SMA 10/2014 criou a Área Sob Proteção Especial do Pontal do Paranapanema – ASPE do Pontal do Paranapanema (FREIRE, 2017).

De acordo com o zoneamento da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica (RBMA), ocorre predominantemente a Zona de transição, onde o processo de ocupação e o manejo dos recursos naturais são planejados e conduzidos de modo participativo e em bases sustentáveis. Também ocorrem a Zona núcleo (PE Morro do Diabo e EEc Mico Leão Preto), destinadas à proteção integral da natureza e a zona de amortecimento, onde só são admitidas atividades que não resultem em dano para áreas-núcleo. Além disso, parte da região do Pontal foi avaliada como de muito alta importância biológica pelo Ministério do Meio Ambiente, pois abriga espécies raras, endêmicas e ameaçadas de extinção, mostrando a importância de proteger os últimos remanescentes florestais fragmentados desta paisagem extremamente ameaçada (TÓFOLI, 2006).

O Quadro, mostrado a seguir, apresenta uma sistematização das Unidades de Conservação que ocorrem na região do Pontal, bem como a existência ou não de Plano de Manejo, um importante documento para o planejamento territorial. Apesar de pouco expressivas, as UCs do Pontal representam um ganho em termos de manutenção das condições ecossistêmicas e de aproveitamento cultural, educacional e econômico que podem ensejar.

Unidades de Conservação ambiental na região do Pontal

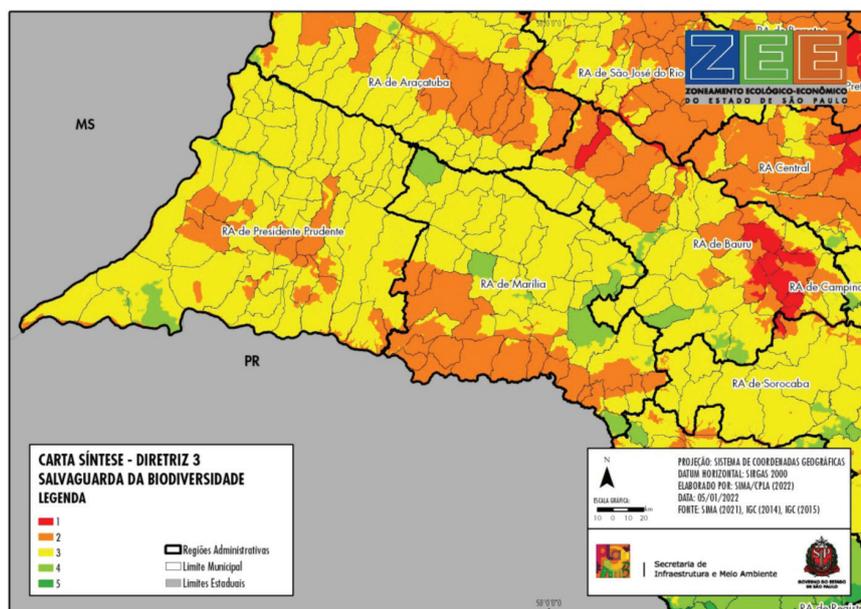
Tipo UC	Cat.	Nome da UC	Ato de criação	Municípios	Plano manejo	Área (ha)
Proteção Integral	PE	Parque Estadual do Morro do Diabo	Decreto Estadual nº 25.342, de 04 de junho de 1986	Teodoro Sampaio	Sim, 2006	3.384,53
	PE	Parque Estadual Rio do Peixe	Decreto Estadual nº 47.095, de 18 de setembro de 2002	Ouro Verde, Dracena, Presidente Venceslau, Piquerobi	Sim, 2010	7.720

Tipo UC	Cat.	Nome da UC	Ato de criação	Municípios	Plano manejo	Área (ha)
Proteção Integral	EE	Estação Ecológica Mico-Leão-Preto	Decreto Federal s/nº, de 16/07/2002	Teodoro Sampaio, Euclides da Cunha Paulista, Marabá Paulista e Presidente Epitácio	Sim, 2007	5.500,00
Uso Sustentável	RPPN	RRPN Vista Bonita	Portaria MMA nº 38, de 9 de março de 2004	Sandovalina	Não	1.069,10
	RPPN	RRPN Fazenda Mosquito	Resolução SMA nº 070 de 23 de setembro de 2008	Narandiba	Não	886,84
	ASPE	ASPE PONTAL	Resolução SMA 10/2014.	Marabá Paulista, Mirante do Paranapanema, Presidente Epitácio, Sandovalina, Teodoro Sampaio, Euclides da Cunha Paulista e Rosana	Não	58.586
Internacional	RBMA	RBMA – Reserva da Biosfera da Mata Atlântica	Resolução da UNESCO	Narandiba, Pira-pozinho, Mirante do Paranapanema, Teodoro Sampaio, Euclides da Cunha Paulista, Marabá Paulista Rosana, Santo Expedito, Emilianópolis, Ribeirão dos Índios, Piquerobi, Caiuá.	Sim	-

O surgimento de Unidades de Conservação de maior porte, como por exemplo o Parque Estadual do Morro do Diabo, não tem evitado a contínua exploração dos recursos que ocorre pela expansão da agricultura voltada ao mercado externo, caso da soja, milho, algodão, eucalipto e, mais recentemente, o álcool de cana de açúcar, além das culturas animais com o fortalecimento da pecuária em grandes extensões de terra e a verticalização das granjas (suínos, frangos). Nesse sentido, é imprescindível que sejam implementadas ações integradas de maneira a compor os diversos interesses que ocorrem dentro da região do Pontal, com a preservação ambiental.

Uma iniciativa integradora que pode contribuir para o equacionamento das demandas econômicas e ambientais na região do Pontal é a proposta de Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE) para o Estado de São Paulo, que vem sendo debatida com a sociedade civil. Esta ação, capitaneada pela Coordenadoria de Planejamento Ambiental da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente, busca essencialmente concatenar as vocações econômicas de diferentes parcelas do território paulista, destacando as vulnerabilidades ambientais e as potencialidades de desenvolvimento em bases sustentáveis, a partir da elaboração de cenários futuros. As análises realizadas no âmbito deste estudo mostraram criticidade (cores frias nos mapas indicam melhor situação) de indicadores relacionados à vegetação nativa e às Unidades de Conservação e áreas protegidas, conforme mostra a Carta Síntese da Diretriz 3 – Salvaguarda da Biodiversidade, além de preocupação com a ocorrência de processos erosivos.

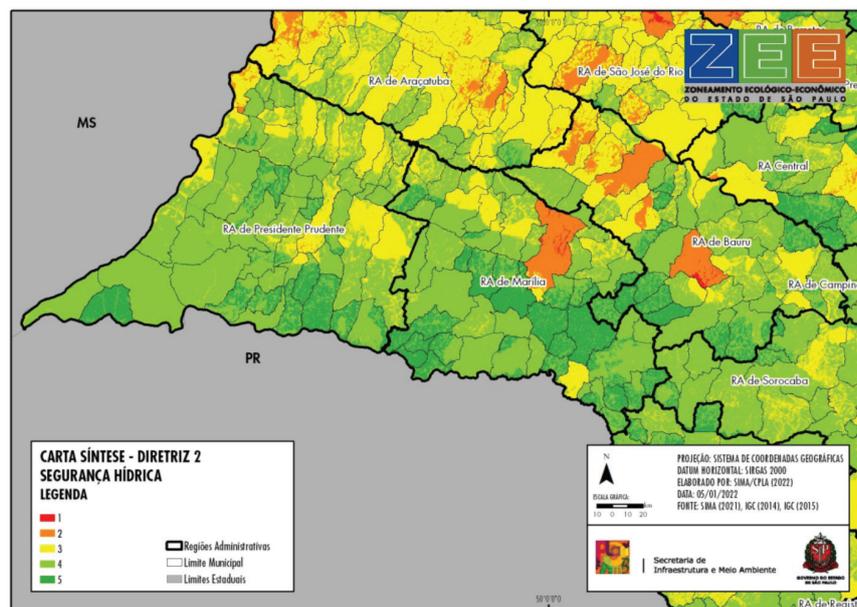
Cenários estabelecidos dentro ZEE para biodiversidade



Fonte: ZEE (2022)

O estudo também identificou uma favorabilidade de indicadores relacionados à quantidade e qualidade de água (Carta Síntese da Diretriz 2 – Segurança Hídrica), mas a análise futura indicou preocupação no que concerne à disponibilidade hídrica per capita Q95%, balanço hídrico e índice municipal de coleta e tratabilidade de esgotos, podendo comprometer os diversos usos da água, como o abastecimento público e a irrigação pelo setor agrícola.

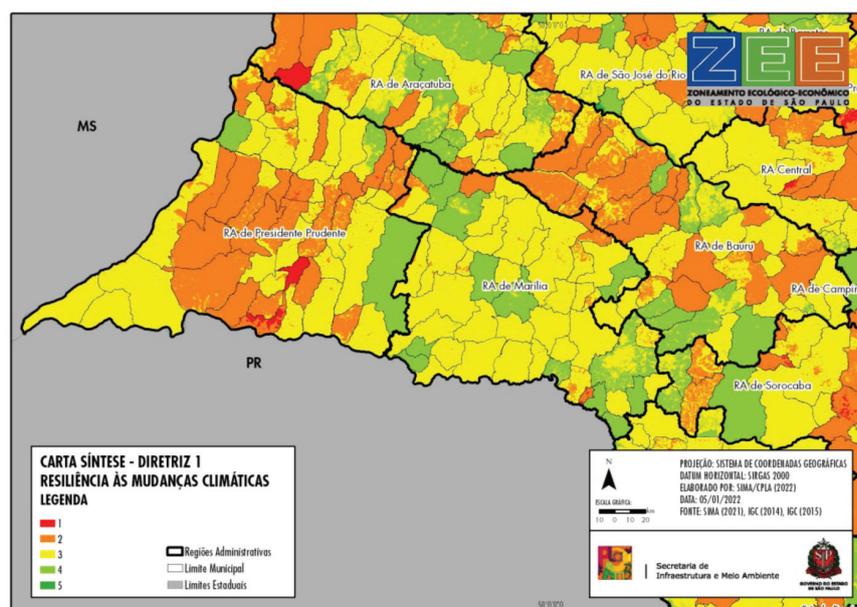
Cenários estabelecidos dentro ZEE para segurança hídrica



Fonte: ZEE (2022)

Na Diretriz 1 – Resiliência às mudanças climáticas apontam para uma redução da precipitação e para o aumento da estiagem na região, que podem afetar a biodiversidade, a segurança hídrica e a provisão de serviços ecossistêmicos, com impactos negativos na produção agropecuária e na disponibilidade de insumos e matéria-prima para o setor produtivo.

Cenários estabelecidos dentro ZEE para mudanças climáticas



Fonte: ZEE (2022)

O contexto atual e o cenário futuro de vulnerabilidade ambiental constitui um estímulo para que o processo de desenvolvimento do Pontal alinhe-se efetivamente ao aprimoramento das condições de conservação dos seus recursos naturais.



05.

**Dinamização
Econômica
do Pontal do
Paranapanema em
Bases Sustentáveis:
Programas
de Ações**

Programa de Garantia de Direitos Sociais e Políticas Integradoras: PDSPI-Pontal

5.1.

O Programa de Garantia de Direitos Sociais e Políticas Integradoras destina-se à proposição diretrizes e iniciativas que compõem transversalmente os programas com ações focalizadas para a dinamização dos três setores que dão sustentação a economia da região – produção rural, turismo e indústria. Esses aportes transversais são essenciais para garantir que as ações consignadas nos programas desenvolvam-se efetivamente, estando conectados com as demandas e vocações estabelecidas e promovam a garantia de direitos sociais básicos.

5.1.1.

Políticas Sociais no Território do Pontal

Com a pandemia do Covid-19, a discussão sobre o desenvolvimento econômico com a sustentabilidade ambiental e a justiça social ganhou destaque. A visão sistêmica de desenvolvimento envolve a articulação de diversas políticas públicas, com destaque às sociais como educação, saúde, alimentação, trabalho, moradia, transporte, lazer, segurança, previdência social, proteção à maternidade e à infância, e assistência social àqueles que necessitam.

- Assumindo a complexidade, diversidade e heterogeneidade dos processos de desenvolvimento, o PADES-Pontal busca promover medidas protetivas e emancipadoras das condições sociais e econômicas, especialmente das populações mais vulneráveis, em consonância com os direitos sociais previstos na Constituição Federal de 1988 e o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU).

Observa-se uma diferenciação nos indicadores sociais dos 32 municípios do Pontal do Paranapanema, caracterizando uma diversidade de cenários e de desigualdades nas condições de vida dos cidadãos do Pontal. A má distribuição de renda afeta os indicadores sociais e reduzi-la constitui uma prioridade do PADES-Pontal 2022, que deve estar associado a um conjunto de ações dirigidas à melhoria da qualidade de vida na Região.

Presidente Prudente concentra a população e o PIB regional (36,5 % da população e 43,9 % do PIB), enquanto a maioria dos municípios apresenta taxas de crescimento inferiores às do Estado. Há um crescimento expressivo da proporção de habitantes idosos em relação aos jovens, entre 2005 e 2020, exigindo medidas específicas do Poder Público para essa população.

A vulnerabilidade social a partir do IPVS é identificada de forma assimétrica na região: Nantes e Sandovalina possuem a maior parte da população no grupo de alta vulnerabilidade e a sub-região Meridional e a porção oeste do Pontal Setentrional apresentam as maiores áreas em vulnerabilidade alta, principalmente nas zonas rurais. Ações articuladas de segurança alimentar, saúde, educação e assistência social, com a promoção de geração de renda são necessárias para reverter esse quadro de suscetibilidade existente em porções expressivas do Pontal.

A regularização fundiária e os conflitos pela terra são pontos relevantes destacados nos estudos e nas Oficinas e Fóruns realizados, o que requer uma ação estatal para sua solução. Mostra-se importante a criação de uma estrutura de governança responsiva aos diferentes interesses dos grupos da região, para o desenho e execução de um programa de regularização que possa dar segurança jurídica aos assentamentos e olhar para as famílias mais vulneráveis.

No Pontal há mais de 6 mil famílias assentadas que desempenham um papel importante para o desenvolvimento econômico da região. Apesar da existência de iniciativas do Poder Público que valorizam a aquisição de produtos da agricultura familiar, os programas podem ser potencializadas, promovendo de forma articulada benefícios econômicos e sociais, com a geração de emprego e renda para os assentados e oferta de alimentos aos serviços de educação, saúde, segurança e de assistência social.

- Destaca-se, portanto, o papel das contratações públicas de bens e serviços como instrumento que pode impactar a economia e o desenvolvimento local e regional.

Em relação à saúde, persistem desigualdades entre os territórios que precisam ser enfrentadas pelo Poder Público. Os leitos do SUS estão concentrados em Presidente Prudente, com acentuada diminuição para os demais municípios, situada abaixo da média estadual. Essa realidade dificulta o acesso igualitário a todos os cidadãos. Nota-se, ainda, que em sete dos municípios analisados³ a taxa de mortalidade infantil está acima da média estadual, o que sinaliza ponto de alerta à política de saúde, em especial nos municípios de Alfredo Marcondes, Naran-diba e Martinópolis e Rancharia, com taxas consideradas altas.

³ Municípios com taxa de mortalidade acima da média estadual no Pontal: Alfredo Marcondes (44,44); Naran-diba (37,5); Martinópolis (20,0); Rancharia (19,34); Teodoro Sampaio (15,72); Taciba (12,82); e Tarabai (11,49).

No quesito de acesso ao direito à educação, são observados avanços na Região. Na Educação Infantil houve, de 2005 a 2020, um crescimento nas matrículas de 11,16 %, mas este índice ainda está abaixo do incremento no Estado, além de não ter acompanhado a evolução do crescimento populacional dos municípios e, em algumas localidades, ter havido redução das matrículas. O índice percentual médio da população de 18 a 24 anos com pelo menos Ensino Fundamental está acima do Estado, mas há três municípios com valores bem abaixo que exigem uma ação direcionada (Caiuá, no Pontal Setentrional; Marabá Paulista, no Pontal Meridional; e Martinópolis, no Pontal Oriental). O Ideb dos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental da região está acima dos indicadores estaduais, com apenas dois destaques negativos⁴. No Ensino Médio, profissionalizante e Superior, há uma concentração da oferta em municípios com maior população, com destaque à Presidente Prudente. Nas oficinas foi mencionado que alguns desses cursos não preenchem as vagas ofertadas, sugerindo a descentralização dessas salas.

No que se refere ao Desenvolvimento Social, há desigualdades e iniquidades da Região do Pontal em relação ao Estado de São Paulo, e entre as três sub-regiões e os municípios do território. Assim, o PADES-Pontal 2022 indica ações diferenciadas às diversas realidades.

Para o incremento das políticas sociais, propõem-se as linhas de ação:

- Ampliação de políticas sociais voltadas às especificidades das três diferentes regiões do Pontal e atuação direcionada aos municípios com piores indicadores sociais.
- Reorganização do sistema de saúde da região, descentralizando os serviços com o apoio técnico e financeiro do estado e da União.
- Ampliação de leitos do Sistema Único de Saúde (SUS) de forma descentralizada, não os concentrando em Presidente Prudente.
- Garantia de acesso universal, integral e de qualidade aos serviços de saúde a todos os cidadãos do Pontal.
- Redução da mortalidade infantil para menos de um dígito em todos os municípios da região e término das mortes evitáveis de recém-nascidos e crianças menores de cinco anos.
- Garantia de cobertura vacinal a todos os cidadãos.
- Garantia de desenvolvimento de qualidade na primeira infância.
- Ampliação da cobertura de Educação Infantil para que todos municípios da Região atendam a meta do Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024.
- Criação de oportunidades regionais de estudo no ensino médio, cursos de profissionalização e de nível superior regionalizados voltados às vocações regionais e oportunidades de emprego.

⁴ 4 Municípios com Ideb baixo: Álvares Machado, a única que não chegou a 6,0 pontos nos Anos Iniciais; e Santo Expedito (4,0), nos Anos Finais.

- Garantia do acesso, da permanência e qualidade da educação básica - educação infantil, ensino fundamental e médio - a todos os cidadãos, com apoio técnico e financeiro do estado e da União.
- Promoção da segurança alimentar em todos os municípios, em especial nas áreas de alta vulnerabilidade, com incentivos à compra da agricultura familiar e de assentamentos da Região.
- Direcionamento de ações públicas às populações de alta vulnerabilidade buscando a erradicação da pobreza extrema em especial nas sub-região Meridional e a porção oeste do Pontal Setentrional.
- Ampliação de políticas públicas à população idosa da Região.
- Ampliação do acesso à moradia e ao saneamento básico a todos os cidadãos, inclusive das zonas rurais.
- Regularização fundiária, com o apoio do Governo do Estado e da União.
- Ampliação do transporte intrarregional.

5.1.2.

Estrutura das Gestões Municipais e Descentralização dos Serviços Públicos

A promoção do desenvolvimento da Região requer a articulação interfederativa com atuação conjunta da União, Governo do Estado e dos municípios. Para tal, observou-se nas oficinas e fóruns a necessidade de aprimoramento da capacidade de gestão dos municípios para a promoção do PADES nos seus territórios. A capacidade de gestão é:

"...a competência do Poder Executivo municipal em cumprir seus objetivos e suas atribuições legais, de acordo com o interesse público, com eficiência, alcance e eficácia. Utiliza-se para tanto os recursos disponíveis, de maneira a potencializá-los, por meio do aproveitamento adequado dos instrumentos e das ferramentas do processo de gestão e de sua capacidade de articulação com demais entes federados e demais parceiros" (CRUZ et al., 2011, p. 87).

Desta forma, há a necessidade de aprimoramento da gestão de pessoas, financeira, de capital e infraestrutura tecnológica para que as localidades possam assumir as suas atribuições e melhor atender o cidadão. Os participantes das oficinas apontaram para a necessidade de qualificação dos agentes públicos, com atenção especial às equipes municipais das pequenas cidades.

As informações econômicas mostram uma dependência financeira das transferências intergovernamentais nos orçamentos municipais e a existência de dez municípios com capacidade de pagamento “C”⁵, indicando a necessidade de melhoria da gestão financeira e de formação de quadros para captação de recursos com outros entes federados e atores não governamentais. A melhoria da capacidade de gestão também passa por investimentos em soluções tecnológicas que disponibilizem e melhorem os serviços aos cidadãos, como foi possível observar na pandemia do Covid-19.

Durante a oficina, também foi mencionada, especificamente, a necessidade de elaboração de programas visando o bem-estar de gestores públicos através de atendimento e acompanhamento psicológico. Este ponto atesta a vulnerabilidade das administrações municipais e a importância de serem objeto de um olhar mais cuidadoso para além da capacitação e aprimoramento técnico. Cumpre lembrar que as prefeituras exercem um papel fundamental – principalmente em municípios pequenos – na garantia de direitos e oportunidades à população; isso se reflete em uma grande responsabilização por parte dos agentes públicos que não pode ser ignorada. Esse cenário vai ao encontro de outro ponto levantado nos momentos de escuta que diz respeito à percepção, por parte dos habitantes do Pontal, de que o território é “esquecido” por estar longe da capital, o que contribui para a sensação de isolamento do capital humano nas prefeituras.

Outro aspecto constatado refere-se à centralização dos equipamentos e serviços públicos e pessoal qualificado em Presidente Prudente, em especial na saúde e educação superior. Esta situação gera uma concentração econômica em torno desse município e a descentralização poderia ser um fator para impulsionar o desenvolvimento das demais localidades. Foi observado, ainda, a existência de poucas organizações da sociedade civil na Região que poderiam apoiar ações vinculadas ao PADES-Pontal 2022.

Esta realidade reforça a existência de desigualdades e iniquidades intrarregionais na oferta dos serviços que precisam ser apoiadas com a implementação de ações previstas no PADES.

Para o aprimoramento da capacidade de gestão dos municípios e a descentralização dos serviços públicos, propõem-se as linhas de ação:

- Qualificação dos agentes públicos locais para as demandas da administração pública.
- Apoio aos municípios à elaboração e gestão de projetos municipais e regionais.
- Investimento em soluções tecnológicas para a modernização e melhoria da gestão pública.

5 A Capacidade de Pagamento (CAPAG) é um índice do Tesouro Nacional que analisa a capacidade de pagamento e apura a situação fiscal dos Entes Subnacionais que querem contrair novos empréstimos com garantia da União; no caso o índice C é a situação de maior vulnerabilidade.

Mais informações estão disponíveis em: <https://www.tesourotransparente.gov.br/temas/estados-e-municipios/capacidade-de-pagamento-capag>.

- Melhoria da capacidade institucional dos municípios, oferecendo serviços de qualidade e com justiça social aos munícipes.
- Descentralização dos serviços na região, com destaque aos de saúde e de educação de ensino médio, profissionalização e superior, reduzindo as desigualdades e iniquidades intrarregionais de acesso e permanência.
- Apoio estadual direcionado aos pequenos municípios com menor capacidade institucional.
- Incentivo à formação de organizações da sociedade civil, empreendimentos coletivos, grupos que possam auxiliar na promoção do desenvolvimento.
- Elaboração de programas de valorização, bem-estar e acompanhamento psicológico para as equipes da administração municipal.

5.1.3. Geração de Emprego e Renda

A geração de emprego e renda é um fator proeminente na fixação dos atores no território. Assim, se há oportunidades distribuídas pelos municípios que compõem o Pontal, há maiores incentivos para que a população permaneça em seus locais de origem. Este aspecto foi amplamente mencionado nos momentos de escuta com os atores do território – oficina e fórum. Há uma percepção bastante consolidada de que o caminho para um desenvolvimento social efetivo parte, antes de tudo, da garantia da atividade produtiva pelos habitantes.

Este é um dos elementos centrais de um plano de desenvolvimento, e que se relaciona com três programas apresentados como parte da estratégia – podem existir oportunidades de geração de emprego e renda na indústria, comércio e serviços; turismo; e no setor de produção rural. A estrutura de cada programa já conta com estratégias específicas voltadas à dinamização econômica. Aqui são apresentados subsídios complementares, porém fundamentais, às estratégias setoriais.

Inovação, Capacitação Técnica e Geração de Conhecimento

As estratégias indicadas nos programas do PADES-Pontal apontam para uma modernização da região do Pontal, que está associada à melhoria da qualidade de vida das pessoas que ali vivem. Estes dois elementos são a base para a concepção e implementação de ações voltadas à inovação, capacitação técnica e geração de conhecimento, que servem como propulsores da geração de renda.

Para além da atividade produtiva, as ações de capacitação técnica e geração de conhecimento, se bem fundamentadas, constituem importante estímulo para o jovem permanecer no território. Ao conciliar as vocações regionais identificadas com iniciativas de capacitação nestas áreas, pode ser mais atrativo permanecer no Pontal do que migrar para outras localidades, favorecendo o desenvolvimento do entorno.

A região conta com uma presença expressiva de Faculdades e Instituições de Ensino Superior que, inclusive, foram mencionadas como um ponto forte nas escutas com a comunidade. No entanto, também foi ressaltado que, frequentemente, os jovens são obrigados a escolher entre trabalhar ou estudar, o que sinaliza uma vulnerabilidade desse público. Assim, esta parcela da população pode se beneficiar de auxílios para levar a cabo seu processo formativo, como bolsas, por exemplo, ou uma grade curricular que permita conciliar trabalho e estudo.

As ações de incentivo à inovação, capacitação técnica e geração de conhecimento devem ser entendidas de maneira ampla, sendo capazes de servir como alavancas para o desenvolvimento geral da região. Assim, quanto à inovação, trata-se da inserção da região do Pontal em mercados mais avançados, com apoio de iniciativas de formação voltada à novas economias e à indústria 4.0, por exemplo.

Para o incremento das atividades de inovação, capacitação técnica e geração de conhecimento, propõem-se as linhas de ação:

- Aprimorar a formação de nível médio, em especial no percurso profissionalizante, de forma a garantir que os jovens recebam capacitação compatível com os desafios atuais do mercado de trabalho.
- Direcionar a oferta dos cursos profissionalizantes, ensino técnico e superior às demandas e vocações da economia e dos ativos socioambientais da região.
- Fomento direcionado à inovação tecnológica, orientado para as vocações regionais e de seu povo, entre outros por meio de editais com agências de fomento.
- Promover ações para o fortalecimento de possíveis polos de inovação local, caso do Inova Prudente, destacando-se: apoiar a instalação de uma estrutura física; fomentar a aproximação e articulação do aparato de ensino, pesquisa e inovação do estado, por meio da execução de projetos conjuntos; apoiar a identificação e busca de investimentos e parcerias nacionais e internacionais.
- Ofertar programas e cursos específicos para capacitação e especialização das equipes de gestão municipal, desenvolvidos em parceria com o Sebrae, Senar e outras instituições do “S” ou com escolas técnicas.

5.1.4. Cooperativismo e Desenvolvimento dos Assentamentos Rurais

É impossível desconsiderar a importância dos assentamentos rurais para a dinâmica do Pontal do Paranapanema. Os assentamentos influenciam na organização social, na produção rural e na preservação do meio ambiente. Assim, devem ser objeto de especial atenção de qualquer plano de intervenção no território. Quanto maior engajamento e convergência existir com este público, maiores as chances de sucesso das estratégias firmadas.

Para este público e outras iniciativas, é possível considerar o cooperativismo como alternativa de organização para potencialização da produção local. O cooperativismo tem como base a associação de pessoas com objetivos comuns, para potencialização de ganhos em suas atividades econômicas. Pode estar voltada para a produção e comercialização de produtos, por exemplo. Considerando estes dois temas, propõe-se as seguintes ações:

- Mapeamento detalhado dos assentamentos existentes, para conhecimento da população instalada, atividades desenvolvidas e demandas por suporte para produção.
- Iniciativas de capacitação sobre cooperativismo e apoio técnico para a concepção e instalação de iniciativas, com apoio das universidades e organismos de suporte empresarial (como o Sebrae), instaladas no local.
- Elaboração de projetos e programas voltados à aquisição de produção dos assentamentos para alimentação escolar e outros fins, assim como ações de compra coletiva de sementes e insumos.
- Estudo de viabilidade de projetos como Vale-Feira, programa que fornece tickets para funcionários da administração municipal para consumo exclusivo de feiras de produtores de assentamento, como forma de aquecer a economia local e estabelecer bons hábitos de consumo.
- Criação de incentivos para o cooperativismo, como facilitação na obtenção de licenças e alvarás, balcão único de atendimento e incentivos para a distribuição dos produtos a serem comercializados.
- Fornecimento de apoio técnico e financeiro para geração de valor à produção existente e sua diversificação.
- Apoio estruturante à assistência técnica e extensão na produção rural.
- Fornecimento de microcrédito ou crédito subsidiado às iniciativas em parceria com órgãos estaduais e federais, como o Banco do Povo.

5.1.5. Políticas Afirmativas

Políticas afirmativas estão voltadas à garantia de direitos de populações e grupos com menor expressão política, como mulheres, população negra e LGBTQIA+. Considerando-se que um plano de desenvolvimento deve levar em conta o acesso destes grupos aos benefícios das iniciativas de progresso econômico, são propugnadas as linhas de ação:

- Organização de dados diagnósticos sobre populações que serão alvo de políticas afirmativas e sua condição socioeconômica na região. Por exemplo, é possível identificar quantas mulheres são chefes de família ou o rendimento médio da população negra.
- Realização de escutas participativas com a população para compreensão das demandas específicas destes grupos.
- Articulação com as demais Secretarias estaduais, como Cultura e Economia Criativa; Desenvolvimento Social; e Direitos da Pessoa com Deficiência, para elaboração de um plano de ação focado em políticas afirmativas para a região.
- Inclusão de temas de políticas afirmativas e desafios relacionados no âmbito dos Conselhos Municipais.
- Ampliação do diálogo com organizações da sociedade civil e terceiro setor que trabalham com políticas afirmativas.
- Elaboração de iniciativas que visem a oferta de vagas na região para este público específico.

5.1.6. Segurança Pública e Administração Penitenciária

O setor de segurança pública é sensível na região do Pontal, especialmente pela presença de estabelecimentos prisionais que trazem dinâmicas específicas aos municípios. Este cenário traz impactos, mas também potencialidades para a população do Pontal, dado que o fluxo de pessoas pode apresentar oportunidades de desenvolvimento de serviços e comércio local.

Para que os estabelecimentos prisionais possam ser melhor incorporados no cotidiano da gestão pública e das dinâmicas dos municípios, e não serem tratados como espaços apartados da vivência local, são indicadas as linhas de ação :

- Análise das dinâmicas de entrada, saída e permanência de pessoas apenadas e de suas famílias nos municípios, de forma a garantir uma estrutura de atendimento e serviços adequada à demanda.
- Estruturação, junto aos pequenos empreendimentos locais, de estratégias para oferecimento de serviços de alimentação e hospedagem para famílias que visitam pessoas apenadas.
- Estruturação de programas de oferta de serviços para os estabelecimentos penitenciários, como a compra de alimentos da agricultura familiar e assentamentos rurais.
- Investimento na formação e qualidade de vida dos agentes penitenciários, inclusive com programas de cuidado com a saúde mental dos trabalhadores, como parte da busca por melhor qualidade de vida da população.
- Instituição de espaços de diálogo e colaboração entre a Secretaria de Administração Penitenciária (SAP) com os governos municipais, para potencialização de ações conjuntas.
- Estruturação de um programa de formação e reinserção profissional para egressos do sistema prisional, pensando na integração humanizada à vida em comunidade após a pena.

Programa de Valorização da Produção Rural: PVPR-Pontal

5.2.

O Programa de Valorização da Produção Rural do Pontal do Paranapanema tem o objetivo de apoiar e fortalecer as diversas culturas agrícolas, florestais e criações animais presentes no Pontal, com vistas a aproveitar o potencial da diversificação da produção rural da região para gerar impacto positivo na economia regional e na qualidade de vida da população. Dessa forma, pretende-se consolidar a colaboração da produção rural do Pontal para o atendimento dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), estabelecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU), em 2015, para orientar políticas públicas a serem implementadas até 2030, visando o combate à pobreza, a proteção do planeta e a garantia da paz e da prosperidade (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO, 2022). A seguir são apresentados o contexto e as informações que embasaram a elaboração do programa.

5.2.1. Contexto e Bases para o PVPR-Pontal

Segundo a análise dos dados do último Censo Agropecuário do Estado de São Paulo (SÃO PAULO, 2019), a produção rural da região do Pontal do Paranapanema é composta por uma diversidade de culturas agrícolas e florestais, assim como por diferentes criações animais. Dessa análise, tem-se que 21 culturas estão presentes em mais de dez municípios, sendo consideradas como principais culturas da região, neste estudo, por estarem presentes em, aproximadamente, 1/3 dos municípios do Pontal. O quadro apresentado a seguir apresenta a presença das 21 principais culturas nos municípios que compõem a região.

Três culturas estão presentes em todos os municípios do Pontal: a Braquiária (pasto), o Eucalipto e o Milho. Destacam-se, também: a Cana-de-açúcar, a Soja; as culturas para alimentação animal, como o Milho-silagem; as culturas alimentícias, como as anuais Mandioca, Feijão, Batata-doce, Amendoim, Abóbora e Horta doméstica; as culturas perenes, como o Pomar doméstico e o Café; as culturas florestais, como a Seringueira e Outras florestais – provavelmente incluindo espécies florestais nativas que compõem sistemas agroflorestais (SAFs).

Principais culturas nos municípios do Pontal do Paranapanema

Ranking	Principais Culturas (+ 10 mun.)	Municípios	%
1	Braquiária	32	100
	Eucalipto	32	100
	Milho safra	32	100
2	Cana-de-açúcar finalidade indústria	30	94
3	Cana-de-açúcar outras finalidades	29	91
4	Gramas	27	84
5	Mandioca	25	78
6	Soja	24	75
7	Feijão/Feijão-vagem (ou vagem, ou feijão-verde)/Feijão-de-corda	21	66
8	Colonião	20	63
9	Seringueira	19	59
10	Batata-doce	18	56
	Pomar doméstico	18	56
11	Outras florestais	17	53
12	Capim-napier (ou capim-elefante)	15	47
13	Milho 2 safra	13	41
	Milho-silagem	13	41
14	Amendoim	12	38
15	Abóbora (ou jerimum)	11	34
	Café	11	34
16	Horta doméstica	10	31

Fonte: Organizado por IPT a partir de dados do LUPA (São Paulo, 2019).

Na tabela da página 55 é possível visualizar a presença das principais culturas nas 23.153 unidades de produção agropecuárias (UPAs) existentes no Pontal, conforme o último Censo Agropecuário do Estado de São Paulo (SÃO PAULO, 2019). Essa análise é importante porque mostra as culturas com envolvimento de um número maior e menor de produtores rurais da região.

Observa-se que a principal cultura da região é a Braquiária (pasto), presente em 87 % das UPAs, cultivada por um expressivo número de produtores rurais do Pontal. Destacam-se, também: as culturas relacionadas à segurança alimentar, que sugerem para a possibilidade de atendimento ao consumo próprio e à geração de renda (por meio da comercialização de excedente de produção), como o Pomar doméstico, presente em cerca de 25 % das UPAs do Pontal, e a horta doméstica, presente em aproximadamente 8 % das UPAs do Pontal. O pomar doméstico e a horta doméstica podem ser fonte de frutas, verduras e legumes para consumo das famílias produtoras rurais, assim como a Mandioca, já que esses itens fazem parte da alimentação dos brasileiros (BRASIL, 2014), o que, além de gerar renda, colabora para a segurança alimentar dessas famílias no Pontal. Destacam-se, ainda, as culturas florestais, especialmente o Eucalipto, presente em cerca de 18 % das UPAs do Pontal, e as culturas anuais, como a Cana-de-açúcar com finalidades distintas à industrial (em cerca de 15 % das UPAs), Mandioca e Milho, estas duas últimas presentes em cerca de 8 % das UPAs.

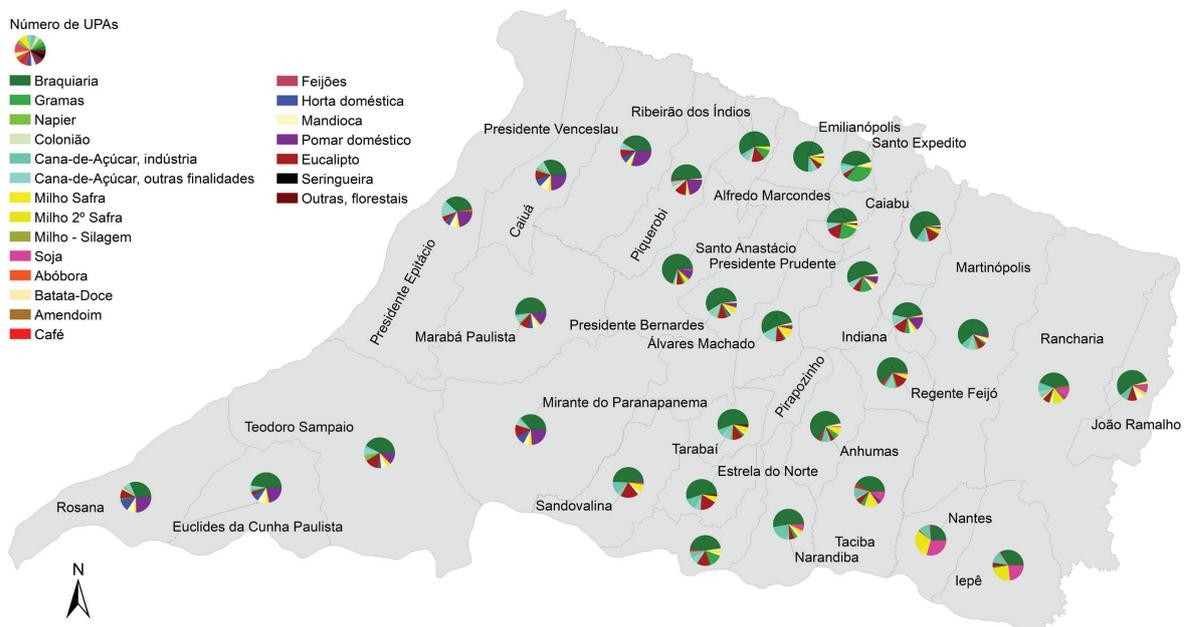
Presença de culturas nas UPAs do Pontal

Ranking	Principais Culturas (+ 10 mun.)	UPAs	%
1	Braquiária	20.252	87,5
2	Pomar doméstico	5.766	24,9
3	Eucalipto	4.221	18,2
4	Cana-de-açúcar outras finalidades	3.378	14,6
5	Mandioca	1.930	8,3
6	Horta domestica	1.832	7,9
7	Milho safra	1.797	7,8
8	Cana-de-açúcar finalidade indústria	1.343	5,8
9	Gramas	1.225	5,3
10	Soja	818	3,5
11	Capim-napier (ou capim-elefante)	579	2,5
12	Milho 2 safra	515	2,2
13	Batata-doce	350	1,5
14	Colonião	346	1,5
15	Café	182	0,8
16	Feijão/Feijão-vagem (ou vagem, ou feijão-verde)/Feijão-de-corda	171	0,7
17	Milho-silagem	170	0,7
18	Abobora (ou jerimum)	146	0,6
19	Amendoim	117	0,5
20	Outras florestais	99	0,4
21	Seringueira	77	0,3

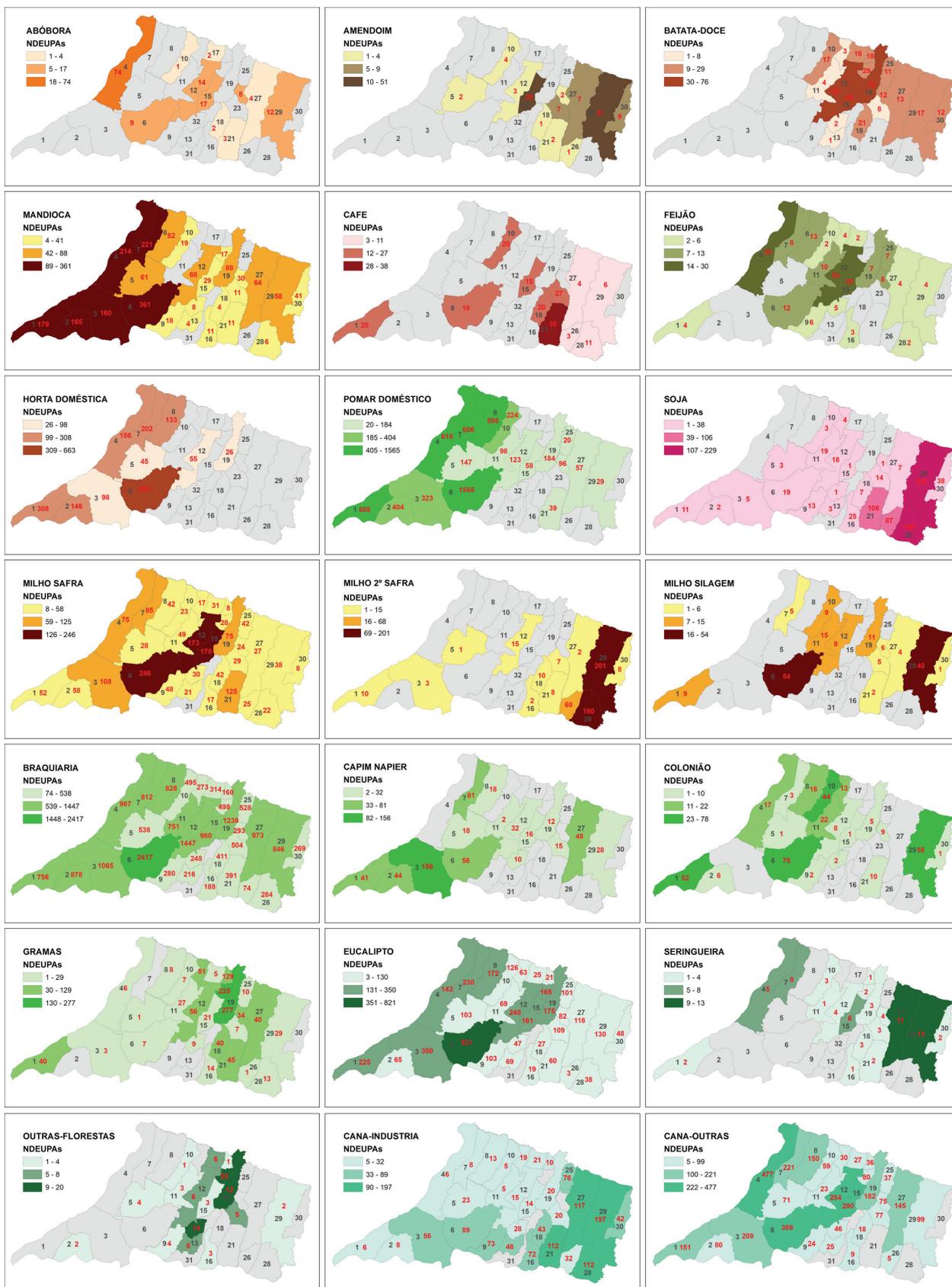
Fonte: Organizado por IPT a partir de dados do LUPA (São Paulo, 2019).

O mapa abaixo ilustra a distribuição das UPAs com a presença das principais culturas agrícolas e florestais no território do Pontal, indicando os municípios com maior e menor diversidade de cultivos nas UPAs existentes em seu território. O mapeamento das UPAs com a presença de cada cultura no território do Pontal permite regionalizar as ações deste programa conforme a expressividade de UPAs envolvidas em cada cultivo nos municípios do Pontal.

Distribuição das UPAs com culturas agrícolas e florestais



Culturas agrícolas e florestais nas UPAs do Pontal



CÓDIGO MUNICÍPIO	
1	Rosana
2	Eulídes da Cunha Paulista
3	Teodoro Sampaio
4	Presidente Epitácio
5	Marabá Paulista
6	Mirante do Paranapanema
7	Caluá
8	Presidente Venceslau
9	Sandovalina
10	Piquerobi
11	Santo Anastácio
12	Presidente Bernardes
13	Estrela do Norte
14	Ribeirão dos Índios
15	Álvares Machado
16	Narandiba
17	Emilianópolis
18	Anhumas
19	Presidente Prudente
20	Alfredo Marcondes
21	Taciba
22	Santo Expedito
23	Regente Feijó
24	Indiana
25	Calabu
26	Nantes
27	Martinópolis
28	Iepê
29	Rancharia
30	João Ramalho
31	Pirapozinho
32	Tarabai

XX Área total (Ha)

Percebe-se que, além de a Braquiária (pasto) apresentar grande presença nas UPAs de todos os municípios do Pontal, há outros cultivos com boa presença nas UPAs em determinados municípios da região. Nesse sentido, o Pomar doméstico apresenta boa presença nas UPAs dos municípios da porção oeste do Pontal, como em Rosana, Euclides da Cunha Paulista, Teodoro Sampaio, Mirante do Paranapanema, Marabá Paulista, Presidente Epitácio, Caiuá, Presidente Venceslau e Piquerobi. A Horta doméstica e a Mandioca também têm presença mais expressiva nas UPAs dos municípios da porção oeste do Pontal, como em Mirante do Paranapanema, Rosana, Caiuá, Euclides da Cunha Paulista, Presidente Epitácio e Presidente Venceslau. Essa participação do Pomar e da Horta domésticos e da Mandioca nesses municípios pode ser explicada pela concentração de assentamentos rurais nos municípios dessa porção do território do Pontal (FUNDAÇÃO INSTITUTO DE TERRAS DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2000), onde se pratica a agricultura familiar, tanto para consumo próprio quanto para comercialização. Já a Cana-de-açúcar para fins industriais e a Soja apresentam maior presença nas UPAs de municípios da porção leste do território do Pontal, como em Rancharia, Iepê e Taciba. Percebe-se, ainda, que o Eucalipto e a Cana-de-açúcar para finalidades não industriais são, em geral, cultivados em uma parcela das UPAs de maneira uniforme em quase todos os municípios do Pontal.

A tabela abaixo apresenta as principais culturas em relação à área cultivada total do Pontal do Paranapanema, representada, neste estudo, pela soma das áreas dos 32 municípios do Pontal ocupadas com as seguintes classes: cultura perene, cultura temporária, pastagem e reflorestamento, de acordo com o último Censo Agropecuário do Estado de São Paulo (SÃO PAULO, 2019), correspondendo a 1.470.439,55 ha.

Principais culturas em área cultivada no Pontal

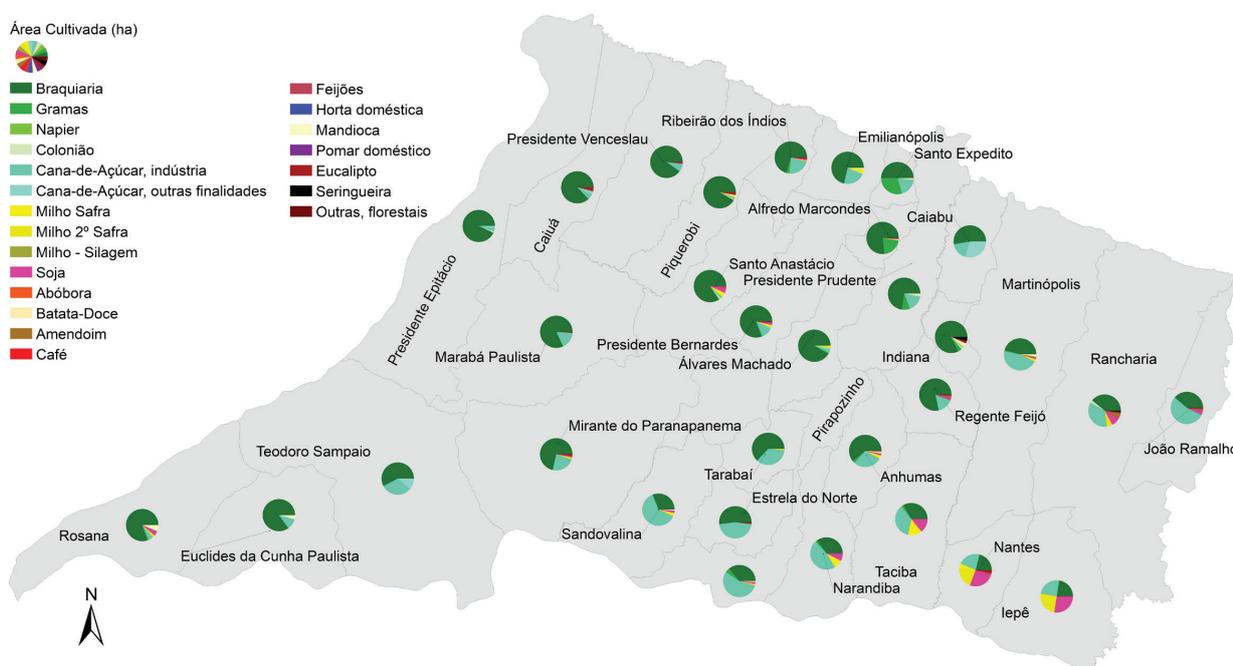
Ranking	Principais Culturas (+ 10 mun.)	Área cultivada total (ha)	% da área cultivada total
1	Braquiária	923.727,06	62,82
2	Cana-de-açúcar finalidade indústria	351.955,10	23,94
3	Soja	62.140,40	4,23
4	Milho 2 safra	32.502,40	2,21
5	Milho safra	28.963,20	1,97
6	Cana-de-açúcar outras finalidades	25.523,00	1,74
7	Gramas	18.530,60	1,26
8	Eucalipto	17.265,50	1,17
9	Mandioca	10.879,60	0,74
10	Amendoim	10.865,90	0,74
11	Colonião	8.189,20	0,56
12	Batata-doce	4.512,00	0,31
13	Seringueira	3.646,40	0,25
14	Feijão/Feijão-vagem (ou vagem, ou feijão-verde)/Feijão-de-corda	2.285,20	0,16
15	Pomar doméstico	1.454,90	0,10
16	Milho-silagem	1.353,70	0,09
17	Café	842,20	0,06
18	Outras florestais	633,30	0,04
19	Capim-napier (ou capim-elefante)	501,70	0,03
20	Horta doméstica	342,70	0,02
21	Abóbora (ou jerimum)	329,70	0,02

Fonte: Organizado por IPT a partir de dados do LUPA (São Paulo, 2019).

Observa-se que, das 21 principais culturas presentes no Pontal, apenas duas predominam no território – a Braquiária e a Cana-de-açúcar para fins industriais – ocupando, juntas, cerca de 87 % de toda a área cultivada do Pontal. A Braquiária (pasto) se consolida, portanto, como cultura mais importante para a região, tanto em número de produtores rurais envolvidos no seu cultivo, quanto em área cultivada. Já a Cana-de-açúcar para fins industriais mostra-se importante em termos de área cultivada no Pontal, porém envolvendo poucos produtores rurais no seu cultivo, já que está presente em cerca de 6% das UPAs da região.

O mapa a seguir ilustra a distribuição da área cultivada das principais culturas agrícolas e florestais no território do Pontal, indicando os municípios com área cultivada mais e menos diversificada.

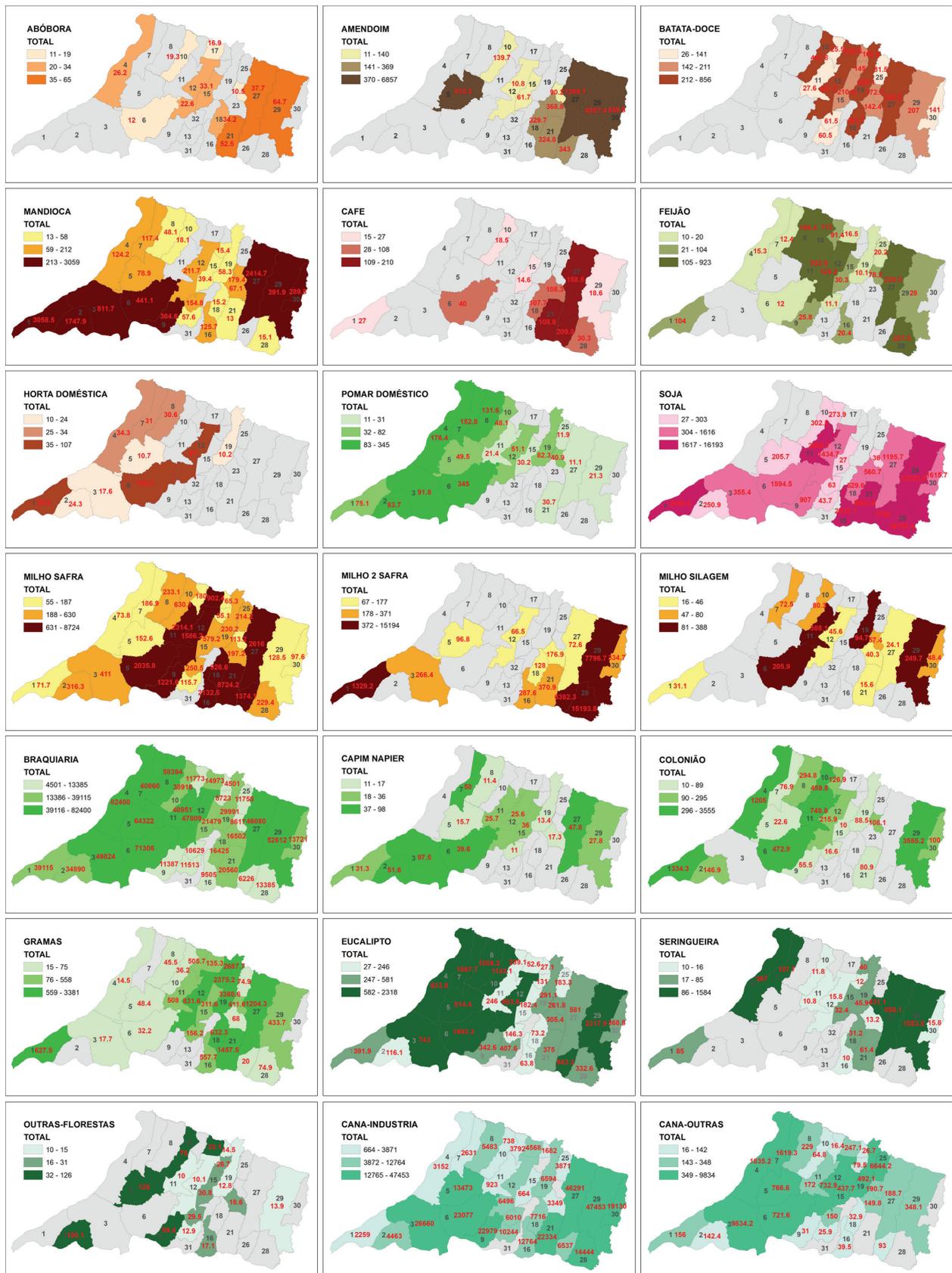
Distribuição da área cultivada com culturas agrícolas e florestais



Percebe-se que a Cana-de-açúcar é mais expressiva que a Braquiária (pasto) em área cultivada na porção leste do Pontal, em municípios como João Ramalho, Sandovalina e Pirapozinho. Observa-se também que há municípios mais diversificados em termos de área cultivada, não dominada pela Braquiária (pasto) e pela Cana-de-açúcar, como em Iepê, Nantes e Taciba, onde os cultivos de Milho e Soja também ganham importância. No mapa ao lado (página 59) é apresentado o mapeamento da área cultivada de cada cultura no território do Pontal, o que permitirá regionalizar as ações deste programa conforme a expressividade de cada cultivo para os municípios do Pontal.

Esse panorama aponta para a necessidade de apoiar o desenvolvimento das demais principais culturas do Pontal no sentido de fortalecê-las e aproveitar o potencial da diversificação da produção rural da região para gerar impacto positivo na economia regional e na qualidade de vida local. Para tal, é fundamental delinear estratégias que envolvam e beneficiem o maior número possível de produtores rurais da região, tornando o desenvolvimento econômico do Pontal realmente justo, inclusivo e sustentável.

Área cultivada, por cultura, nos municípios do Pontal



CÓDIGO	MUNICÍPIO
1	Rosana
2	Euclides da Cunha Paulista
3	Teodoro Sampaio
4	Presidente Epitácio
5	Marabá Paulista
6	Mirante do Paranapanema
7	Caluá
8	Presidente Venceslau

9	Sandovalina
10	Piquerobi
11	Santo Anastácio
12	Presidente Bernardes
13	Estrela do Norte
14	Ribeirão dos Índios
15	Álvares Machado
16	Narandiba

17	Emilianópolis
18	Anhumas
19	Presidente Prudente
20	Alfredo Marcondes
21	Taciba
22	Santo Expedito
23	Regente Feijó
24	Indiana

25	Caiabu
26	Nantes
27	Martinópolis
28	llepê
29	Rancharia
30	João Ramalho
31	Pirapozinho
32	Tarahá

XX Área total (Ha)

Quanto às criações animais, o último Censo Agropecuário do Estado de São Paulo (SÃO PAULO, 2019) indica que há 11 diferentes tipos presentes em mais de 10 municípios, sendo consideradas como principais criações animais do Pontal, neste estudo, por estarem presentes em, aproximadamente, 1/3 dos municípios da região. A tabela abaixo apresenta a presença das 11 principais criações animais nos municípios que compõem o Pontal.

Três criações animais se destacam por estarem presentes em todos os municípios do Pontal: a Bovinocultura de corte, a Bovinocultura mista e a Equinocultura. Destacam-se, também: a Bovinocultura leiteira e a Ovinocultura – presentes em quase todos os municípios da região; a Suinocultura, a Piscicultura e Avicultura (ovos e corte) – presentes em mais de 70% dos municípios do Pontal.

Principais criações animais nos municípios do Pontal do Paranapanema

Ranking	Principais Criações Animais (+ 10 mun.)	Municípios	%
1	Bovinocultura de corte	32	100
	Bovinocultura mista	32	100
	Equinocultura	32	100
2	Bovinocultura leiteira	31	97
	Ovinocultura	31	97
3	Suinocultura	29	91
4	Piscicultura	26	81
5	Avicultura para ovos	24	75
6	Avicultura de corte	23	72
7	Avicultura ornamental/decorativa/exótica	15	47
8	Sericicultura	12	38

Fonte: Organizado por IPT a partir de dados do LUPA (São Paulo, 2019).

A Equinocultura é a criação de maior destaque por estar presente em mais de 50 % das UPAs da região. Destacam-se, também, a Bovinocultura mista e de corte, presentes, respectivamente, em 45 % e em cerca de 31 % das UPAs do Pontal.

Algumas criações estão presentes em uma boa parcela das UPAs da região e podem estar relacionadas à segurança alimentar e geração de renda. São elas: a Bovinocultura; a Suinocultura (em cerca de 14 % das UPAs); a Avicultura (em cerca de 11 % das UPAs, no caso da Avicultura de corte, e em cerca de 9 % das UPAs, no caso da Avicultura para ovos); e a Ovinocultura (em cerca de 5 % das UPAs). A Piscicultura, apesar de ter pouca presença nas UPAs (em cerca de 1 % das UPAs), também pode estar relacionada à segurança alimentar e geração de renda. Essas criações animais produzem itens que fazem parte da alimentação dos brasileiros, como a carne (gado, porco, frango), o peixe, o leite, o queijo e os ovos (BRASIL, 2014), podendo atender ao consumo das famílias produtoras rurais, além de gerar renda, e, assim, colaborar para a segurança alimentar dessas famílias.

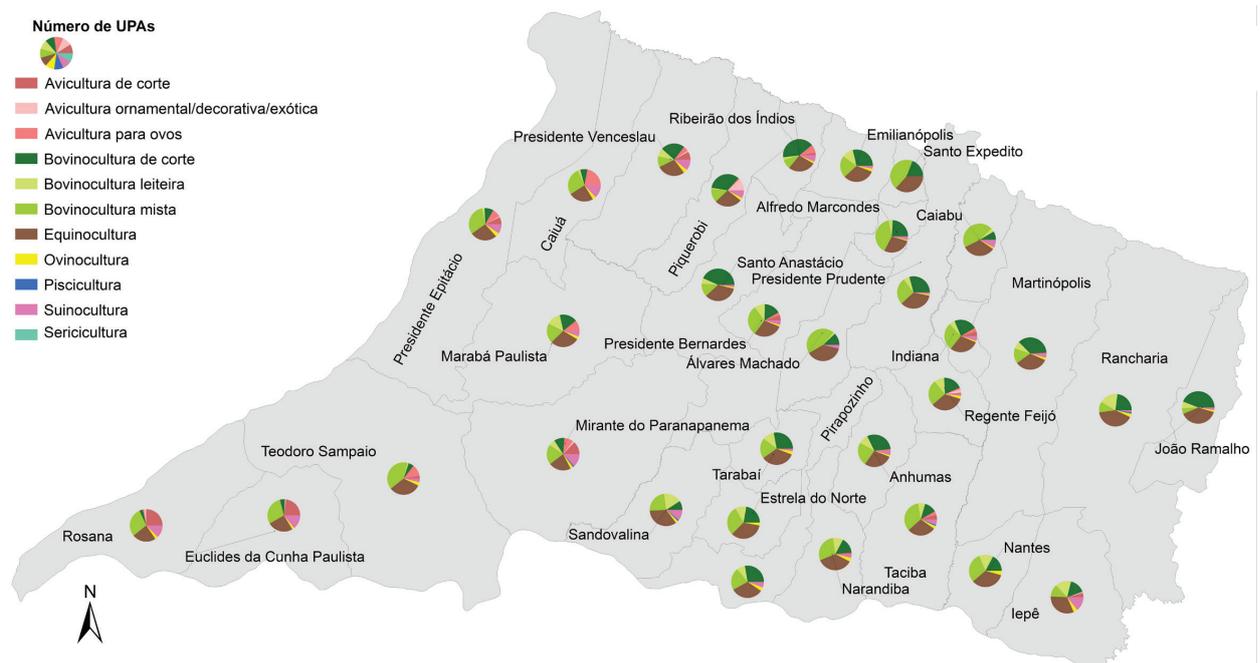
Principais criações animais nas UPAs do Pontal do Paranapanema

Ranking	Principais Criações (+ 10 mun.)	UPAs	%
1	Equinocultura	12.234	52,8
2	Bovinocultura mista	10.410	45,0
3	Bovinocultura de corte	7.159	30,9
4	Suinocultura	3.283	14,2
5	Avicultura de corte	2.674	11,5
6	Bovinocultura leiteira	2.649	11,4
7	Avicultura para ovos	2.002	8,6
8	Ovinocultura	1.093	4,7
9	Avicultura ornamental/decorativa/exótica	471	2,0
10	Piscicultura	216	0,9

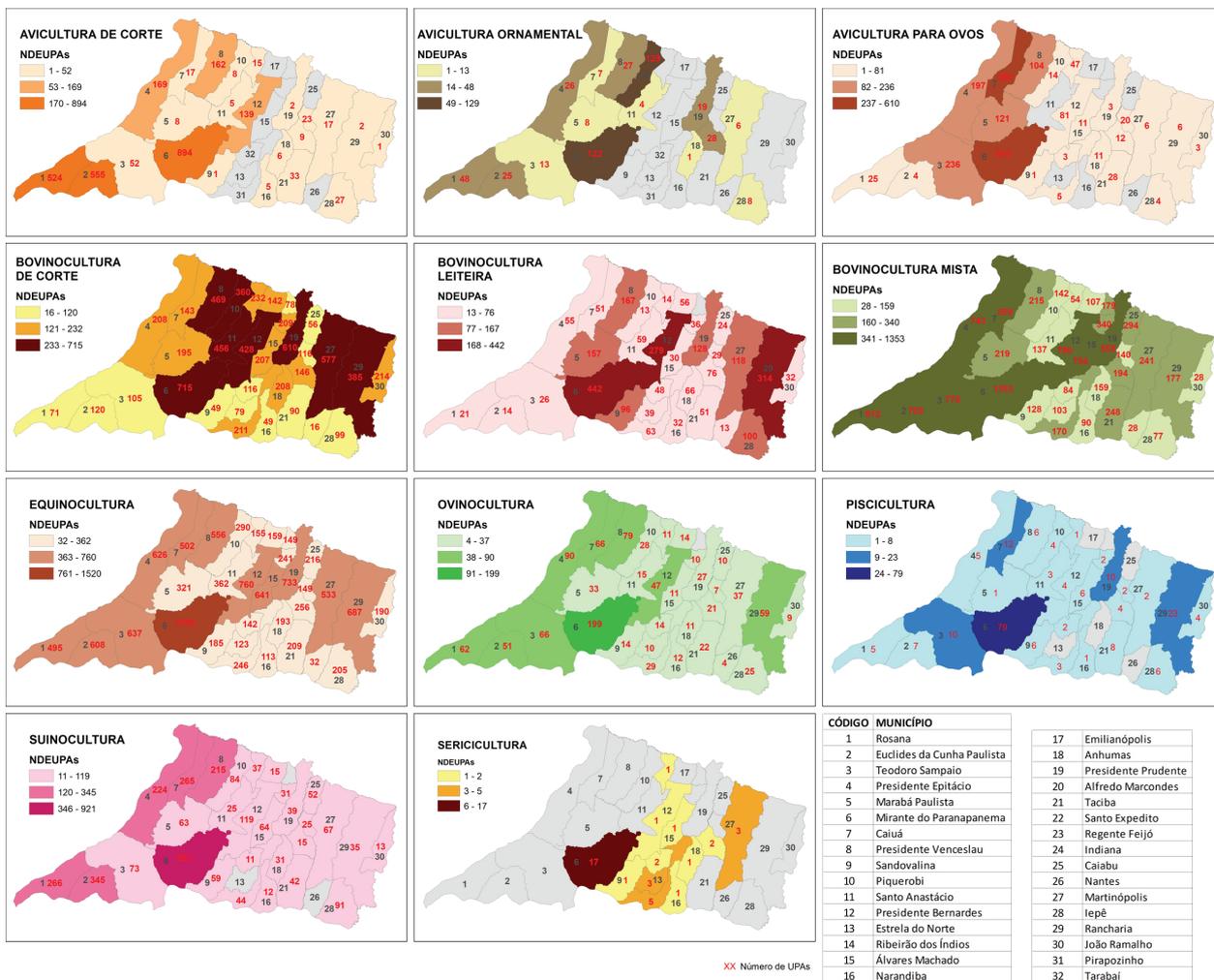
Fonte: Organizado por IPT a partir de dados do LUPA (São Paulo, 2019).

O mapa a seguir ilustra a distribuição das UPAs com a presença das principais criações animais no território do Pontal, indicando os municípios com maior e menor diversidade de criações nas UPAs existentes em seu território. O mapeamento das UPAs com a presença de cada criação animal no território do Pontal permite regionalizar as ações deste programa conforme a expressividade de UPAs envolvidas em cada criação nos municípios do Pontal.

Distribuição das Unidades de Produção Agropecuária com criações animais



Criação animal nas UPAs do território do Pontal

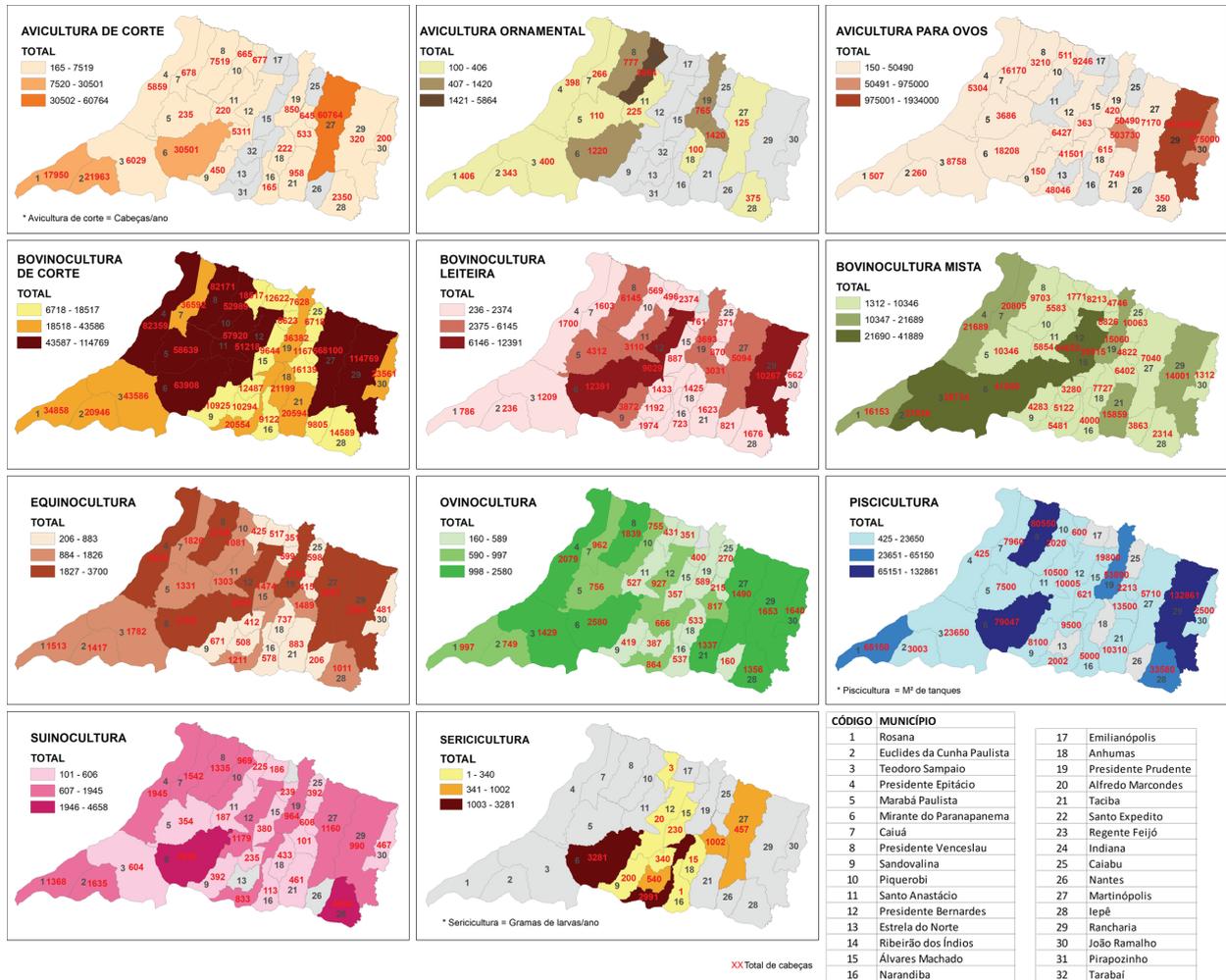


A Equinocultura está presente em boa parcela das UPAs em todos os municípios do território do Pontal. A Bovinocultura de corte e mista está presente em maior parcela das UPAs nos municípios da porção centro-leste do Pontal, como em João Ramalho, Nantes, Taciba, Narandiba, Anhumas, Regente Feijó, Indiana, Martinópolis, Caiabu, Rancharia, Estrela do Norte, Pirapozinho, Presidente Prudente, Alfredo Marcondes, Santo Expedito, Emilianópolis, Ribeirão dos Índios, Piquerobi, Santo Anastácio e Presidente Bernardes. Os municípios da porção oeste do Pontal, como em Mirante do Paranapanema, Euclides da Cunha Paulista e Rosana, mostram-se mais diversificados, com boa parcela das UPAs com maior expressividade das seguintes criações: Equinocultura, Bovinocultura mista, Avicultura de corte e Suinocultura.

Em termos quantitativos, a principal criação animal da região é a Avicultura para ovos, com mais de 3,6 milhões de cabeças, seguida pela Bovinocultura de corte, com mais de 1 milhão de cabeças, e da Bovinocultura mista, com mais de 390 mil cabeças, como mostra a tabela abaixo. Apesar disso, é preciso analisar as necessidades de todas as 11 principais criações animais do Pontal, conforme sua expressividade ao longo do território do Pontal, no sentido de fortalecê-las, aproveitando o potencial de cada uma delas de maneira plena e, com isso, gerar impacto positivo na economia regional e na qualidade de vida da população, advindo de uma produção rural diversa e fortalecida. O mapeamento da quantidade de cada criação animal no território do

Pontal possibilita regionalizar as ações deste programa conforme a expressividade de cada criação para os municípios do Pontal.

Criação animal nas UPAs do território do Pontal

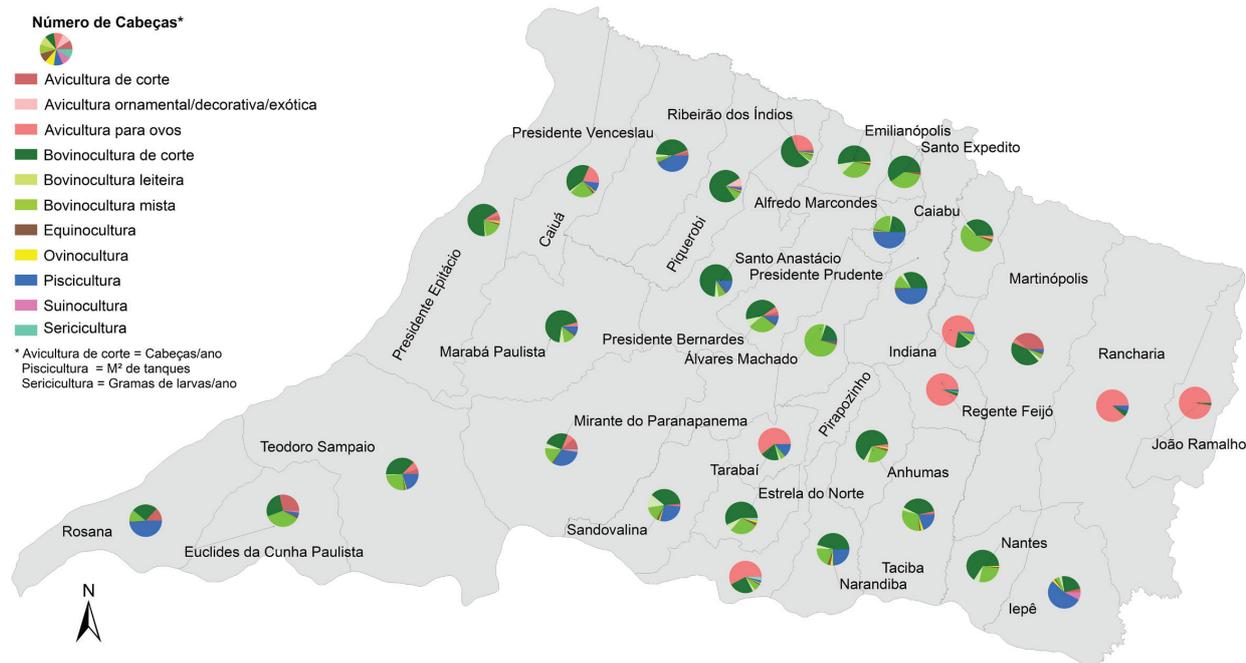


Volume das principais criações animais no Pontal

Ranking	Principais Criações (+ 10 mun.)	Unidade	Total
1	Avicultura para ovos	cabeças	3.634.871
2	Bovinocultura de corte	cabeças	1.049.133
3	Bovinocultura mista	cabeças	392.845
4	Bovinocultura leiteira	cabeças	84.335
5	Equinocultura	cabeças	40.536
6	Ovinocultura	cabeças	28.072
7	Suinocultura	cabeças	27.879
8	Avicultura ornamental/decorativa/exótica	cabeças	12.794
-	Piscicultura	m2 tanques	589.997
-	Avicultura de corte	cabeças/ano	165.064
-	Sericicultura	gramas larvas/ano	9.080

Fonte: Organizado por IPT a partir de dados do LUPA (São Paulo, 2019).

Distribuição total das criações animais



Em termos quantitativos, a Bovinocultura de corte e a mista se destacam na maioria dos municípios do Pontal, exceto em Rosana e Mirante do Paranapanema, na porção oeste do território, e em Alfredo Marcondes, Pirapozinho, Tabaraí, Indiana, Regente Feijó, Rancharia, João Ramalho e Iepê, na porção centro-leste da região. Na porção oeste do território, as seguintes criações apresentam destaque: Piscicultura, em Rosana, Mirante do Paranapanema, Teodoro Sampaio e Presidente Venceslau; Avicultura de corte, em Rosana, Mirante do Paranapanema e Euclides da Cunha Paulista; e Avicultura para ovos, em Caiuá. Já na porção centro-leste, destacam-se: Avicultura para ovos, em Pirapozinho, Tabaraí, Indiana, Regente Feijó, Rancharia, João Ramalho e Ribeirão dos Índios; Piscicultura, em Sandovalina, Narandiba, Iepê, Taciba, Presidente Prudente e Alfredo Marcondes; e Avicultura de corte, em Martinópolis.

Somou-se a essa análise dos dados da literatura técnico-científica, a análise de dados coletados por meio de questionários online, disponibilizados para preenchimento do público interessado no site do projeto (pdespontal2021.ipt.br), assim como os coletados em oficina participativa e em fórum sobre a produção rural do Pontal.

Os resultados da coleta de dados no processo participativo confirmaram e complementaram o diagnóstico técnico da produção rural do Pontal, com a indicação dos seguintes destaques:

- **Problemas associados à produção rural:** impactos socioambientais (monocultura); logística (escoamento da produção rural); regularização fundiária; incentivo a atividades econômicas (agricultura, agroindústria); e organização social (produtores rurais);

- **Pontos positivos associados à produção rural:** localização estratégica; desenvolvimento socioeconômico e local; assistência técnica e extensão rural; potencial agrícola; indústria; potencial turístico; produção rural; recursos naturais; logística; e educação (nível técnico e superior).

Essa análise, juntamente com as ações propostas pelos participantes do processo participativo de coleta de dados, indicou os três principais temas a serem tratados no Programa de Valorização da Produção Rural do Pontal do Paranapanema, a saber:

1. **Assistência Técnica/Extensão rural/Tecnologia/Educação;**
2. **Regularização fundiária e Infraestrutura;**
3. **Desenvolvimento Econômico Sustentável (aspectos econômicos, sociais e ambientais).**

O Quadro Síntese apresenta os resultados do diagnóstico setorial aliado ao processo participativo, que permitiram estabelecer os principais desafios para a concepção dos objetivos estratégicos, bem como avançar em ações do Programa de Valorização da Produção Rural do Pontal do Paranapanema, apresentado na sequência.

Quadro Síntese: visão de futuro, demandas e desafios obtidos no diagnóstico setorial e o processo participativo, que balizaram a estruturação do Programa de Valorização da Produção Rural do PADES-Pontal

- **Recuperar o potencial produtivo das terras:** identificou-se a necessidade de recuperar pastagens degradadas; incentivar a implementação de sistemas de manejo conservacionistas; adotar instrumentos econômicos para agregar valor a ações e boas práticas ambientais; promover adequação ambiental de propriedades rurais para reduzir áreas degradadas; ampliar a fiscalização ambiental para combater atividades que gerem degradação ambiental; e promover a educação ambiental voltada à cultura de conservação dos recursos naturais.
- **Apoiar a produção rural:** identificou-se a necessidade de fortalecer a assistência técnica e extensão rural (ATER) pública para a agricultura familiar e agroecológica; e fomentar e diversificar a produção rural.
- **Apoiar a comercialização dos diversos produtos rurais:** identificou-se a necessidade de diversificar canais de comercialização; melhorar a infraestrutura relacionada ao escoamento e à comercialização da produção; e fortalecer Programas de compras públicas.

- **Promover a regularização fundiária:** identificou-se a necessidade de fortalecer o ITESP para possibilitar a ampliação da meta de regularização fundiária; e melhorar a integração entre os órgãos federais e estaduais responsáveis pela regularização fundiária (INCRA e ITESP).
- **Melhorar a organização social dos produtores rurais:** identificou-se a necessidade de incentivar a criação de Associações e Cooperativas; e apoiar a gestão de Associações e Cooperativas, por meio de capacitação de associados e cooperados e da definição participativa de soluções para os desafios.

5.2.2.

PVPR-Pontal: Plano de Ações

O Programa de Valorização da Produção Rural do Pontal está estruturado em cinco objetivos estratégicos que se desdobram em um conjunto de 15 ações específicas. Quando se julgou necessário o entendimento com mais detalhes das ações, foram incluídos textos explicativos. As atividades deverão ser realizadas no curto e médio prazos.

PVPR-Pontal: Objetivos Estratégicos

- 1. Recuperar o potencial produtivo das terras**
- 2. Apoiar a produção rural**
- 3. Apoiar a comercialização dos diversos produtos rurais**
- 4. Promover a regularização fundiária**
- 5. Melhorar a organização social dos produtores rurais**

PVPR-Pontal 2022

Programa de Valorização da Produção Rural do Pontal do Paranapanema

ODS



Objetivos Estratégicos	Ações	Atividades	Prazo	Instituições Envolvidas
1. Recuperar o potencial produtivo das terras	1.1 Recuperar pastagens degradadas	<ul style="list-style-type: none"> • Divulgar as boas práticas de manejo de pastagens e de conservação do solo 	Curto	Liderança: Instituições de Ensino e Pesquisa / SAA <ul style="list-style-type: none"> • CDRS (CATI) • ITESP • Associações de Produtores Rurais e Cooperativas • Prefeituras Municipais • IPT
		<ul style="list-style-type: none"> • Elaborar diagnóstico sobre a degradação das pastagens no Pontal e propor medidas de recuperação 	Médio	
	1.2 Incentivar a implementação de sistemas de manejo conservacionistas	<ul style="list-style-type: none"> • Divulgar e apoiar a implementação de sistemas de manejo conservacionistas, como a Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (ILPF), os Sistemas Agroflorestais (SAFs) e a produção agroecológica 	Curto	Liderança: Instituições de Ensino e Pesquisa / SAA <ul style="list-style-type: none"> • CDRS (CATI) • ITESP • Associações de Produtores Rurais e Cooperativas • Prefeituras Municipais • Instituições do Terceiro Setor

PVPR-Pontal 2022

Programa de Valorização da Produção Rural do Pontal do Paranapanema

ODS



Objetivos Estratégicos	Ações	Atividades	Prazo	Instituições Envolvidas
1. Recuperar o potencial produtivo das terras	1.3 Adotar instrumentos econômicos para agregar valor a ações e boas práticas ambientais	<ul style="list-style-type: none"> Estudar a criação de instrumentos econômicos, como Programas de pagamento por serviços ambientais, para agregar valor a ações e boas práticas ambientais, como a criação de Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs) e a adoção de sistemas de manejo conservacionistas (ex.: ILPF, produção orgânica e SAFs) 	Médio	Liderança: SIMA e Prefeituras Municipais <ul style="list-style-type: none"> CDRS (CATI) SAA ITESP Associações de Produtores Rurais e Cooperativas Instituições de Ensino e Pesquisa Comitê da Bacia Hidrográfica do Pontal do Paranapanema Instituições do Terceiro Setor
		<ul style="list-style-type: none"> Capacitar os produtores rurais sobre as ações e boas práticas ambientais elegíveis aos instrumentos econômicos existentes e aos planejados 	Médio	

PVPR-Pontal 2022

Programa de Valorização da Produção Rural do Pontal do Paranapanema

ODS



Objetivos Estratégicos	Ações	Atividades	Prazo	Instituições Envolvidas	
1. Recuperar o potencial produtivo das terras	1.4 Promover adequação ambiental de propriedades rurais para reduzir áreas degradadas	• Divulgar legislação ambiental aos produtores rurais	Curto	Liderança: SIMA, SAA e Prefeituras Municipais <ul style="list-style-type: none"> • CDRS (CATI) • Associações de Produtores Rurais e Cooperativas • ITESP • Instituições do Terceiro Setor 	
		• Apoiar a adequação ambiental nas propriedades rurais, disponibilizando, por exemplo, máquinas, assistência técnica e insumos	Médio		
	1.5 Ampliar a fiscalização ambiental para combater atividades que gerem degradação ambiental	• Fortalecer os órgãos de fiscalização ambiental locais para aumentar a cobertura de fiscalização do território do Pontal, promovendo arranjos entre entes governamentais para possibilitar o investimento, por exemplo, em veículos, equipamentos, recursos humanos e tecnologias aplicadas à fiscalização	Médio		Liderança: SIMA e Prefeituras Municipais <ul style="list-style-type: none"> • SAA • CDRS (CATI) • Associações de Produtores Rurais e Cooperativas • ITESP • Polícia Ambiental
		1.6 Promover a educação ambiental voltada à cultura de conservação dos recursos naturais	• Inserir o tema conservação dos recursos naturais nas atividades da educação formal, nos diversos níveis, e da educação informal		Curto

PVPR-Pontal 2022

Programa de Valorização da Produção Rural do Pontal do Paranapanema

ODS



Objetivos Estratégicos	Ações	Atividades	Prazo	Instituições Envolvidas
2. Apoio à Produção Rural Melhorar a qualidade e produtividade da produção rural, considerando a diversidade de produtos agrícolas, florestais e animais do Pontal	2.1 Fortalecer a assistência técnica e extensão rural (ATER) pública para a agricultura familiar e agroecológica	<ul style="list-style-type: none"> Investir e fortalecer a ATER pública (recursos humanos, equipamentos e veículos) e promover arranjos entre entes governamentais para possibilitar o atendimento às demandas de capacitação dos produtores rurais de maneira eficiente. 	Médio	Liderança: SAA e ITESP <ul style="list-style-type: none"> CDRS (CATI) SDE Prefeituras Municipais Sebrae Associações e Cooperativas Instituições do Terceiro Setor Instituições de Ensino Superior e Técnico
	2.2 Fomentar e diversificar a produção rural	<ul style="list-style-type: none"> Divulgar os programas de crédito rural existentes, inclusive os específicos para implantação da produção agroecológica e sistemas agroflorestais, podendo ser criado um manual ou cartilha orientativos. 	Curto	Liderança: SAA e ITESP <ul style="list-style-type: none"> SDE Prefeituras Municipais Sebrae Associações e Cooperativas Instituições do Terceiro Setor CDRS (CATI)

PVPR-Pontal 2022

Programa de Valorização da Produção Rural do Pontal do Paranapanema

ODS



Objetivos Estratégicos	Ações	Atividades	Prazo	Instituições Envolvidas
2) Apoio à Produção Rural	2.2 Fomentar e diversificar a produção rural	<ul style="list-style-type: none"> • Conectar os produtores com estudos existentes sobre as cadeias produtivas da agricultura familiar, incluindo culturas agrícolas, florestais e criações animais e divulgar canais existentes para receber demandas de melhorias. 	Médio	Liderança: Sebrae e SAA <ul style="list-style-type: none"> • Associações e Cooperativas • SDE • Prefeituras Municipais • Instituições do Terceiro Setor • Instituições de Ensino Superior e Pesquisa
		<ul style="list-style-type: none"> • Capacitar os produtores para integrar a produção de origem rural local às atividades turísticas. 	Médio	Liderança: Sebrae e Unesp <ul style="list-style-type: none"> • Associações e Cooperativas • Setor empresarial • Prefeituras Municipais • Instituições do Terceiro Setor • Instituições de Ensino Superior e Técnico

PVPR-Pontal 2022

Programa de Valorização da Produção Rural do Pontal do Paranapanema

ODS



Objetivos Estratégicos	Ações	Atividades	Prazo	Instituições Envolvidas
3. Apoiar a comercialização dos diversos produtos rurais	3.1 Diversificar canais de comercialização	<ul style="list-style-type: none"> Divulgar os produtos agrícolas, florestais e animais em diversos canais, como feiras e Plataformas Digitais, para ampliar sua comercialização 	Curto	Liderança: SAA <ul style="list-style-type: none"> CDRS (CATI) ITESP Prefeituras Municipais Associações e Cooperativas Sebrae
	3.2 Melhorar a infraestrutura relacionada ao escoamento e à comercialização da produção	<ul style="list-style-type: none"> Elaborar diagnóstico da situação das estradas rurais do Pontal e propor cronograma de construção e/ou reforma de estradas rurais para facilitar o escoamento dos diversos produtos agrícolas, florestais e animais 	Médio	Liderança: SIMA <ul style="list-style-type: none"> SAA Prefeituras Municipais CDRS (CATI) DER ITESP Prefeituras Municipais Associações e Cooperativas Sebrae
		<ul style="list-style-type: none"> Ampliar a cobertura de conexão à Internet no território do Pontal para atender às necessidades dos produtores rurais 	Médio	
	3.3 Fortalecer Programas de compras públicas	<ul style="list-style-type: none"> Promover a divulgação dos produtos do Pontal para aumentar o consumo local e regional, incluindo compras públicas 	Curto	Liderança: Sebrae e SAA <ul style="list-style-type: none"> CDRS (CATI) ITESP Órgãos Públicos que compram alimentos Prefeituras Municipais Associações e Cooperativas

PVPR-Pontal 2022

Programa de Valorização da Produção Rural do Pontal do Paranapanema

ODS



Objetivos Estratégicos	Ações	Atividades	Prazo	Instituições Envolvidas
4. Promover a regularização fundiária	4.1 Fortalecer o ITESP para possibilitar a ampliação da meta de regularização fundiária	<ul style="list-style-type: none"> Elaborar diagnóstico da demanda por investimentos no ITESP (ex.: recursos humanos, equipamentos e veículos) para possibilitar a ampliação da meta de regularização fundiária no território do Pontal e propor cronograma anual de regularização fundiária 	Médio	Liderança: ITESP <ul style="list-style-type: none"> SIMA SAA Prefeituras Municipais
	4.2 Melhorar a integração entre os órgãos federais e estaduais responsáveis pela regularização fundiária (Incra e Itesp)	<ul style="list-style-type: none"> Integrar as atividades das duas instituições para otimizar as ações e o recursos para regularização fundiária no Pontal 	Curto	Liderança: ITESP e INCRA <ul style="list-style-type: none"> SIMA SAA Prefeituras Municipais

PVPR-Pontal 2022

Programa de Valorização da Produção Rural do Pontal do Paranapanema

ODS



Objetivos Estratégicos	Ações	Atividades	Prazo	Instituições Envolvidas
5. Melhorar a organização social dos produtores rurais	5.1 Incentivar a criação de Associações e Cooperativas	<ul style="list-style-type: none"> Sensibilizar os produtores rurais (incluindo jovens e mulheres) sobre os benefícios do associativismo e cooperativismo 	Curto	Liderança: Prefeituras Municipais <ul style="list-style-type: none"> CDRS (CATI) Associações e Cooperativas Sebrae
	5.2 Apoiar a gestão de Associações e Cooperativas, por meio de capacitação de associados e cooperados e da definição participativa de soluções para os desafios	<ul style="list-style-type: none"> Criar um fórum permanente de produtores rurais (incluindo jovens e mulheres) para troca de experiências, discussão de desafios e planejamento de ações conjuntas relacionadas à produção rural 	Curto	

Programa de Desenvolvimento do Potencial Turístico: PDPT-Pontal

5.3.

O Programa de Desenvolvimento do Potencial Turístico do Pontal do Paranapanema (PDPT-Pontal) tem o objetivo de impulsionar e diversificar as atividades turísticas, apoiando a comunidade local e colaborando para o desenvolvimento sustentável da região. A seguir são apresentados o contexto e as informações que embasaram a elaboração do programa.

5.3.1.

Contexto e Bases para o PDPT-Pontal

A área de estudo do PADES-Pontal conta com 32 municípios, sendo um deles classificado como Estância Turística (Presidente Epitácio) e quatro como Município de Interesse Turístico – MIT (Rancharia, Rosana, Martinópolis e Santo Expedito), de acordo com a Secretaria de Turismo do Estado de São Paulo. Entre eles, 16 possuem diretorias, departamentos, coordenadorias ou secretarias municipais de turismo, mostrando que o aparato institucional local, voltado ao turismo, carece de estruturação. No entanto, nota-se um avanço em relação aos dados coletados em 2013-2014, quando foram identificados onze municípios com essa estrutura (UNIPONTAL, 2015), indicando que os municípios vêm se preocupando mais com políticas específicas de incentivo e desenvolvimento ao turismo, suas diretrizes e instrumentos.

Os Planos Diretores de Turismo (PDT), que são instrumentos a serem elaborados e acompanhados pelos municípios, foram uma das fontes de informação para o diagnóstico do turismo na região. Foi possível localizar 12 leis municipais que estabelecem os PDTs. Realizou-se uma análise SWOT do conteúdo dos planos, classificando as forças, as oportunidades, as fraquezas e as ameaças em categorias. Os pontos fortes (forças ou oportunidades) mais citados foram: planejamento e gestão, infraestrutura turística, recursos e investimentos, atrativos naturais e demanda turística. Com relação aos principais pontos fracos (fraquezas ou ameaças) foram identificados: Infraestrutura turística e básica, planejamento e gestão, Divulgação e Marketing e capacitação. Os temas infraestrutura turística e planejamento e gestão se destacaram como pontos fortes e fracos, indicando que existe uma heterogeneidade dessas características nos municípios do Pontal. Deve-se destacar que esse é um panorama parcial da realidade da região, tendo em vista que a maioria dos municípios não tem seus PDTs elaborados ou facilmente disponibilizados, sendo essa uma importante lacuna identificada.

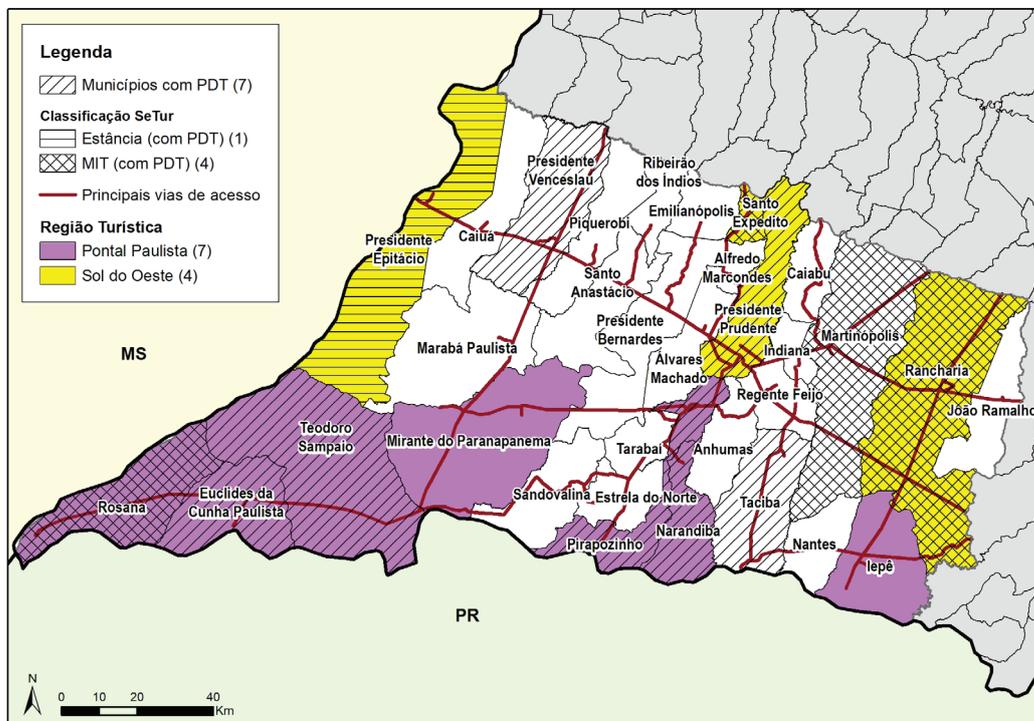
Além do tradicional planejamento turístico municipal, uma forma de trabalhar o turismo de forma integrada e estratégica é o agrupamento dos municípios em Regiões

Turísticas (RT), pois o turista é estimulado a permanecer mais tempo explorando os atrativos, gerando mais recursos para os municípios envolvidos. Para estar inserido em uma RT, os Estados precisam cadastrar os municípios no MAPA do Turismo Brasileiro, do Ministério do Turismo. A partir dessa ação, os municípios passam a ter acesso ao Programa de Regionalização do Turismo do Ministério do Turismo e podem obter apoio financeiro e capacitação, sendo estratégico para a região do Pontal do Paranapanema que mais municípios integrassem esse programa.

Atualmente, apenas onze, dos 32 municípios do Pontal, estão no MAPA, sendo que apenas Presidente Prudente não está classificado na categoria B, concentrando a maior parte dos estabelecimentos de hospedagem e, conseqüentemente, dos empregos relacionados à área. Dois municípios – Presidente Epitácio e Rosana – estão classificados na categoria C, que é MIT, e geram um significativo fluxo de turistas. Seis municípios pertencem à categoria D, que apesar de terem visitação, possuem poucos estabelecimentos de hospedagem e geram poucos empregos. Narandiba e Santo Expedito estão classificados na categoria E.

Esses municípios estão agrupados em duas RTs: RT Sol do Oeste, formada pelos municípios de Presidente Epitácio, Presidente Prudente, Rancharia e Santo Expedito; e RT Pontal Paulista, que agrupa Iepê, Pirapozinho, Narandiba, Euclides da Cunha Paulista, Teodoro Sampaio, Rosana e Mirante do Paranapanema.

Regiões turísticas, municípios com PDT e classificados como Estância Turística e MITs



6 Os municípios que integram o Mapa do Turismo Brasileiro estão agrupados em cinco diferentes categorias, definidas como A, B, C, D e E, a partir de análise de cinco variáveis relacionadas à economia do turismo: quantidade de estabelecimentos de hospedagem, quantidade de empregos em estabelecimentos de hospedagem, quantidade estimada de visitantes domésticos, quantidade estimada de visitantes internacionais e arrecadação de impostos federais a partir dos meios de hospedagem. Assim, os municípios “A” são aqueles que possuem o turismo mais consolidado, com um fluxo significativo e maior quantidade de equipamentos turísticos de hospedagem, enquanto os municípios “E” estão em estágio embrionário de desenvolvimento. Tanto o MAPA quanto a categorização são instrumentos dinâmicos que são periodicamente atualizados.

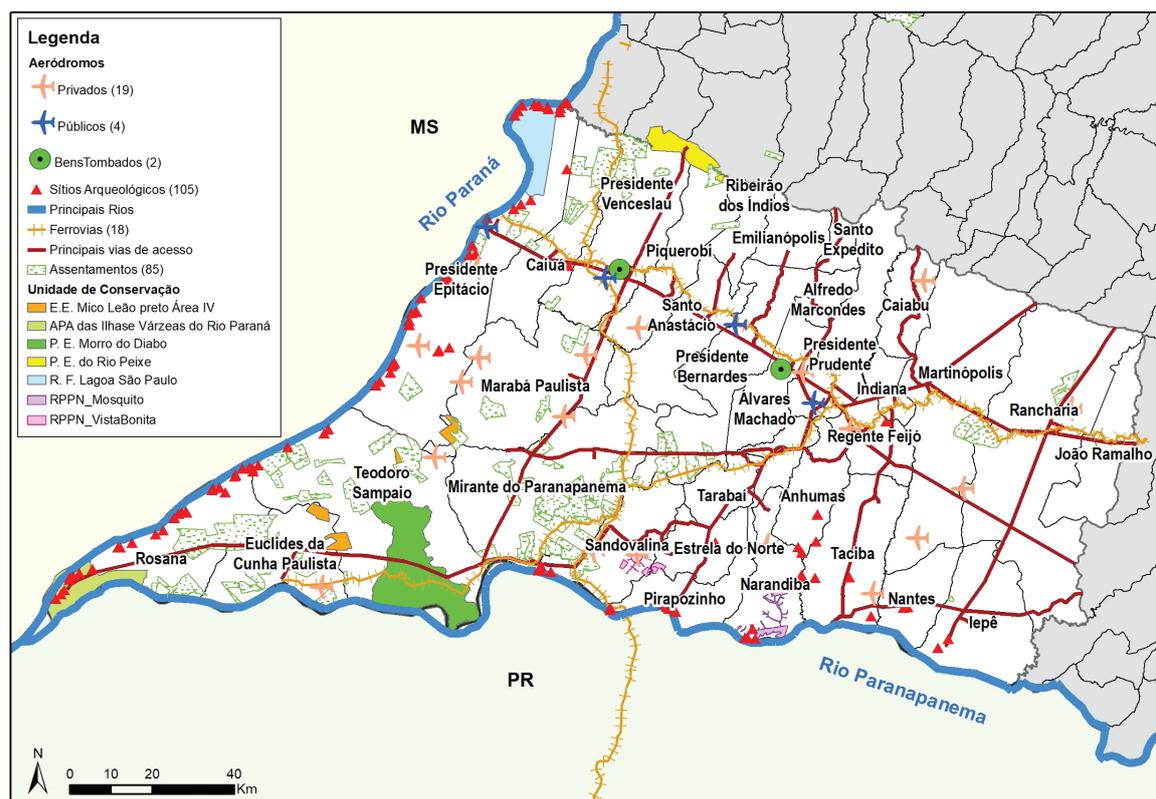
As RTs são descontínuas no território, apesar de conectadas pelo sistema viário, assinalando que o cadastro de outros municípios no MAPA poderia potencializar ainda mais a oferta de atrativos regionalmente e proporcionar uma experiência mais completa ao turista.

Uma Instância de Governança Regional, denominada IGR Pontal Paulista, foi criada em 2021 para coordenar o Programa de turismo em âmbito regional, ilustrando uma importante iniciativa para tratar do turismo de forma integrada. Trata-se de uma organização, no formato de associação, que conta com a participação do poder público e dos atores privados dos municípios componentes da RT Pontal Paulista mais a Rede de Turismo Regional do Paraná.

Com relação ao Cadastur, também do Ministério do Turismo, observa-se que existem 276 estabelecimentos cadastrados e Presidente Prudente concentra mais da metade desse total de registros. Sete municípios não possuem nenhuma empresa cadastrada e a grande maioria tem menos de 15 cadastros, indicando a necessidade de divulgar a importância de adesão à essa plataforma. Verifica-se, ainda, que existe um número significativo de agências de turismo (79), denotando a importância do turismo emissor na região. Por outro lado, não existem parques temáticos, acampamentos turísticos e Centros de Convenções cadastrados na região do Pontal.

Sobre o potencial turístico associado às Unidades de Conservação, que pode ser observado no mapa a seguir, constatou-se que as sete UCs da região concentram grande parte dos atrativos turísticos naturais locais, o que pode restringir o seu aproveitamento, mas também garante a preservação ambiental.

Potencial turístico a ser explorado com as Ucs, bens tombados, sítios arqueológicos, recursos hídricos e assentamentos



A avaliação dos planos de manejo das Ucs indicou um potencial para turismo pedagógico ou educativo, com atividades de pesquisa e educação ambiental na Estação Ecológica (EE) Mico Leão Preto; turismo ecológico no Parque Estadual (PE) Morro do Diabo; trilha fluvial e passeios aquáticos no PE Rio do Peixe e turismo ecológico, científico e cultural na Área de Proteção Ambiental (APA) Ilhas e Várzeas do Rio Paraná. Nota-se que ainda falta estrutura para estimular o ecoturismo nas Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs) da região, sendo necessário elaborar o plano de manejo para orientar as atividades de visitação, ecoturismo, turismo pedagógico/educativo e recreação.

Outras áreas protegidas também podem ser importantes atrativos turísticos a serem melhor explorados, conforme localizado no mapa da página anterior, como os 140 sítios arqueológicos localizados principalmente ao longo dos rios Paraná e Paranapanema e os bens tombados na região: o Cemitério da Colônia Japonesa, em Álvares Machado, e a Sede da Fazenda Santa Sofia e Mirante, em Presidente Venceslau.

Destaca-se, ainda, o potencial turístico associado aos recursos hídricos abundantes na região, em especial dos dois grandes corpos d'água, gerados pelo barramento dos rios Paraná e Paranapanema para a produção de energia (atividades náuticas, pesca esportiva e lazer, etc.). Há balneários para atração turística, localizados nos municípios de Euclides da Cunha Paulista, Martinópolis, Presidente Bernardes, Presidente Epitácio, Presidente Prudente, Rancharia, Rosana, Sandovalina, Taciba e Teodoro Sampaio.

A este conjunto de possibilidades, soma-se a facilidade de se implantar marinas, e rampas de acesso que permitam a ampliação do turismo náutico na região; a existência de aeroportos nos municípios de Presidente Prudente e Presidente Epitácio, que podem atrair visitantes de locais mais distantes; e a presença da ferrovia da ALL Malha Sul, que também poderia funcionar como um elemento de promoção do turismo entre Presidente Epitácio a Presidente Prudente, sendo necessária a revitalização das estações ferroviárias e articulação entre os municípios (UNIPONTAL, 2015).

O turismo rural, associado à presença de assentamentos rurais, o turismo religioso, como a Igreja de Santa Bibiana (Martinópolis), a Igreja Matriz de Primavera – Capela Nossa Senhora Aparecida (Rosana) –, a Igreja de Nossa Senhora dos Navegantes (Rosana) e o Santuário Nacional de Santo Expedito, e o turismo de eventos, como o circuito de Rodeios e Festa do Peão, são também atividades turísticas que podem ser potencializadas na região.

Essas informações foram corroboradas e complementadas pelos dados coletados no processo participativo, que envolveu uma pesquisa com questionário online, a realização de uma oficina e um fórum.

Com relação à pesquisa com questionário, quando os participantes foram perguntados sobre como costumavam passar seu tempo livre, podemos destacar que, dos 39 respondentes, 26 % praticam esporte, 10 % visitam parques e praças na região e 8 % viajam, sendo este um público em potencial para investir no turismo local, uma vez que 90 % dos respondentes informaram que já tem o costume de visitar municípios vizinhos. Ao serem questionados se conheciam o Comtur (Conselho Municipal de Turis-

mo) a maioria respondeu que sim e 30 % ainda participa das reuniões, fator importante associado à gestão do turismo municipal. Grande parte das respostas sobre o que precisa ser melhorado para desenvolver o turismo na região pode ser agrupada nos temas: divulgação de atrativos turísticos, elaboração do Plano Regional de Turismo, melhoria de infraestrutura, diversidade de investimento/crédito e qualificação profissional.

Na oficina, realizada no dia 27/01/2022, os participantes opinaram sobre quais as principais atividades turísticas ocorrem e podem ser desenvolvidas no Pontal, tendo sido mencionadas: cicloturismo, ecoturismo, turismo cultural, balneários, eventos e negócios, gastronômico, náutico e de pesca, religioso, rural e de saúde. Sobre os benefícios do seu desenvolvimento, foram citados: geração de empregos diretos e indiretos, conservação e manutenção dos atrativos turísticos, desenvolvimento econômico e regional e aumento da capacitação. Já os principais desafios listados pelo público presente foram relacionados à: divulgação e marketing; sensibilização; melhoria da infraestrutura para turismo receptivo; fomento ao empreendedorismo; capacitação e especialização; captação de recursos e investimentos; melhoria da infraestrutura básica; integração entre setores e prefeituras; e elaboração de políticas públicas.

Durante o fórum, realizado no dia 22/02/2022, foram apresentados os principais resultados da leitura técnica, do questionário e da oficina. Na sequência, os participantes foram convidados a interagir por meio de uma dinâmica para priorização de desafios para o desenvolvimento da atividade turística na região, com o objetivo de entender quais problemas deveriam ser tratados primeiramente ou com maior ênfase. Os resultados da dinâmica indicaram a necessidade de capacitar a mão de obra (inclusive das prefeituras), desenvolver o turismo rural, melhorar a infraestrutura dos atrativos, facilitar o acesso a linhas de crédito, além de trabalhar o turismo de forma mais regional, inclusive com maior divulgação.

O diagnóstico do turismo na região, aliado ao processo participativo, permitiu estabelecer as principais referências para a concepção dos objetos estratégicos, além de contribuir para a definição de ações para o desenvolvimento da atividade, dando suporte ao Programa de Desenvolvimento do Potencial Turístico do Pontal (PDPT-Pontal), conforme o quadro a seguir.

Quadro Síntese: visão de futuro, demandas e desafios que balizaram o PDPT-Pontal

- **Turismo sustentável:** qualquer projeto de dinamização do turismo deve prever e mitigar impactos ambientais, uma vez que a região possui um longo histórico de degradação ambiental vinculado à exploração agrícola. O desenvolvimento da atividade deverá também estar alinhado com a preservação do patrimônio cultural da região, gerando ganhos socioeconômicos para a população local e preservando o patrimônio para as gerações futuras.

- **Melhoria da infraestrutura:** há necessidade de melhorar a infraestrutura turística, essencial para o impulsionar o turismo receptivo, bem como da infraestrutura básica, para atrair mais turistas e manter as pessoas na região.
- **Diversificação do turismo:** o enorme potencial da região permite explorar diferentes tipos de turismo, hoje inexistentes ou pouco explorados como: turismo rural, turismo náutico, turismo pedagógico, cicloturismo, turismo de bem-estar e turismo gastronômico.
- **Fortalecimento das instâncias locais e regionais de gestão:** a gestão pública municipal deve elaborar, executar e monitorar as ações dos Planos Diretores de Turismo, de forma a abarcar as necessidades locais e, também, as potencialidades regionais, por meio de equipe qualificada atuando na área. A criação de uma Instância de Governança Regional (IGR Pontal Paulista) é uma forma de organizar a gestão do turismo na região e, também, adotar uma abordagem mais estratégica.
- **Capacitação e qualificação:** a integração do aparato estadual de ensino e pesquisa em turismo para ações estratégicas dirigidas à ampliação do conhecimento na região, com a capacitação de mão de obra e do desenvolvimento de tecnologias para a aplicação local, é fundamental para elevar o turismo à condição de importante vetor de desenvolvimento econômico e social da região.
- **Disponibilização e disseminação de informações:** a divulgação da atividade para a população, o aumento do entendimento e conhecimento por parte dos gestores públicos municipais, bem como ampla divulgação dos atrativos turísticos da região são fatores importantes para aumentar a demanda turística e o fluxo de turistas nos municípios e região.
- **Ações de suporte e fomento:** o suporte financeiro e a capacitação empresarial são essenciais para viabilizar a execução de projetos pautados por prévios processos de planejamento dos territórios, as medidas para o desenvolvimento, gestão e estruturação dos destinos turísticos, assim como para a geração de mais empregos, renda e inclusão social por meio da atividade turística.

5.3.2.

PDPT-Pontal: Plano de Ações

O Programa de Desenvolvimento do Potencial Turístico do Pontal (PDPT-Pontal) está estruturado em cinco objetivos estratégicos que se desdobram em um conjunto de trinta e uma ações específicas, apresentadas nos quadros das páginas seguintes.

Esse conjunto de ações está dirigido ao impulsionamento e diversificação das atividades turísticas tendo como base os atrativos naturais, históricos e culturais que tornam a região rica e diferenciada. Dessa forma, o programa busca, além de dinamizar o turismo já estabelecido em partes do território, potencializar as demais oportunidades associadas ao ecoturismo, cicloturismo, turismo náutico e turismo rural.

PDPT-Pontal: Objetivos Estratégicos

- 1. Ampliação da oferta de destinos e atrativos turísticos**
- 2. Fortalecimento Institucional da gestão turística**
- 3. Fomento do turismo em bases sustentáveis**
- 4. Aperfeiçoamento das ações de divulgação e marketing**
- 5. Atração de investimentos e suporte financeiro**

PDPT-Pontal 2022

Programa de Desenvolvimento do Potencial Turístico do Pontal do Paranapanema

ODS



Objetivos Estratégicos	Ações	Atividades	Prazo	Instituições Envolvidas
<p>1. Ampliação da oferta de destinos e atrativos turísticos</p>	<p>1.1 Aprimorar os atrativos turísticos</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Agregar valor aos atrativos adicionando ou revitalizando o patrimônio existente, além de atividades e experiências • Estruturar, conservar e manter a infraestrutura dos atrativos (sinalização, acessibilidade, manutenção de trilhas, banheiros, estacionamentos, etc.). • Melhorar o controle e o monitoramento da entrada e circulação dos visitantes, para evitar aglomerações e propiciar uma visita mais agradável. 	<p>Médio</p>	<p>Liderança: Comturs</p> <ul style="list-style-type: none"> • Prefeituras Municipais • Senac • Sebrae • Setur • Empresários e proprietários • SINHORES

PDPT-Pontal 2022

Programa de Desenvolvimento do Potencial Turístico do Pontal do Paranapanema

ODS



Objetivos Estratégicos	Ações	Atividades	Prazo	Instituições Envolvidas
<p>1. Ampliação da oferta de destinos e atrativos turísticos</p>	<p>1.2. Fomentar o aproveitamento dos recursos hídricos para turismo e lazer</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Fomentar o turismo náutico, de pesca e o ecoturismo realizados no entorno ou nos rios, lagos e reservatórios. • Realizar estudos para o aproveitamento das águas termais na região, podendo ser utilizados em balneários e parques aquáticos. • Criar roteiros turísticos aproveitando os recursos hídricos, inclusive com opção de trilhas fluviais e visitação às usinas hidrelétricas. • Realizar oficinas, palestras e cursos sobre turismo náutico, incluindo segurança na operação. 	<p>Médio</p>	<p>Liderança: Setur e SDE (Fórum Náutico)</p> <ul style="list-style-type: none"> • STL • CBH-PP • IPT • AVIESP • UEPP • SINHORES

PDPT-Pontal 2022

Programa de Desenvolvimento do Potencial Turístico do Pontal do Paranapanema

ODS



Objetivos Estratégicos	Ações	Atividades	Prazo	Instituições Envolvidas
1. Ampliação da oferta de destinos e atrativos turísticos	1.3 Fomentar o turismo receptivo	<ul style="list-style-type: none"> Realizar evento técnico para abordar o tema "turismo receptivo". Participar de eventos realizados por outras entidades, como a ABAV-SP, que promove encontros sobre turismo receptivo. 	Curto	Liderança: Comturs <ul style="list-style-type: none"> Empresários e proprietários Prefeituras Municipais Senac Setur AVIESP UEPP Oeste Paulista Convention & Visitor Bureau
		<ul style="list-style-type: none"> Ampliar o acesso aeroviário. 	Longo	Liderança: DAESP e STL <ul style="list-style-type: none"> Prefeituras Municipais
	1.4 Incentivar a criação de roteiros que conectem os atrativos da região	<ul style="list-style-type: none"> Criar roteiros alternativos que conectem os atrativos da região 	Curto	Liderança: Setur <ul style="list-style-type: none"> Empresários e proprietários Prefeituras Municipais Senac IPT Unipontal /IGR AVIESP SINHORES UEPP

PDPT-Pontal 2022

Programa de Desenvolvimento do Potencial Turístico do Pontal do Paranapanema

ODS



Objetivos Estratégicos	Ações	Atividades	Prazo	Instituições Envolvidas
1. Ampliação da oferta de destinos e atrativos turísticos	1.5 Aproveitar o potencial turístico de regiões com sítios arqueológicos/paleontológicos e malha ferroviária	<ul style="list-style-type: none"> Realizar estudos para identificar o potencial turístico dos sítios arqueológicos e paleontológicos da região, a oferta turística já associada a esses sítios, as agências que comercializam esses locais como atrativos e os condutores que atuam nessa atividade. 	Curto	Liderança: Prefeituras Municipais e Comturs <ul style="list-style-type: none"> Senac Iphan Condephaat IPT Instituições de ensino e pesquisa da região
		<ul style="list-style-type: none"> Promover o planejamento do uso turístico de sítios arqueológicos e paleontológicos a partir de cooperação técnica com instituições públicas em nível municipal e planejamento participativo, com vistas ao desenvolvimento de projetos-piloto de socialização de sítios arqueológicos. 	Médio	Liderança: Comturs, Prefeituras Municipais <ul style="list-style-type: none"> Instituições de ensino e pesquisa da região Senac Iphan Condephaat IPT

PDPT-Pontal 2022

Programa de Desenvolvimento do Potencial Turístico do Pontal do Paranapanema

ODS



Objetivos Estratégicos	Ações	Atividades	Prazo	Instituições Envolvidas
1. Ampliação da oferta de destinos e atrativos turísticos	1.5 Aproveitar o potencial turístico de regiões com sítios arqueológicos/paleontológicos e malha ferroviária	<ul style="list-style-type: none"> Promover os sítios arqueológicos como atrativos turísticos. 	Longo	Liderança: Comturs, Prefeituras Municipais <ul style="list-style-type: none"> Iphan Condephaat UEPP SINHORES AVIESP
		<ul style="list-style-type: none"> Realizar estudos para avaliar o potencial turístico associado à malha ferroviária. Avaliar os custos de revitalização das estações ferroviárias para uso como atrativos turísticos. 	Médio	Liderança: Comturs, Prefeituras Municipais <ul style="list-style-type: none"> Instituições de ensino e pesquisa da região Senac Sebrae IPT
	1.6 Incentivar a entrada dos municípios nas regiões turísticas	<ul style="list-style-type: none"> Mobilizar e sensibilizar os agentes públicos e atores locais para a importância de participar das regiões turísticas e trabalhar o turismo de forma regional. 	Curto	Liderança: Setur <ul style="list-style-type: none"> Unipontal Empresários e proprietários Prefeituras Municipais Senac Sebrae UEPP SINHORES AVIESP IPT

PDPT-Pontal 2022

Programa de Desenvolvimento do Potencial Turístico do Pontal do Paranapanema

ODS



Objetivos Estratégicos	Ações	Atividades	Prazo	Instituições Envolvidas
1. Ampliação da oferta de destinos e atrativos turísticos	1.7 Promover a elaboração ou revisão dos Planos de Manejo para todas as UCs do Pontal	<ul style="list-style-type: none"> Mobilizar e sensibilizar os agentes públicos e atores locais para a importância dos planos de manejo, inclusive das RPPNs. 	Curto	Liderança: SIMA <ul style="list-style-type: none"> Fundação Florestal Instituições de ensino e pesquisa da região IPT Proprietários das RPPNs
		<ul style="list-style-type: none"> Elaborar planos com destaque a inserção do ecoturismo como uma das atividades prioritizadas. 	Médio	Liderança: Fundação Florestal <ul style="list-style-type: none"> SIMA Instituições de ensino e pesquisa da região IPT
	1.8 Melhorar a infraestrutura municipal	<ul style="list-style-type: none"> Reforçar a importância da zeladoria pública (limpeza pública, iluminação, etc.), principalmente em cidades turísticas. 	Curto	Liderança: Prefeituras municipais
		<ul style="list-style-type: none"> Elaborar e implementar planos de gestão de resíduos sólidos em arranjos municipais. 	Médio	Liderança: SIMA <ul style="list-style-type: none"> Prefeituras municipais Unipontal

PDPT-Pontal 2022

Programa de Desenvolvimento do Potencial Turístico do Pontal do Paranapanema

ODS



Objetivos Estratégicos	Ações	Atividades	Prazo	Instituições Envolvidas
2. Fortalecimento institucional da gestão turística	2.1 Ampliar a qualificação dos profissionais de prefeituras que trabalham com turismo	<ul style="list-style-type: none"> Organizar cursos de capacitação para profissionais de prefeituras, com conteúdo abrangendo informações gerais sobre o funcionamento da atividade turística, as competências do poder público municipal e a importância de profissionais qualificados para atuar com turismo. 	Curto	Liderança: Comturs, Setur <ul style="list-style-type: none"> Sebrae Senac Prefeituras Municipais IPT
	2.2 Criar uma instância única para gerir o turismo local, envolvendo poder público e privado	<ul style="list-style-type: none"> Criar uma instância única para gerir o turismo da região (ex.: Câmara Temática de Turismo no âmbito da Unipontal). 	Curto	Liderança: Unipontal e Setur <ul style="list-style-type: none"> Comturs Prefeituras Municipais Representações Empresariais Sebrae Senac IGR Pontal Paulista UEPP

PDPT-Pontal 2022

Programa de Desenvolvimento do Potencial Turístico do Pontal do Paranapanema

ODS



Objetivos Estratégicos	Ações	Atividades	Prazo	Instituições Envolvidas
2. Fortalecimento institucional da gestão turística	2.2 Criar uma instância única para gerir o turismo local, envolvendo poder público e privado	<ul style="list-style-type: none"> • Criar um Observatório de Turismo, que faça a integração de dados entre os municípios. 	Médio	Liderança: Unipontal e Comturs <ul style="list-style-type: none"> • Setur • Prefeituras Municipais • Representações Empresariais • Sebrae • Senac • UEPP • AVIESP • SINHORES • IPT
		<ul style="list-style-type: none"> • Estimular a participação da instância de governança que será criada em comissões de turismo receptivo de outras entidades ou órgãos oficiais de turismo (ABIH, ABAV, Embratur, Comtur). 	Médio	Liderança: Unipontal e Comturs <ul style="list-style-type: none"> • Setur • Prefeituras Municipais • AVIESP • SINHORES
	2.3 Fomentar a criação e manutenção das Instâncias de Governança Regionais (IGR's)	<ul style="list-style-type: none"> • Fomentar a criação e manutenção das IGR's para gestão das regiões turísticas. 	Curto	Liderança: Comturs <ul style="list-style-type: none"> • Prefeituras Municipais • Representações Empresariais

PDPT-Pontal 2022

Programa de Desenvolvimento do Potencial Turístico do Pontal do Paranapanema

ODS



Objetivos Estratégicos	Ações	Atividades	Prazo	Instituições Envolvidas
2. Fortalecimento institucional da gestão turística	2.4 Ampliar o conhecimento da população sobre o Comtur	<ul style="list-style-type: none"> Realizar oficinas periódicas de divulgação do Comtur, com conteúdo abrangendo informações gerais sobre seu funcionamento e a importância da participação. Público alvo: munícipes, trade. 	Curto	Liderança: Comturs <ul style="list-style-type: none"> Prefeituras Municipais UEPP SINHORES IPT
	2.5 Ampliar a qualificação dos integrantes do Comtur	<ul style="list-style-type: none"> Organizar cursos periódicos de capacitação para integrantes do Comtur, com conteúdo abrangendo informações gerais sobre o seu funcionamento e quais ações podem e devem ser realizadas. 	Curto	Liderança: Comturs <ul style="list-style-type: none"> Prefeituras Municipais Instituições de ensino e pesquisa da região UEPP SINHORES IPT
	2.6 Apoiar a elaboração e a revisão dos Planos Municipais e Regionais de Turismo	<ul style="list-style-type: none"> Buscar parcerias com instituições de ensino e pesquisa para orientar a elaboração de Planos Diretores de Turismo Municipais e Regionais. 	Curto	Liderança: Comturs <ul style="list-style-type: none"> Prefeituras Municipais Instituições de ensino e pesquisa da região IPT

PDPT-Pontal 2022

Programa de Desenvolvimento do Potencial Turístico do Pontal do Paranapanema

ODS



Objetivos Estratégicos	Ações	Atividades	Prazo	Instituições Envolvidas
2. Fortalecimento institucional da gestão turística	2.7 Avaliar o potencial de criação de um APL (Arranjo Produtivo Local) do Turismo	<ul style="list-style-type: none"> Formar um Grupo de Trabalho Permanente para Arranjo Produtivo Local do turismo (GTP APL-TUR) 	Longo	Liderança: SDE <ul style="list-style-type: none"> Prefeituras Municipais Empresários Sebrae IPT
3. Fomento do turismo em bases sustentáveis	3.1 Incentivar novas modalidades de turismo na região como o Turismo de bem-estar, o turismo de experiência e o turismo rural	<ul style="list-style-type: none"> Realizar eventos para divulgar para população e <i>trade</i> outras modalidades de turismo e como podem ser exploradas, incluindo atividades específicas para os assentamentos. 	Curto	Liderança: Setur <ul style="list-style-type: none"> Comturs Sebrae Senac Itesp Prefeituras Municipais
	3.2 Incentivar roteiros de cicloturismo	<ul style="list-style-type: none"> Buscar parcerias com instituições de ensino e pesquisa para orientar técnicos e dirigentes do poder público e seus parceiros na criação, estruturação e divulgação de circuitos ou roteiros de cicloturismo rurais e urbanos, visando atrair visitantes para municípios e para a região. 	Médio	Liderança: Comturs, Secretarias Municipais de Turismo <ul style="list-style-type: none"> IPT Sebrae Senac Agências de viagem AVIESP Instituições de ensino e pesquisa da região Representações Empresariais

PDPT-Pontal 2022

Programa de Desenvolvimento do Potencial Turístico do Pontal do Paranapanema

ODS



Objetivos Estratégicos	Ações	Atividades	Prazo	Instituições Envolvidas
3. Fomento do turismo em bases sustentáveis	3.2 Incentivar roteiros de cicloturismo	<ul style="list-style-type: none"> Investir em estruturas públicas e particulares de apoio ao cicloturista Promover ações de divulgação dos roteiros e circuitos de cicloturismo em sites eletrônicos, mídia social, revistas, mapas turísticos e instituições brasileiras de atuação nacional. 	Médio	Liderança: Comturs, Secretarias Municipais de Turismo <ul style="list-style-type: none"> IPT Sebrae Senac Agências de viagem AVIESP Instituições de ensino e pesquisa da região Representações Empresariais
	3.3 Integrar os atrativos turísticos a atividades e produtos de outras cadeias produtivas	<ul style="list-style-type: none"> Incluir nos roteiros atrativos gastronômicos, visitação a locais onde são produzidos o artesanato e outros produtos típicos. Estimular a venda de produtos típicos da região como souvenirs e presentes (artesanato, produção rural). 	Curto	Liderança: Comtur <ul style="list-style-type: none"> SDE (SUTACO) SCEC SAA Itesp Unipontal AVIESP

PDPT-Pontal 2022

Programa de Desenvolvimento do Potencial Turístico do Pontal do Paranapanema

ODS



Objetivos Estratégicos	Ações	Atividades	Prazo	Instituições Envolvidas
3. Fomento do turismo em bases sustentáveis	3.4 Promover campanha de conscientização sobre turismo sustentável e valorização da identidade local para população e visitantes	<ul style="list-style-type: none"> Promover campanha de conscientização sobre formas de turismo sustentável para população e visitantes. 	Curto	Liderança: Comturs e Secretarias Municipais de Turismo <ul style="list-style-type: none"> Setur
	3.5 Capacitação de mão de obra	<ul style="list-style-type: none"> Reforçar a divulgação dos cursos existentes hoje relacionados ao turismo e também ao empreendedorismo, gestão, administração e recursos humanos na região, principalmente entre os jovens. Criar cursos EAD focados em demandas específicas como: capacitação de guias, estruturação de atrativos (propriedades particulares), modelos de negócios turísticos (turismo rural, ecoturismo, turismo pedagógico, etc.), gestão de mídias sociais. 	Curto	Liderança: Instituições de ensino e pesquisa da região <ul style="list-style-type: none"> Novotec ViaRapida Sebrae Senac Etec ONGs

PDPT-Pontal 2022

Programa de Desenvolvimento do Potencial Turístico do Pontal do Paranapanema

ODS



Objetivos Estratégicos	Ações	Atividades	Prazo	Instituições Envolvidas
3. Fomento do turismo em bases sustentáveis	3.6 Introduzir o tema de turismo e da valorização cultural na educação	<ul style="list-style-type: none"> Incentivar a utilização do tema turismo e a valorização da cultura local em disciplinas do ensino infantil, fundamental e médio, com intuito de reforçar a identidade local e os princípios básicos do turismo, inclusive como fonte de renda. 	Médio	Liderança: Secretarias Municipais de Turismo e de Educação <ul style="list-style-type: none"> Seduc Setur Prefeituras Municipais
4. Aperfeiçoamento das ações de divulgação e marketing	4.1 Ampliar as ações de marketing turístico para a região	<ul style="list-style-type: none"> Realizar estudo para definir a identidade do turismo do Pontal, identificando as principais vocações regionais. 	Curto	Liderança: Sebrae, Senac <ul style="list-style-type: none"> Prefeituras Municipais Comturs Instituições de ensino e pesquisa da região UNESP Unipontal
		<ul style="list-style-type: none"> Criação de plano de marketing turístico para estruturar a divulgação e promoção do turismo. 	Médio	Liderança: Setur e Comturs <ul style="list-style-type: none"> Prefeituras Municipais Unipontal
		<ul style="list-style-type: none"> Apoiar o desenvolvimento e a divulgação de um aplicativo e site sobre o turismo na região 	Médio	Liderança: Comturs <ul style="list-style-type: none"> Setur Prefeituras Municipais AVIESP Unipontal

PDPT-Pontal 2022

Programa de Desenvolvimento do Potencial Turístico do Pontal do Paranapanema

ODS



Objetivos Estratégicos	Ações	Atividades	Prazo	Instituições Envolvidas
4. Aperfeiçoamento das ações de divulgação e marketing	4.2 Realizar pesquisas de demanda	<ul style="list-style-type: none"> Realizar periodicamente pesquisas de demanda turística real e potencial para nortear os próximos investimentos. 	Médio	Liderança: Comtur/Prefeituras Municipais <ul style="list-style-type: none"> Setur Instituições de ensino e pesquisa da região Agências de viagem AVIESP UEPP SINHORES Representações Empresariais
	4.3 Capacitação de mão de obra específica	<ul style="list-style-type: none"> Ampliar a divulgação dos cursos existentes relacionados à: informática para <i>web</i>, gestão de mídias sociais, comunicação, marketing digital, principalmente entre os jovens. Criar cursos EAD dos mesmos temas ou relacionados. 	Curto	Liderança: Instituições de ensino e pesquisa da região <ul style="list-style-type: none"> Via Rápida Sebrae Senac Etec ONGs UEPP
	4.4 Melhorar a sinalização turística	<ul style="list-style-type: none"> Instalar sinalização turística em todos os municípios da região. 	Curto	Liderança: Prefeituras Municipais <ul style="list-style-type: none"> Setur Comturs

PDPT-Pontal 2022

Programa de Desenvolvimento do Potencial Turístico do Pontal do Paranapanema

ODS



Objetivos Estratégicos	Ações	Atividades	Prazo	Instituições Envolvidas
4. Aperfeiçoamento das ações de divulgação e marketing	4.5 Criar guias e mapas turísticos (devem seguir proposta do plano de marketing)	<ul style="list-style-type: none"> Elaborar pelo menos um guia e mapa turístico de cada município e de cada Região Turística. 	Médio	Liderança: Comturs <ul style="list-style-type: none"> Prefeituras Municipais Setur Representações Empresariais IPT
	4.6 Estimular as Prefeituras a participar ativamente das ações de divulgação	<ul style="list-style-type: none"> Dotar os municípios de postos de informação turística, estimulando parcerias com o setor privado. 	Curto	Liderança: Prefeituras Municipais <ul style="list-style-type: none"> Comturs Representações Empresariais UEPP SINHORES
		<ul style="list-style-type: none"> Gerar conteúdos e utilizar sites e mídias sociais das prefeituras para divulgar os atrativos no município. 	Curto	Liderança: Prefeituras Municipais <ul style="list-style-type: none"> Setur Comturs
5. Suporte financeiro e atração de investimentos	5.1 Promover a divulgação de linhas de financiamento e incentivos.	<ul style="list-style-type: none"> Realizar reuniões envolvendo o setor empresarial, instituições financeiras e de suporte empresarial para divulgar as linhas de financiamentos e incentivos existentes. 	Curto	Liderança: Unipontal e SDE <ul style="list-style-type: none"> Setur Desenvolve SP Investe SP Sebrae Representantes Empresariais UEPP SINHORES

PDPT-Pontal 2022

Programa de Desenvolvimento do Potencial Turístico do Pontal do Paranapanema

ODS



Objetivos Estratégicos	Ações	Atividades	Prazo	Instituições Envolvidas
5. Suporte financeiro e atração de investimentos	5.2 Formular políticas para instalação de novos empreendimentos turísticos	<ul style="list-style-type: none"> Instituir programas para a instalação de novos empreendimentos turísticos, que tenham como premissa a sustentabilidade e a utilização de mão de obra local. 	Curto	Liderança: Setur e SDE <ul style="list-style-type: none"> Desenvolve SP Investe SP Sebrae Prefeituras Municipais UEPP Unipontal
	5.3 Estimular parcerias público-privadas	<ul style="list-style-type: none"> Realizar reuniões para debater possíveis parcerias público-privadas para instalação de novos equipamentos turísticos ou revitalização dos existentes. 	Curto	Liderança: Setur, Unipontal, Prefeituras Municipais <ul style="list-style-type: none"> Representantes empresariais Investe SP Sebrae
	5.4 Incentivar a adesão ao Cadastur	<ul style="list-style-type: none"> Realizar eventos para informar sobre a importância de estar no Cadastur, o que possibilita o acesso a financiamento por meio de bancos oficiais; apoio em eventos, feiras e ações do Ministério do Turismo; entre outros. Realizar mutirão para realizar ou atualizar os cadastros no Cadastur. 	Curto	Liderança: Setur <ul style="list-style-type: none"> Prefeituras Municipais Comturs

Programa de Impulsionamento da Indústria: PII-Pontal

5.4.

O PII-Pontal tem como objetivo finalístico a expansão do setor industrial, de forma equânime e inclusiva, com o adensamento e diversificação das atividades, por meio da potencialização das vocações e vantagens comparativas da região e gerar um ambiente propício à atração de investimentos e geração de novos negócios.

5.4.1.

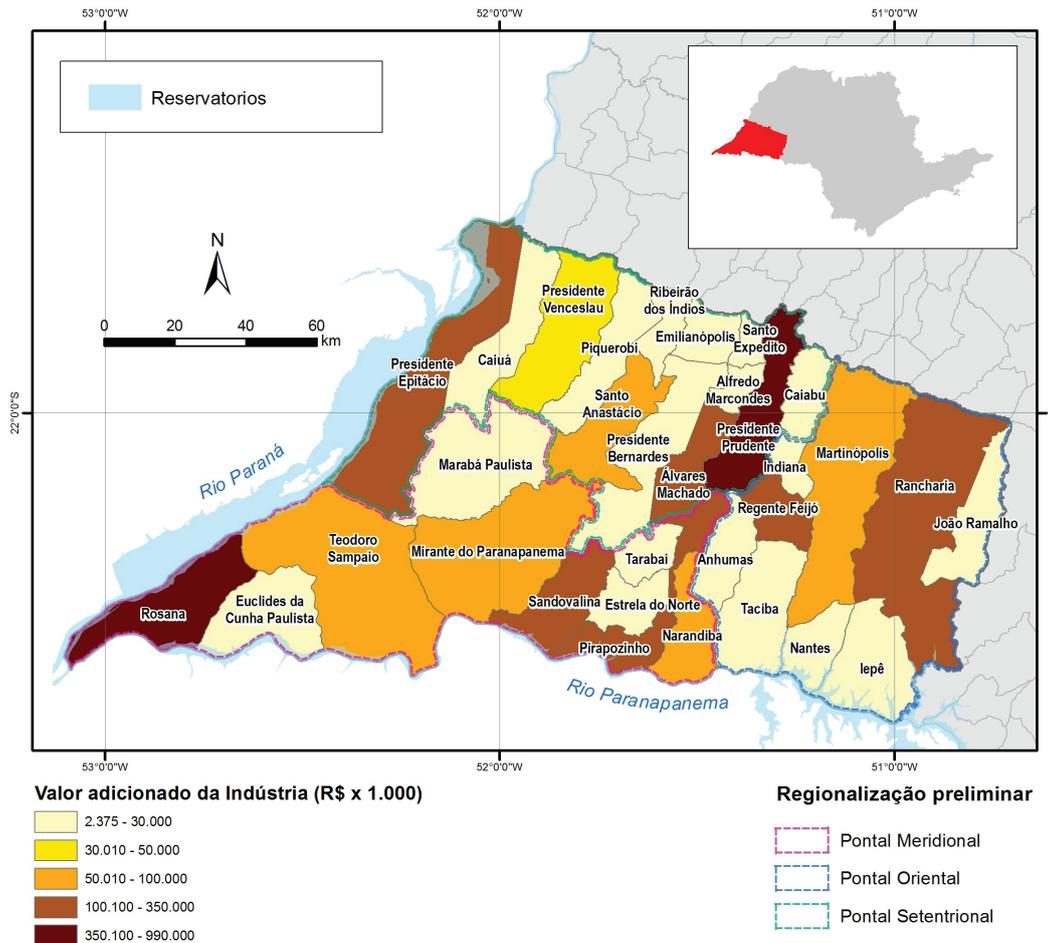
Contexto e bases para o PII-Pontal

O desempenho das atividades industriais, como as demais economias do Pontal, não tem conseguido contribuir com maior pujança para alavancar o seu desenvolvimento de forma sustentável. Trata-se de um setor com desenvolvimento limitado e pouco diversificado. Além disso, como acontece com o segmento de serviços, a indústria encontra-se concentrada em algumas localidades, sendo que apenas cinco municípios perfazem mais de 77 % do montante do seu valor adicionado.

Portanto, as políticas e ações para a expansão das atividades industriais devem ser inclusivas, dirigidas à equalização do crescimento intrarregional e a geração de oportunidades de emprego e renda, e de agregação de valor aos negócios para as diversas camadas de empreendedores.

A região dispõe de vantagens comparativas importantes, que se bem exploradas podem corrigir o baixo e assimétrico desenvolvimento da indústria local e, consequentemente, favorecer a elevação do patamar socioeconômico do Pontal. Há disponibilidade de fatores produtivos locais importantes, como amplas áreas para instalação de empreendimentos e parques industriais, segurança de abastecimento hídrico e energético, proximidade com duas vias fluviais e uma situação limítrofe interestadual, que coloca o Pontal conectado com dois polos de produção agropecuária. Uma vocação natural é a dinamização da indústria a partir do encadeamento com as matérias-primas derivadas do agronegócio e da Bovinocultura. Possui um aparato de faculdades, escolas técnicas, entidades de suporte empresarial do Sistema S, centros de pesquisa com atuação local, entre outros, que se articulados de forma consistente com as aptidões locais e apoiando especialmente os pequenos empreendedores, podem promover a expansão e o aprimoramento da indústria estabelecida, e a criação de novos negócios, em particular de base tecnológica.

Variação do Valor adicionado da Indústria na região do Pontal



A região conta também com aglomerações produtivas embrionárias de pequenas empresas em setores como de cerâmica, vestuários e móveis, nos quais o fortalecimento da governança, o estímulo a maior interação e cooperação empresarial e suporte no aprimoramento tecnológico, podem propiciar expansão desses segmentos, com ganhos de escala, adensamento da cadeia produtiva e ampliação de mercado.

Uma notável oportunidade ambientalmente sustentável está associada ao emprego de resíduos e subprodutos agroindustriais, para a geração de energia elétrica e combustíveis limpos. Iniciativa pioneira do setor sucroenergético já está acontecendo em Nandiba, com a instalação de uma planta para a produção de biogás a partir da vinhaça, torta de filtro e biodigestão de palha de cana. Outro potencial a ser explorado pelo setor é na comercialização da energia elétrica com a queima consorciada do gás (natural ou biometano) e biomassa. A Usina Híbrida, como é denominada, possibilita uma maior geração de energia elétrica com a mesma quantidade de bagaço, podendo operar de forma mais estável e contínua, não dependendo apenas do período de safra.

A região também dispõe de importantes reservas minerais de areia para construção e argilas para fins cerâmicos, cujos aproveitamentos merecem ser incentivados, sobretudo considerando a verticalização da cadeia produtiva de base mineral. Outro recurso pouco explorado do seu subsolo refere-se ao aproveitamento das águas termais do Aquífero Guarani, tanto para uso industrial, como para a implementação de empreendimentos turísticos.

Por sua vez, o aprimoramento de fatores sistêmicos e estruturais com o incremento da infraestrutura, aliado a incentivos fiscais, criariam condições para a expansão das fronteiras de mercados e atração de novos investimentos para a região. Oportunidades marcantes referem-se à expansão da logística multimodal, envolvendo a melhoria da malha ferroviária local e integração com a Ferrovia Norte-Sul e do transporte hidroviário, com a implantação de eclusas no rio Paranapanema e o aperfeiçoamento da navegação do rio Paraná.

- Destaca-se que o condicionante fundamental para a promoção do desenvolvimento sustentável, inclusivo e de valor compartilhado, é o equacionamento dos conflitos fundiários.
- A conquista da pacificação social poderá ser uma nova marca para a região do Pontal, que além da segurança jurídica para os investimentos, favorecerão o estabelecimento de vínculos mais permanentes entre os diversos estratos socioeconômicos, bem como uma maior perspectiva de prosperidade e o sentimento de enraizamento da população com seu território.

Os dados econômicos obtidos na elaboração do diagnóstico econômico formaram a base inicial para as discussões com os agentes locais, que se deram em duas ocasiões: numa oficina em que foram levantados oportunidades e desafios ao desenvolvimento industrial da região e um fórum em que se discutiram as potencialidades a serem desenvolvidas no PADES-Pontal.

Os eventos participativos corroboraram com o diagnóstico setorial, destacando demandas específicas como a necessidade de apoio para a atração de investimentos produtivos e industriais aos municípios menos favorecidos, melhoria da infraestrutura e o suporte de instituições alinhado às necessidades do setor produtivo, entre outros como do Sistema S, comunidade acadêmica e centros de pesquisa. Outro aspecto que teve menção recorrente foi a falta de mão de obra especializada. Esse ponto dialoga com o diagnóstico, que indica como desafios as perdas migratórias da última década e a diminuição da população jovem em diversos municípios.

Tendo como subsídios as informações coligidas a partir do diagnóstico setorial e das contribuições do processo participativo, pode-se destacar de forma sintética referências que fundamentam as linhas de ação do Programa de Impulsão da Indústria do Pontal do Paranapanema.

Quadro Síntese: visão de futuro, demandas e desafios obtidos no diagnóstico setorial e no processo participativo, que balizaram a estruturação do PII-Pontal

- Promover a dinamização da indústria de forma sustentada e inclusiva, equalizando as assimetrias intra-regionais.

- Ampliar as atividades industriais como expectativa futura calcada no aprimoramento tecnológico e competitivo e no adensamento das cadeias produtivas instaladas, sendo favorecida pelo encadeamento com as matérias-primas disponíveis provenientes das atividades agropecuárias.
- Melhorar a infraestrutura, suporte financeiro, apoio tecnológico e capacitação de mão de obra para geração de um ambiente favorável ao desenvolvimento empresarial, atração de investimentos e surgimento de novos negócios.
- Necessidade de capacitar melhor a mão de obra local, essencial para impulsionar as novas formas de produção industrial, investir em tecnologia e melhorar a renda do trabalho, além de possibilitar a fixação da população jovem.
- Impulsionar a interação entre o aparato acadêmico, escolas técnicas, Sistema S e centros de pesquisa que atuam localmente e o setor produtivo, priorizando soluções e inovações para as demandas e potencialização das vocações locais.
- Fortalecer as relações e organizações empresariais, sobretudo de pequenos empreendedores, integrando-os em iniciativas consorciadas – associações e cooperativas.

Diferentemente dos dois programas de fomento envolvendo o estímulo da produção rural e do turismo, que avançaram no detalhamento de ações específicas para a dinamização desses vetores de desenvolvimento, no caso da indústria optou-se pelo apontamento de diretrizes mais gerais. Isto se deve a expressão relativamente pouco pronunciada das atividades industriais, sem o adensamento de cadeias produtivas, o que induz a indicações de linhas de ação de caráter mais estruturantes, com algum destaque para algumas vocações pouco mais consolidadas.

5.4.2.

PDPT-Pontal: Plano de Ações

O Programa de Impulsionamento da Indústria (PII-Pontal) está organizado em um conjunto de quinze diretrizes. Abrangem iniciativas dirigidas para: ampliação das interações do setor produtivo com o aparato acadêmico, centros de pesquisa, de capacitação de mão de obra e suporte empresarial; agregação de valor ao agronegócio e o aproveitamento de seus subprodutos e resíduos rumo à almejada economia circular; potencialização de vantagens locais e da cadeia produtiva de base mineral; dinamização das aglomerações produtivas situadas na região; e melhoria da infraestrutura, apoio creditício e equalização de questões tributárias.

PII-Pontal 2022

Programa de Impulsão da Indústria no Pontal do Paranapanema

ODS



Objetivo Estratégico	Diretrizes	Instituições Envolvidas
<p>Dinamização da Indústria</p> <p>Apoiar o desenvolvimento das atividades industriais, de forma equânime e inclusiva, com o seu adensamento e diversificação, por meio da potencialização das vocações e vantagens comparativas da região.</p>	<p>1. Incentivar parcerias entre as instituições de ensino superior e empresas para o desenvolvimento de programas de PD&I e fomentar o empreendedorismo, possibilitando incrementar a densidade de negócios de base tecnológica, com a agregação de valor a produtos e serviços da região:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Apoiar a consolidação da Fundação Inova Prudente e a sua articulação com centros de pesquisa e universidades que atuam no estado. 	<p>Liderança: SDE</p> <ul style="list-style-type: none"> • SDR • Universidades e Centros de Pesquisa e Inovação (estadual e federal) • Fundação Inova Prudente • Unipontal • Sebrae • Representações Empresariais, da Sociedade Civil
	<p>2. Dar suporte à divulgação e facilitar o acesso a linhas de financiamento e incentivos, suprindo o setor empresarial e empreendedores sobre as opções de crédito e incentivos disponíveis para financiando de novos projetos, de investimento em ampliações e modernizações, aquisição de máquinas e equipamentos e projetos inovadores.</p>	<p>Liderança: SDE</p> <ul style="list-style-type: none"> • SDR • Unipontal • Desenvolve São Paulo • Representações Empresariais
	<p>3. Apoiar a expansão da indústria por meio da integração vertical no agronegócio (indústria de processamento de produtos derivado do setor agropecuário).</p> <p>Casos notáveis:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Processamento de leite derivado especialmente da produção dos assentamentos. • Processamento de frutas (Narandiba). 	<p>Liderança: SDE</p> <ul style="list-style-type: none"> • SDR • Unipontal • Apta • Itesp • CATI • Representações Empresariais

PII-Pontal 2022

Programa de Impulsão da Indústria no Pontal do Paranapanema

ODS



Objetivo Estratégico	Diretrizes	Instituições Envolvidas
<p>Dinamização da Indústria</p> <p>Promover o desenvolvimento das atividades industriais, de forma equânime e inclusiva, com o seu adensamento e diversificação, por meio da potencialização das vocações e vantagens comparativas da região.</p>	<p>4. Incentivar a recuperação de indústrias existentes e setores com potencial de crescimento.</p> <p>Casos notáveis:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Curtumes em Presidente Prudente • Equipamentos de som em Álvares Machado 	<p>Liderança: SDE</p> <ul style="list-style-type: none"> • SDR • Unipontal • Representações Empresariais • Desenvolve São Paulo
	<p>5. Estimular a implantação de APLs a partir de aglomerações produtivas embrionárias:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Casos reconhecidos dos setores de vestuários, móveis e esquadrias de metal. 	<p>Liderança: SDE</p> <ul style="list-style-type: none"> • Incoesp (Cooperativa das Indústrias Cerâmicas do Oeste Paulista) • Unipontal • IPT • Sebrae • Senai • Órgãos de Regulação e Licenciamento • Universidades e Centros de Pesquisa e Inovação
	<p>6. Fomentar o aprimoramento competitivo do APL de cerâmica vermelha do Oeste Paulista:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Incentivar a maior articulação do setor empresarial com stakeholders. • Elaborar um plano estratégico para expansão e aprimoramento competitivo da indústria cerâmica. • Dar suporte à modernização do parque cerâmico (processos, equipamentos e automação), por meio da sensibilização e facilitação de linhas de crédito específicas. • Trabalhar para a estruturação de programas de assistência técnica e extensão nas unidades industriais e nas minas produtoras de matérias-primas. 	

PII-Pontal 2022

Programa de Impulsão da Indústria no Pontal do Paranapanema

ODS



Objetivo Estratégico	Diretrizes	Instituições Envolvidas
<p>Dinamização da Indústria</p> <p>Promover o desenvolvimento das atividades industriais, de forma equânime e inclusiva, com o seu adensamento e diversificação, por meio da potencialização das vocações e vantagens comparativas da região.</p>	<p>7. Trabalhar para o fortalecimento das estratégias já existentes de qualificação e treinamento da mão de obra, de forma a adequá-la às demandas locais e aos novos padrões industriais.</p>	<p>Liderança: SDE</p> <ul style="list-style-type: none"> • SESI • Sebrae • Unipontal • Desenvolve SP • Universidades e centros de pesquisa
	<p>8. Incentivar o cooperativismo e o associativismo para ganhos de escala, em especial nas indústrias ligadas ao agronegócio.</p>	<p>Liderança: SDE</p> <ul style="list-style-type: none"> • Representantes Empresariais • Sebrae • Unipontal
	<p>9. Participar do planejamento da implantação de distritos industriais e centros empresariais nos municípios, aproveitando a oferta de terras.</p>	<p>Liderança: Unipontal</p> <ul style="list-style-type: none"> • SDE • SDR • Desenvolve São Paulo • Investe São Paulo • Representantes Empresariais
	<p>10. Participar da estratégia de aprimoramento da infraestrutura viária multimodal possibilitando o acesso mais competitivo a mercados regionais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Fortalecimento de projetos de recuperação, manutenção e ampliação da malha rodoviária. • Melhoria da malha ferroviária e possibilidade de integração com a Ferrovia Norte Sul. • Intensificação de esforços para impulsionar a navegabilidade dos rios Paranapanema e Paraná e implantação de portos e terminais multimodais. 	<p>Liderança: SLT</p> <ul style="list-style-type: none"> • SDE • SDR • SIMA • Unipontal

PII-Pontal 2022

Programa de Impulsionamento da Indústria no Pontal do Paranapanema

ODS



Objetivo Estratégico	Diretrizes	Instituições Envolvidas
<p>Dinamização da Indústria</p> <p>Promover o desenvolvimento das atividades industriais, de forma equânime e inclusiva, com o seu adensamento e diversificação, por meio da potencialização das vocações e vantagens comparativas da região.</p>	<p>11. Articular a equalização de parâmetros fiscais com estados vizinhos.</p>	<p>Liderança: Sefaz</p> <ul style="list-style-type: none"> • SDE • SDR • Unipontal • Representantes Empresariais
	<p>12. Articular e apoiar iniciativas sustentáveis visando o aproveitamento de resíduos e subprodutos agroindustriais, para a geração de energia elétrica e combustíveis limpos.</p>	<p>Liderança: SIMA</p> <ul style="list-style-type: none"> • SDE • Representantes empresariais • Unipontal • Desenvolve SP • Fapesp
	<p>13. Estimular a verticalização da mineração de agregados para construção e implantação de fábricas de artefatos de concreto.</p>	<p>Liderança: SIMA</p> <ul style="list-style-type: none"> • Representantes empresariais • Unipontal • IPT • Desenvolve SP

PII-Pontal 2022

Programa de Impulsão da Indústria no Pontal do Paranapanema

ODS



Objetivo Estratégico	Diretrizes	Instituições Envolvidas
<p>Dinamização da Indústria</p> <p>Promover o desenvolvimento das atividades industriais, de forma equânime e inclusiva, com o seu adensamento e diversificação, por meio da potencialização das vocações e vantagens comparativas da região.</p>	<p>14. Atuar de forma colaborativa com municípios da região para o aproveitamento de novas matérias-primas minerais e a instalação de empreendimentos minero-industriais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Caso dos importantes depósitos de argilas em Presidente Epitácio e Alvares Machado, cujos estudos de caracterização tecnológica podem indicar a viabilidade de aplicação, além do setor cerâmico, em outros usos, como agrícola (remineralizante de solo) e carga mineral. <p>15. Incentivar estudos sobre a viabilidade técnica-econômica sobre o aproveitamento da energia geotérmica do Aquífero Guarani em diversos processos industriais: lavagem e secagem de produtos, pasteurização, fabricação de papel, curtumes, tecelagem; além de balneários e na criação de peixes e aves.</p>	<p>Liderança: SIMA</p> <ul style="list-style-type: none"> • Unipontal • IPT • Desenvolve SP • Prefeituras • Representantes empresariais <p>Liderança: SDE</p> <ul style="list-style-type: none"> • IPT • Universidades e centros de pesquisa • Unipontal • Representações Empresariais

06.

Gestão e
Governança do
PADES: Desenvolver
com os Territórios e
Comunidades

Governança Interinstitucional: Construindo com o Mercado e a Sociedade Civil

6.1.

As estratégias de governança do PADES-Pontal são parte indissociável de sua capacidade de implementação, que foi formulada com o objetivo de servir como norte para o desenvolvimento regional, de forma prática.

Entende-se governança como o arranjo a ser constituído entre as diversas entidades presentes no território para que o Plano possa ser implementado. A literatura de Administração Pública costuma compreender que a governança para gestão de projetos no setor público deve englobar os três setores: Estado, mercado e sociedade civil. Entende-se que o Estado não é capaz de, sozinho, solucionar todos os problemas existentes na sociedade. Ainda, que se as estratégias forem executadas conjuntamente, as soluções podem ser otimizadas.

Assim, a estrutura de governança deve mobilizar os atores públicos (governos municipais e os consórcios existentes; governos estadual e federal e seus órgãos vinculados); instituições de ensino técnico e superior (públicas e privadas); organizações empresariais, em particular as que integram o “Sistema S”; organizações da sociedade civil; e os cidadãos. Uma boa governança envolve a participação desses atores nas etapas de formulação do PADES, na sua implementação, no seu acompanhamento e na sua avaliação, criando um “sentimento de pertencimento” à região, mas respeitando as especificidades dos territórios do Pontal – Meridional, Oriental e Setentrional.

Nesta linha, as oficinas e fóruns realizados destacaram a importância do trabalho intergovernamental, interinstitucional e também intersetorial, com destaque ao trabalho articulado entre as Secretarias de Estado para a promoção do desenvolvimento econômico e sustentável da Região. Esta atuação exige uma mudança de cultura institucional das diversas secretarias bem como a identificação de um modelo de coordenação pelo governo do estado do PADES-Pontal 2022.

A governança para o Plano requer uma coordenação que deve ser assumida pelo governo do estado, responsável pela elaboração e implementação do PADES-Pontal 2022. Neste processo, a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, com o apoio técnico do IPT, e a Secretaria de Desenvolvimento Regional (SDR) têm um papel relevante no processo de implementação do Plano. As duas secretarias devem realizar a articulação política interna ao governo estadual e externa promovendo a interlocução dos diversos atores que podem contribuir com o desenvolvimento do Pontal. Ressalta-se que a construção de projetos técnicos são essenciais para viabilizar as ações previstas com a participação do Poder Público e setores empresariais e da sociedade civil.

Colaboração Intermunicipal

6.2.

A cooperação intergovernamental é um fator que pode contribuir para a promoção do desenvolvimento de um determinado território. Na literatura são identificados a cooperação horizontal (Município-Município; Estado-Estado) e vertical (Estado-Município, União-Estado-Município).

A cooperação horizontal tratada nesta seção é a intermunicipal que pode auxiliar com a gestão e governança do Plano. Ela pode ocorrer por meio de diversos arranjos: consórcios administrativos e públicos, agências, fundações intermunicipais, entre outras. Esses arranjos surgem como alternativas para viabilizar a implementação de serviços públicos e podem racionalizar as atividades e a organização das administrações municipais. Os consórcios intermunicipais são a forma mais frequente de cooperação intermunicipal no Brasil (IBGE, 2020) e “possibilitam a discussão de um planejamento regional, ampliação da oferta de serviços, racionalização de equipamentos; ampliação de cooperação regional, flexibilização dos mecanismos de aquisição de equipamentos e de contratação de pessoal; entre outras” (CRUZ; ARAÚJO; BATISTA, 2012, p. 113).

No Pontal foram identificados quatro arranjos de cooperação intermunicipal: Consórcio Intermunicipal do Oeste Paulista – Ciop, Consórcio Intermunicipal de Resíduos Sólidos do Oeste Paulista – Cirsop, Consórcio Intermunicipal do Pontal do Paranapanema - CIPP, Consórcio Intermunicipal do Vale do Paranapanema – Civap. Nenhum dos consórcios intermunicipais atendem todos os municípios abrangidos pelo PADES. Dois consórcios possuem atuações com resíduos sólidos; um, com saúde; e um é multifinalitário; sendo que os quatro são consórcios públicos mostrando potencialidades para a promoção das ações previstas no PADES.

A literatura aponta que boas gestões de consórcios têm possibilitado a ampliação de recursos de forma cooperada e melhoria da infraestrutura entre outros aspectos do desenvolvimento microrregional. Observa-se, ainda, que iniciativas positivas podem ser disseminadas e a experiência prévia de cooperação e os resultados alcançados podem promover a ampliação das finalidades dos consórcios. A disseminação da atuação das compras públicas realizadas pelo Civap para o Ciop e outros consórcios no Brasil e a ampliação destes dois consórcios são exemplos das potencialidades a serem exploradas no PADES. Estes arranjos podem, ainda, firmar parcerias com organizações da sociedade civil para viabilizar projetos de interesse regional. Ademais, as experiências colaborativas também podem servir como espaços para disseminação de boas práticas e trocas de experiências exitosas entre os municípios participantes que, apesar das diferenças, também possuem similaridades.

Ainda se faz necessária a criação de uma cultura regionalizada com ações cooperadas em todo o território do Pontal; afinal, experiências verdadeiramente colaborativas são frutos de uma compreensão compartilhada de sua importância. Assim, o governo estadual poderia promover o fortalecimento dos consórcios existentes, com apoio técnico e financeiro, para realizar ações do PADES, bem como a articulação entre as quatro iniciativas de cooperação intermunicipal existentes na região.

Avaliação e Monitoramento do PADES

6.3.

A avaliação e monitoramento são partes integrantes de um plano. Ao se tratar de um projeto que envolve diversos atores e instâncias, é preciso considerar que o plano inicial poderá ser modificado ao longo do tempo – tanto pelas alterações sociais que podem ocorrer no período do plano, quanto por fatores externos imprevistos anteriormente. Dessa maneira, é preciso sempre garantir que o PADES esteja em harmonia com a região e sua população de forma constante.

Isso poderá ser feito por meio de um sistema de avaliação e monitoramento. O monitoramento reúne o conjunto de instrumentos que dão indícios sobre a evolução do plano - se está sendo cumprido ou não. A partir dos dados do monitoramento, é possível partir para a avaliação do PADES, quando os indicadores serão analisados pelos responsáveis pelo plano para definir se há algum ponto de atenção a ser considerado. Esta avaliação poderá levar, em último caso, à revisão do plano e suas metas, para que estejam adequadas aos novos desafios a serem enfrentados na região. No desenho clássico do ciclo de políticas públicas, a fase de avaliação serve como alimentação para um novo ciclo de formulação, o que pode se dar dentro da própria política ou dar origem a novas iniciativas governamentais.

Para que a avaliação possa produzir dados que embasem a tomada de decisão, é importante que sua coleta seja realizada desde o começo da implementação do plano, de preferência com a existência de dados anteriores à implementação - o diagnóstico inicial, que apoiará os gestores públicos a desenharem soluções mais efetivas. Os dados também precisam ser coletados com facilidade, de forma a poderem estar sempre atualizados e disponíveis para momentos de tomada de decisão. É importante que os responsáveis pela coleta estejam definidos e tenham estrutura suficiente para conduzir a coleta de dados.

Alguns indicadores que podem ser coletados em cada programa são:

- Evolução de cumprimento das metas em termos temporais e de dispêndio de recursos, bem como avanço físico no caso de obras;
- Número de beneficiários e proporção em relação ao público-alvo;
- Quantidade de atividades realizadas em relação ao proposto inicialmente;
- Melhoria de indicadores gerais, como nível de renda dos munícipes, IDEB e IPVS;
- Pesquisas de satisfação de beneficiários.

Para organização do sistema de monitoramento, podem ser seguidas as etapas propostas:

- Avaliar os objetivos dos Projetos e Programas propostos, em termos de como podem ser mensurados por indicadores;
- A partir da lista de indicadores levantada, avaliar quais podem ser obtidos de forma contínua e com custos baixos, visando o apoio à tomada de decisão. Também é importante avaliar quais dados estão disponíveis para servirem como linha de base, ou seja, como diagnóstico para comparação durante e depois da aplicação do plano;
- Determinar quem serão os responsáveis pela coleta e disponibilização dos dados, especialmente em períodos próximos aos momentos de avaliação;
- Elaborar um sistema simples de gestão da informação: planilhas que devem ser preenchidas com os dados coletados periodicamente, de maneira que o registro das informações siga um padrão comum e os dados sejam dispostos em um único lugar, garantindo a comparabilidade;
- Organizar um Comitê interinstitucional, de preferência com participação de organizações da sociedade civil, responsável pela avaliação do plano. Este Comitê deverá contar com reuniões periódicas e deverá receber os relatórios de monitoramento do PADES com antecedência, para análise e debate nas reuniões;
- As reuniões do Comitê deverão deliberar sobre desdobramentos e alterações a serem realizadas no Plano. Toda alteração deverá ser justificada em indicadores e nos dados trazidos pelo sistema de monitoramento.



08.

Considerações
Finais:
Para um Pontal
Pacificado, Dinâmico
e Sustentável

A O Pontal do Paranapanema, pelo distanciamento da capital e dos grandes centros consumidores do Estado e, sobretudo, em decorrência da ocupação desordenada e da concentração econômica que marcam historicamente a região, coloca-se em uma situação de menor dinamismo e de maior vulnerabilidade social e ambiental frente a outras porções do território paulista.

O ponto de partida, para a transformação dessa conjuntura relativamente desfavorável rumo a um processo de desenvolvimento sustentável, inclusivo e de valor compartilhado, é o equacionamento definitivo dos conflitos fundiários.

A conquista da pacificação social poderá ser uma nova marca para a região do Pontal, que além da segurança jurídica para os investimentos, favorecerão o estabelecimento de vínculos mais permanentes entre os diversos estratos socioeconômicos, bem como uma maior perspectiva de prosperidade e sentimento de enraizamento da população com o seu território.

É sob esta perspectiva que o PADES-Pontal 2022 foi elaborado e projeta um conjunto de políticas e ações para gerar um novo ciclo de dinamização econômica, baseado na inclusão social, em processos inovativos, na redução das desigualdades intra-regionais e na valorização dos ativos ambientais.

Os quatro programas delineados – Desenvolvimento Social e Políticas Integradoras, Valorização da Produção Rural, Desenvolvimento do Potencial Turístico e Impulsio-namento da Indústria – estabelecem um conjunto de iniciativas que ao mesmo tempo que se orientam para a dinamização econômica, buscam promover à melhoria da qualidade de vida e criar um colchão social para os estratos sociais mais carentes. Tudo isso levando em conta o resgate e a valorização de um relevante passivo ambiental, como forma de melhorar às condições de seus recursos naturais, para a garantia da preservação dos ecossistemas, o acolhimento mais satisfatório de sua população atual e das futuras gerações e gerar um ambiente que propicie a expansão da atividade econômica e seja atrativo a novos investimentos.

O senso de pertencimento na concepção de um plano de desenvolvimento regional é fundamental para que as propostas de ações possam ser pactuadas e implementadas de forma exitosa. E o Pontal do Paranapanema oferece condições para tal. Existe uma identidade territorial que precisa ser resgatada e isso só pode acontecer à luz da valorização de sua história, de seu patrimônio natural e social. Há um vasto potencial a ser aproveitado.

Como referência para a estruturação e concretização das linhas de ação propugnadas no PADES-Pontal 2022, contou-se com o engajamento das instituições e dos atores locais, por meio de eventos participativos. Os fóruns e oficinas permitiram a interação de gestores públicos, representantes empresariais, da academia e da sociedade civil, que além de possibilitar a troca sinérgica de informações, ensejou que os conhecimentos de quem vive na região, fossem disseminados

Iniciou-se uma trajetória inclusiva com a construção participativa do PDES-VR e a efetividade de suas medidas dependerá, do mesmo modo, de uma coordenação que tenha capilaridade e enraizamento nas representações do território. Complementarmente, como contribuição ao PADES-Pontal 2022 são apresentados uma base conceitual e pressupostos para a boa governança e a execução exitosa de suas ações.

O sucesso da implementação do PADES-Pontal 2022 traz uma expectativa auspiciosa para que a marca do Pontal passe a ser dentro do Estado de São Paulo o **território paulista pacificado, dinâmico e sustentável.**

Bibliografia

ADUSP. “Outorga do título de domínio é vendida como sonho pelo governo Doria, mas ameaça futuro das terras dos assentados”. 2021. Disponível em: <<https://www.adusp.org.br/index.php/conj-pol/4223-itesp>>. Acesso em 30 set. 21.

BARONE et al. Considerações acerca da produção nos assentamentos do Pontal do Paranapanema. Retratos de assentamentos. v.15, n.1, 2012.

BENTO, Fredi dos Santos. Migração dos trabalhadores para o corte de cana de açúcar no Pontal do Paranapanema (SP) no início do séc 21. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT), da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP). Presidente Prudente, p. 248, 2015.

BOIN, M. N.; OSCO, L. P. (2016). Geoecologia Da Paisagem Do Pontal Do Paranapanema / Sp : O Olhar Geográfico Da Paisagem Ao Longo Do Século XX . Revista Entre-Lugar, 1(12), 189–207.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria de Desenvolvimento Territorial. Relatório anual célula de acompanhamento e informação para desenvolvimento rural do Pontal do Paranapanema. Presidente Prudente, 2011. Disponível em: <<http://sit.mda.gov.br/download/ra/ra073.pdf>>. Acesso em 24 jun. 2021.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Plano de Desenvolvimento Territorial do Pontal do Paranapanema. Disponível em: <http://sit.mda.gov.br/download/ptdrs/ptdrs_territorio073.pdf>. Acesso em: 07.jul.2021

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria de Desenvolvimento Territorial. Relatório anual célula de acompanhamento e informação para desenvolvimento rural do Pontal do Paranapanema. Presidente Prudente, 2011. Disponível em: <<http://sit.mda.gov.br/download/ra/ra073.pdf>>. Acesso em 24 jun. 2021.

BRASIL. Ministério do Turismo. Cadastur. Disponível em: <<https://cadastur.turismo.gov.br/>>. Acesso em: 25 set. 2021.

BRASIL. Ministério do Turismo. Dados Abertos. Disponível em: <<http://dados.turismo.gov.br/>>. Acesso em: 27 set. 2021.

BRASIL. Ministério do Turismo. Portaria nº 105, de 16 de maio de 2013. Institui o Programa de Regionalização do Turismo e dá outras providências. DOU de 20.5.2013. Disponível em: <<https://www.gov.br/turismo/pt-br/centrais-de-conteudo-/publicacoes/portarias-arquivos/portaria-2013/portaria-n-105-de-16-de-maio-de-2013>>. Acesso em: 25 set. 2021.

BRASIL. Ministério do Turismo. Relatório de Categorização do MAPA 2019. Disponível em: <http://www.regionalizacao.turismo.gov.br/images/RELATORIO_CATEGORIZACAO_2019-Portal.xls>. Acesso em: 7 abr. 2020.

CAVALHEIRO, M. G.; ROMERA E SILVA, P. A. (2018). A Representação Gráfica De Indicadores Socioambientais Como Subsídio Para a Gestão De Recursos Hídricos No Pontal Do Paranapanema/Sp. *Formação (Online)*, 25(44), 117–146.

CONDEPHAAT - Conselho de Defesa Do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico E Turístico Do Estado De São Paulo. Bens Tombados. Disponível em: <<http://condephaat.sp.gov.br/bens-protetidos-online/>>. Acesso em: 27 set. 2021.

COSTA, Caio César de Medeiros; TERRA, Antônio Carlos Paim. *Compras públicas: para além da economicidade*. Brasília: Enap, 2019.

CRIADO, R. C. (2013). Mudanças no uso e cobertura da terra na bacia hidrográfica do Ribeirão do Rebojo entre 1971/1972 e 2007/2008. UGRHI Pontal do Paranapanema - SP. In *Presidente Prudente*. Universidade Estadual Paulista - UNESP.

CRUZ, Maria do Carmo M. T.; ARAÚJO, Fátima F.; BATISTA, Sinoel. Consórcios numa perspectiva histórico-institucional. *Cadernos Adenauer XII. Municípios e Estados: experiências com arranjos cooperativos*. Rio de Janeiro, n. 4, p. 111-124, 2012.

MONTORO, Fernando Antonio Franco; BIO, Sílvia Rodrigues; VIANA, Manuela Trindade; CRAVEIRO, Sílvia da Silva; CASTRO, Talita Pereira de. *Gestão pública municipal no estado de São Paulo: Elementos para um olhar analítico*. In: VELOSO, João Francisco Alves; MONASTERIO, Leonardo Monteiro; VIEIRA, Roberta da Silva; MIRANDA, Rogério Boueri. *Gestão Municipal no Brasil: Um retrato das prefeituras*. Brasília: Ipea, 2011. Disponível em: <https://ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_gestao-municipal.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2022.

CULLEN JR, L.; BORGES, H. G.; LIMA, J. F.; CAMPOS, N.; BELTRAME, T. P.; VICENTE, A.; RONCONI, E. (2006). *Restauração de paisagens e desenvolvimento socioambiental em assentamentos rurais do Pontal de Paranapanema*. *Agriculturas*, 24–28.

DATALUTA. Banco de Dados da Luta pela Terra. *Relatório Pontal do Paranapanema 2012*. Presidente Prudente-SP, 2013.

DESENVOLVE SP. *Mapa da Economia Paulista: Região Administrativa Presidente Prudente*. 2021. Disponível em: <<https://www.desenvolvesp.com.br/mapadaeconomia-paulista/ra/presidente-prudente/>>. Acesso em: 28 jun. 2021

DIAS, M. C. A. Em busca de uma nova racionalidade na produção agrícola - a inserção da agroecologia nos movimentos sociais do campo na América Latina. IN: URQUIDI, V.; NEPOMUCENO, M.; LAGO, M. C.; RODRIGUES, J. de F.; de CASTRO, R. de C. M. L.; RODRIGUES, S. (Orgs.). *Estado e lutas sociais na América Latina: sociedade, economia e política*. Livro II. Coleção Pensar a América Latina e o Caribe. São Paulo, SP: Editora Prolam. Fapesp, 2020.

EVANGELISTA C. R. L. Indicadores econômicos e sociais, na UGRHI-22 no período de 2004 a 2016: os efeitos da expansão da cana-de-açúcar. Dissertação de Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional - Universidade do Oeste Paulista – Unoes- te, Presidente Prudente, SP. 2016. 151 f.

FELICIANO, Carlos Alberto. Território em Disputa: terras (re)tomadas no Pontal do Pa- ranapanema. Tese (Doutorado em Geografia Humana). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, p.575, 2009.

Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-03022010-160739/publico/CARLOS_ALBERTO_FELICIANO.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2021.

FELIPPO, Rafael Gonçalves; DA SILVA, Marcos Araujo Lima; OSCO, Lucas Prado; RA- MOS, Ana Paula Marques. Avaliação da Distribuição Espacial da Taxa de Analfabetismo e de Desemprego na Região do Pontal do Paranapanema. In: Colloquium Exactarum, Presidente Prudente, v. 9, n. 4p, n. 4, Out-Dez 2017, p. 01-07, Out-Dez 2017.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Espacialização e territorialização da luta pela terra: a formação do MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Estado de São Paulo. 218 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Filoso- fia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo. 1994.

FERRARINI, O. G. Elementos para a análise de viabilidade de sistemas agroflorestais em assentamentos rurais: um estudo de caso no Pontal do Paranapanema - SP. Dissertação (Mestrado). Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”. Centro de Energia Nuclear na Agricultura, 2014.

_____.; MARQUES, P. E. M. Projetos agroecológicos no Pontal do Paranapanema: a visão de agricultores assentados e o papel das políticas públicas. Revista Retratos de Assentamentos. v.21, n.2, 92-115, 2019.

FERREIRA JÚNIOR, Antônio Carlos. Abordagem territorial nas ações e políticas de de- senvolvimento do Pontal. Tese (Doutorado em Engenharia Agrícola) - Faculdade de En- genharia Agrícola da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, p.176, 2015

FERREIRA, Silvia Helena Silva. Contribuição ao estudo dos dilemas e impactos das unidades prisionais do Pontal do Paranapanema: um estudo de caso do município de Marabá Paulista. Dissertação (Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento Regio- nal). Universidade do Oeste Paulista. Presidente Prudente, p. 128. 2017.

FERREIRA LIMA, J.; CULLEN Jr., L.; GOMES, H. B.; BELTRAME, C. M. R.; PAVAN, T. Café com Floresta: Interligando a Paisagem Fragmentada no Pontal do Paranapanema - SP. Resumos Do I Congresso Brasileiro de Agroecologia Rev. Bras. de Agroecologia/ Nov. 2006 Vol. 1 Nº.1 189, 1(1), 2005–2008.

FIRETTI, Ricardo; CAPANEMA, Luiza Maria; FACHINI, Cristina; TURCO, Patrícia Hele- na Nogueira; VEIGA FILHO, Alceu de Arruda. Análise de variáveis estratégicas para o desenvolvimento da agropecuária da região do Pontal do Paranapanema. Revista de Economia e Sociologia Rural, Piracicaba-SP,, v. 50, n , p. 141 - 156.

FLORES, Edilson Ferreira; MATSUMOTO, Patricia Sayuri Silvestre; RABELLO, Diógenes. QUILICI, Felipe; CASTRO-FILHO, Evandro Duarte de (Org.) Atlas CETAS. Atlas digital do Centro de Estudos de Educação, Trabalho, Ambiente e Saúde. Disponível em <<http://cetas.fct.unesp.br/atlas/>>. Acesso em agosto de 2021.

FRANCESCONI et al. Agroforestry dissemination and the Social Learning Theory in Pontal do Paranapanema, São Paulo, Brazil. The International Journal of Environmental Sustainability. V. 9 (4), 2014.

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE TERRAS DO ESTADO DE SÃO PAULO (ITESP). Pontal verde: Plano de Recuperação Ambiental nos Assentamentos Rurais do Pontal do Paranapanema. CADERNOS ITESP nº 02 (Série Cadernos ITESP/Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania), 2ª ed., São Paulo: ITESP, 2000.

FUNDAÇÃO SEADE. Seade População. 2021. Disponível em: <<https://populacao.seade.gov.br/>>. Acesso em: 26. jul. 2021.

GOMES, H. B. et al. Sistemas Agroflorestais: Perspectivas E Desafios Na Ampliação De Sistemas Produtivos Sustentáveis Para A Agricultura Familiar No Pontal Do Paranapanema, SP em CANUTO, João Carlos. Sistemas agroflorestais: experiências e reflexões. Embrapa Meio Ambiente-Livro científico (ALICE), 2017.

_____; SANT'ANA, A.L. Sistemas Agroflorestais e sua importância para a agricultura familiar no Pontal do Paranapanema (SP). Agroecologia e Desenv. Rural Sustentável, Porto Alegre, v. 7, n. 2, 43-53, maio/ago., 2014.

IBGE. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Perfil dos municípios brasileiros - 2019. Rio de Janeiro : IBGE, 2020

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Pontal 2030. Programa de desenvolvimento do Pontal do Paranapanema. 2021. Disponível em: <<https://issuu.com/governosp/docs/20210227-pontal-2030>>. Acesso em: 24 jun. 2021.

GRIN, Eduardo José; SEGATTO, Catarina Ianni. Consórcios intermunicipais ou arranjos de desenvolvimento da educação? : Uma análise de duas experiências no federalismo educacional brasileiro. Revista Do Serviço Público, 72(01), 101-132. 2021.

HATSUMURA, P. M. Subsídios para elaboração de projeto de pagamento por serviços ambientais na Bacia Hidrográfica do Manancial do Alto Curso do Rio Santo Anastácio - UGRHI Pontal do Paranapanema - Estado de São Paulo – Brasil. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Faculdade de Engenharia. Ilha Solteira, 2018.

INCRA - Instituto Nacional De Colonização E Reforma Agrária. Disponível em: <<https://www.gov.br/incra/pt-br>>. Acesso em 24 set. 2021.

IPHAN – Instituto Do Patrimônio Histórico E Artístico Nacional. Bens Tombados. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/126>>. Acesso em: 27 set. 2021.

_____. Patrimônio Arqueológico. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1701/>>. Acesso em: 27 set. 2021.

IPT – Instituto De Pesquisas Tecnológicas Do Estado De São Paulo. Elaboração do Plano de Desenvolvimento Econômico Sustentável para a Região do Pontal do Paranapanema - 3º Relatório Parcial. São Paulo: IPT (Rel. IPT n. 164399-205), 2021.

LAMARCA, Daniel Sá Freire; JUSSANI, Ailton Conde; GONELLA, Jéssica dos Santos Leite; LIMA, Anderson Rodolfo de; SILVA, Allan Leon Casemiro da. Avaliação Longitudinal de Indicadores de Gestão Pública em Sandovalina Após Entrada do Setor Sucroenergético. In: Revista Internacional de Debates da Administração Pública. São Paulo, SP, v.4 (n.1), pp.1-20, Jan-Dez, 2019.

LEITE, José Ferrari. A ocupação do Pontal do Paranapanema. São Paulo: Hucitec, 1998.

LIMA, Rodolfo; PAULA, Ricardo. Subordinação e resistência: as implicações da Contrarreforma Agrária de Mercado no Pontal do Paranapanema-SP. Revista NERA, v. 24 (n. 58), 2021.

MACHADO A.S. A reestruturação produtiva canavieira e as implicações para a saúde dos trabalhadores assentados no Pontal do Paranapanema (SP). Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, 2020. 218 p.

_____. e ALMEIDA A.L.J. Trabalho e resistência nos Assentamentos do Pontal do Paranapanema. Retratos de Assentamentos. V. 21(n. 1), 2018.

MAPBIOMAS. Mapas de cobertura e uso do solo. Coleção 6. (1985-2020). Projeto Mapbiomas. 2021. Disponível em: <https://mapbiomas.org/colecoes-mapbiomas-1?camera_set_language=pt-BR> Acesso em: setembro de 2021.

MAZZINI, Eliane de Jesus Teixeira. Assentamentos rurais no Pontal do Paranapanema - SP: uma política de desenvolvimento regional ou de compensação social? Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente, p.324, 2007.

MENEGUETTE, Arlete Aparecida Correia; MENEGUETTE, Tiago Correia; GIRARDI. Atlas Interativo do Pontal do Paranapanema. In: Estudos Geográficos, Rio Claro, v. 1 (n. 1), p. 31-40, Junho. 2003

NORDER, Luiz Antonio; URSI, Maurício Ventura. Percepção Social sobre gestão ambiental em assentamentos rurais no Norte do Paraná e no Pontal de Paranapanema. Retratos de Assentamentos. v. 21 (n. 1), 2018.

OLIVEIRA, A. A Mundialização da agricultura brasileira. In: OLIVEIRA, A. U.; LIRA, E. R.; CABRERA, J. P.; SANTOS, R. S. (Orgs.). Território em conflitos, terra e poder. Goiânia: Kelps, 2014, p. 15-101.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Disponível em: <<https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/sustainable-development-goals.html>> Acesso em: 09 mar. 2022.

RABELLO D. Agrohidronegócio, campesinato e a disputa pelo território no. PP Pontal do Paranapanema (SP). Revista Nera. Ano 20, nº 36 – Dossiê pp 159-177, 2017

RAMBO, Anelise G. et al. O Índice de Condições De Vida (ICV): construindo metodologias de análise e avaliação de dinâmicas territoriais do desenvolvimento rural. Revista em Gestão, Inovação e Sustentabilidade. Brasília, v. 1, n. 1, p. 68-94, dez. 2015

ROS, Lucas Cesar Bonato; MIRANTE, Maria Helena Pereira; MORONG, Fabio Ferreira. O Direito Ambiental e Geografia no Pontal do Paranapanema: aspectos históricos e atuais. Colloquium Socialis. Presidente Prudente, v. 02, Especial 2, p.367-372, Jul/Dez 2018

ROSA, Fernando Amorim. Abordagem territorial e políticas de desenvolvimento rural: o território da cidadania do Pontal do Paranapanema. Dissertação (Mestrado em Geografia). Instituto de Geociências e Ciências Exatas do Câmpus de Rio Claro, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Rio Claro, 2017, 250 p.

ROSA, Paulo Roberto. Impactos da Implantação de Unidades Sucroenergéticas no Desenvolvimento: o caso dos municípios do Mirante de Paranapanema (SP) e Narandiba (SP). 246 f. Tese (doutorado). Faculdade de Ciência e Tecnologia - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Presidente Prudente, 2020.

SANTOS, A. A. Estimativa de escoamento superficial no Pontal do Paranapanema-SP e sua relação com a cobertura e uso da terra. Dissertação de Mestrado Profissional em Geografia da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho FCT/UNESP – Presidente Prudente. Presidente Prudente - SP Outubro/2018.

SANTOS, M. Aparecida Martins; FELICIANO, Carlos Alberto; CANTARUTTI, Daniel Christante; PEREIRA, Gabriel; SOARES, Giovana Carolina Souza Oliveira. Camponeses assentados no Pontal do Paranapanema na dinâmica da subordinação ao capital agroindustrial. Revista Pegada. Vol. 20 (n.1), Jan/Abr, 2019.

SANTOS, João Dagoberto do. Desenvolvimento Rural, Biodiversidade e Políticas Públicas: I. Tese (Doutorado em Recursos Florestais). Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo, 2012, 296 p.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo. Instituto de Economia Agrícola. Coordenadoria de Desenvolvimento Rural Sustentável. Projeto LUPA 2016/2017: Censo Agropecuário do Estado de São Paulo. São Paulo: SAA: IEA: CDRS, 2016/2017.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria Da Agricultura E Abastecimento. Levantamento Censitário das Unidades de Produção Agropecuária do Estado de São Paulo. Dados consolidados municipais 2016/17. São Paulo, SAA, LUPA, 2017. Disponível em: <<http://www.cdrs.sp.gov.br/projetolupa/>>. Acesso em: 02 ago. 2021.

SARON, Flávio de Arruda. A expansão do setor sucroenergético no Oeste do Estado de São Paulo e os impactos para a agricultura familiar no Pontal de Paranapanema e no Extremo Noroeste Paulista. 363f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Presidente Prudente, 2018.

SEBRAE. Programa Fortalecimento de Organizações Comunitárias. Disponível em: <<https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/sp/programas/fortalecimento-de-organizacoes-comunitarias,6b584c823da27710VgnVCM1000004c00210aRCRD>> Acesso em: 11 jun. 2021.

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO. Plano de Desenvolvimento Social - PEAS 2020 - 2023. Disponível em: <<https://www.desenvolvimentosocial.sp.gov.br/wp-content/uploads/2020/12/peas-2020-2023.pdf>> Acesso em: 01 out. 2021.

SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Pontal 2030. 2021. Disponível em: <<https://www.desenvolvimentoeconomico.sp.gov.br/programas/pontal-2030/>>. Acesso em: 27 jun. 2021.

SEN, Amartya. Desenvolvimento como Liberdade. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SILVA, Alessandro Soares da. O Caminho da Terra: revisitando a história do MST no Pontal do Paranapanema - SP - desde uma ótica política. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 15, n. 1, p. 137-149, jan./mar. 2010.

SILVA, R. A. da. Histórico de transformação da paisagem e a percepção atual dos serviços ecossistêmicos: buscando estratégias para a adequação ambiental dos estabelecimentos rurais. Tese (Doutorado). Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Instituto de Biociências de Rio Claro. 2018.

SOBREIRO FILHO, José. A luta pela terra no Pontal do Paranapanema: História e Atualidade. *Geografia em Questão*, Marechal Cândido Rondon/PR, v. 5, n. 1, p. 83-114, 2012.

TESOURO TRANSPARENTE. Capacidade de Pagamento (CAPAG) - Estados e Municípios. Disponível em: <<https://www.tesourotransparente.gov.br/temas/estados-e-municipios/capacidade-de-pagamento-capag>>. Acesso em 04 de out. 2021.

THOMAZ JUNIOR, Antonio. Degradação Sistêmica do Trabalho no Agrohidronegócio. *Mercator (Fortaleza)* 16, 2017.

UNIÃO DOS MUNICÍPIOS DO PONTAL DO PARANAPANEMA (UNIPONTAL). Plano de Desenvolvimento Econômico Regional e Local dos Municípios do Pontal do Paranapanema. 2015. Disponível em: <<https://www.unipontal.com.br/storage/2017/02/>

[Unipontal_Pdepp_versao-Final-1.pdf](#)> Acesso em: 24 jun. 2021.

VIUDES, Elisângela Batista. Gestão Social do Território da Cidadania Pontal do Paranapanema: Análise do Colegiado de Desenvolvimento Territorial. Dissertação (Mestrado profissional em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia da Unesp – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Presidente Prudente, 2019, 161 p.



Secretaria de Desenvolvimento Econômico